



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
SABERES CULTURAIS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA**

DARLENE DA SILVA MONTEIRO DOS SANTOS



**A ARTE DE CIVILIZAR: A EDUCAÇÃO CÍVICO-PATRIÓTICA
NA REVISTA A ESCOLA E NA REVISTA DO ENSINO NO PARÁ
REPUBLICANO (1900-1912)**

**Belém-Pará
2018**

DARLENE DA SILVA MONTEIRO DOS SANTOS

**A ARTE DE CIVILIZAR: A EDUCAÇÃO CÍVICO-PATRIÓTICA NA
REVISTA A ESCOLA E NA REVISTA DO ENSINO NO PARÁ
REPUBLICANO (1900-1912)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, na linha Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Área de Concentração: História da Educação
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro
Gomes de Souza Avelino de França.

Belém – Pará
2018

Dados Internacionais de Catalogação na publicação

Biblioteca do CCSE/UEPA

Santos, Darlene da Silva Monteiro dos

A arte de civilizar: a educação cívico-patriótica na revista a Escola e na revista do ensino no Pará republicano (1900-1912) /Darlene da Silva Monteiro dos Santos; orientação de Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França, Belém, 2018

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2018.

1. Educação moral 2. Educação –Pará –História - 1900-1912. 3. A Escola – Revista Oficial do ensino do Pará. 4. Revista do Ensino - História - Pará. I. França, Maria do Perpétuo Socorro G. de Souza Avelino de. II. Título.

CDD: 21 ed. 370.114098115

DARLENE DA SILVA MONTEIRO DOS SANTOS

**A ARTE DE CIVILIZAR: A EDUCAÇÃO CÍVICO-PATRIÓTICA NA
REVISTA A ESCOLA E NA REVISTA DO ENSINO NO PARÁ
REPUBLICANO (1900-1912)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, na linha Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

Data da defesa: 27/04/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França –
Orientadora (PPGED/UEPA)

Prof.^a Dr.^a Denise Souza Simões Rodrigues – Membro Interno (PPGED/UEPA)

Prof.^a Dr.^a Laura Maria da Silva Araújo Alves - Membro Externo (PPGED/UFPA)

Belém – Pará
2018

*Ao Ari, meu grande amor e incentivador
dessa construção, às minhas Marias, minhas
heranças, que nutriram os momentos difíceis
com porções de amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, autor e consumidor da minha vida, por conceder-me a graça e sabedoria para que essa dissertação fosse realidade, “Pois o Senhor é quem dá sabedoria; de sua boca procedem o conhecimento e discernimento” Provérbios 2:6.

Ao meu esposo, terno companheiro nas trilhas da vida e desta produção, por sua disposição em partilhar as dificuldades e as conquistas. Você foi minha árvore, da qual quero estar sempre desfrutando de sua sombra.

Às minhas filhas, minhas Marias, meus amores, que na inocência da infância, souberam me conduzir nessa caminhada da forma mais sublime possível. Cada dificuldade foi regada de muitos abraços apertados que fortificavam a alma e o corpo.

À minha amada e estimada avó, a D. Ina, intelectual da vida, das experiências do ser, por ter plantado em mim, a semente do conhecimento, do querer ir além.

Aos meus pais, Ana Suely (*In memoriam*) e Francisco, por terem me conduzido da melhor forma possível.

À minha orientadora, mãe na pesquisa e amiga, professora Socorro França. Não tenho palavras para agradecer pela oportunidade em ser sua orientanda. Sua cuidadosa orientação, paciência e tranquilidade, com que conduziu em minha formação como pesquisadora em História da Educação, foram elementos essenciais para minha formação não apenas acadêmica, mas humana. A sua humanidade em saber ouvir o outro, a torna muito especial naquilo que fazes. Muito obrigada, por fazer-me enxergar e acreditar em minhas potencialidades. Um abraço.

Aos meus amigos e irmãos de orientação, Mario Allan e Marinaldo, pela amizade e companheirismo.

Ao meu Rio12, minha turma de mestrado, amigos de muitas alegrias, versos e partilhas, cada um contribuindo da sua forma, enfim, águas encantadoras que jamais esquecerei.

Ao Gheda, meu grupo de pesquisa amado, por me acolher de forma incomparável. As discussões ali estabelecidas foram essenciais para a constituição da minha identidade enquanto pesquisadora na História da Educação da Amazônia.

À professora Laura Alves, pela gentileza em aceitar fazer parte de minha banca, contribuindo com suas valiosas observações para a composição deste trabalho.

À professora Denise Simões, por aceitar compor a banca e ainda colaborar com o resultado desta pesquisa.

Aos demais amigos e amigas que me acompanham na vida profissional e ministerial. O apoio e orações de todos me sustentaram a cada dia, para que eu não perdesse a fé, o entusiasmo e os sonhos.

A todos um forte abraço!

Nas páginas escritas por uns e por outros, as vozes estavam presentes. No estudo do silêncio tentamos escutá-las e fazê-las nossas. As dívidas serão, então, múltiplas e recíprocas.

Roger Chartier¹

¹ A citação que selecionamos foi extraída de sua palestra intitulada “Voces Paginarum”, apresentada no Rio de Janeiro, em setembro de 2005, por ocasião do Colóquio Roger Chartier Apropriações de um pensamento no Brasil.

SANTOS, Darlene da S. M dos. **A arte de civilizar: a educação cívico-patriótica na revista A Escola e na Revista do Ensino no Pará republicano (1900-1912)**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2018.

RESUMO

A presente pesquisa “A arte de civilizar: a educação cívica e patriótica na revista **A Escola** e na **Revista do Ensino** no Pará republicano (1900-1912)”, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, da Universidade do Estado do Pará, na Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia e História das Instituições Educativas, Intelectuais e Impressos, do Grupo de Pesquisa de História de Educação na Amazônia – GHEDA. Busca-se como objetivo geral, analisar os saberes e práticas cívico-patrióticas que circularam na revista **A Escola** e na **Revista Do Ensino** na educação primária, no Pará republicanos anos de 1900 a 1912. Por objetivos específicos busca: identificar o ideário cívico patriótico que circulou nesses periódicos; analisar as representações cívico-patrióticas por eles difundidos; identificar o papel da imprensa pedagógica na formação do cidadão republicano; descrever em quais ocasiões os saberes e práticas cívico patrióticas eram ensinados às crianças. Metodologicamente, esta pesquisa é de natureza histórico educacional, amparada nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural, pensada sob a ótica de Roger Chartier (1991, 2002). As fontes documentais utilizadas foram: A revista **A Escola**, com edições de 1900 a 1905, a **Revista do Ensino**, com edições de 1911 e 1912; o Decreto Nº 1191 de 19 de fevereiro de 1903, que instituiu o programa de ensino primário, a disposição de disciplinas escolares; os Relatórios da Secretaria do Estado, Interior e Justiça do Estado do Pará, dos anos de 1889, 1909 e 1911; o Decreto nº 1722 de 3 de setembro de 1910, que aprovou o programa para os exames de estudos primários; o Decreto nº 1695 de 30 de maio de 1910, que orientou os programas de ensino para Educação Primária do Estado, o Decreto nº 1689 de abril de 1910, que reformulou as diretrizes para Educação do Estado, o Decreto nº 850 de 30 de abril de 1900 que tornou obrigatória a assinatura da revista **A Escola** entre os professores primários do Pará, a Edição Especial para as escolas da 2ª Conferência Cívica de 1900, o Álbum da Festa das Crianças de 1905 e o Álbum **O Pará** de 1908, entre outras, que possibilitaram pensar as interlocuções realizadas entre as fontes históricas, a educação primária paraense e o contexto republicano no Estado. Essa investigação tem como aporte teórico os autores: Oliveira (2016), Murilo de Carvalho (1990, 2005), Sarges (2010), Coelho (2011) Marta Carvalho (2011), Cambi (1999), Sevcenko (2003), Souza (1998, 2009), Chartier (1990, 2002), Le Goff (2013), Bastos (2002), Nóvoa, Bandeira e Teixeira (2002) e Catani (2002), França (2004), Viana (2015), Gonçalves (2011), Hansen (2007), McLaren (1991), Frago (2001), Gondra (2004), Bosi (2006), Pesavento (2007), entre outros. As análises na pesquisa revelaram o protagonismo dos impressos pedagógicos paraenses como mecanismos institucionais essenciais para educar, instruir, civilizar, modelar, ordenar, moralizar e ritualizar os saberes e as práticas educativas, necessárias para formar a criança cidadã republicana.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Cívico-Patriótica. Educação Primária. Impressos Pedagógicos.

SANTOS, Darlene da S. M. dos. **The art of civilize: the civical and patriotic education in the magazines *A Escola* (The School) and *Revista Ensino* (Magazine of Teaching) in the republican Pará (1900-1912)**. 148. Dissertation (Master in Education) – University of the State of Pará, Belém, 2018.

ABSTRACT

The research, “The art of civilize: the civical and patriotic education in the magazines **A Escola** (The School) and **Revista do Ensino** (Magazine of Teaching) in the republican Pará (1900-1912)”, is University of the State of Pará (UEPA) Post-Graduation Program of Education – PPGED, to the research line Cultural Knowledge and Education in the Amazon and History of Educational, Intellectual and Printed Institutions of the History of Education in the Amazon’s Research Group – GHEDA. The main objective is to analyze the knowledge and civic-patriotic practices that circulated in the magazines **A Escola** and **Revista do Ensino** in primary education, in republican Pará during the years from 1900 to 1912. The purpose of this research is: to identify the civic-patriotic ideals that circulated in these periodicals; to analyze the civic-patriotic representations that they disseminate; to identify the pedagogical press’ role in the republican citizen’s constitution; to describe on what occasions the civic-patriotic knowledge and practices were taught to children. Methodologically, this research is historical and educational, and supported by the theoretical and methodological assumptions of the New Cultural History from Roger Chartier’s (1991, 2002). The documentary sources used in the research were: The magazine **A Escola**, with issues from 1900 to 1905, as well as **Revista do Ensino**, with issues from 1911 and 1912; the Decree No. 1191 of February 19th, 1903, which established the primary education program, the school subject’s disposition; the Reports of the State, Interior and Justice’s Secretary of the State of Pará, from the years 1889, 1909 and 1911; Decree No. 1722 of September 3rd, 1910, which approved the program for the examinations of primary studies; Decree No. 1695 of May 30th, 1910, which directed the education programs for Primary Education of the State, Decree No. 1689 of April 1910, which reformulated the guidelines for the State Education, Decree 850 of April 30th, 1900 that made the subscription of the magazine **A Escola** mandatory amongst the primary teachers of Pará, the magazine’s Special Edition for the schools of the Second Civic Conference of 1900, the Children’s Party’s Album of 1905 and 1908’s Album **O Pará**, among others, that made it possible to think about the interlocutions carried out between historical sources, Pará’s primary education and the republican context in the State. This investigation has as theoretical support the following authors: Oliveira (2016), Murilo de Carvalho (1990, 2005), Sarges (2010), Geraldo Coelho (2011) Marta Carvalho (2011), Cambi (1999), Sevcenko (2003), Souza (1998, 2009), Chartier (1990, 2002), Le Goff (2013), Bastos (2002), Nóvoa, Bandeira e Teixeira (2002) e Catani (2002), França (2004), Viana (2015), Gonçalves (2011), Hansen (2007), McLaren (1991), Frago (2001), Gondra (2004), Bosi (2006), Pesavento (2007), among others. The analyzes in the research revealed the importance of Pará pedagogical magazines as institutional mechanisms essential to educate, instruct, civilize, model, order, moralize and ritualize the knowledge and educational practices necessary to form the republican citizen child.

KEYWORDS: Patriotic Civic Education. Primary Education. Pedagogical Magazines

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Capa da revista A Escola de 1900	47
Figura 2 Capa da Revista do Ensino de 1911	51
Figura 3 Praça de Nazaré organizada para a festa escolar de 07 de setembro de 1905	107
Figura 4 Alunas Porta-estandarte do 1º Grupo Escolar da Capital	108
Figura 5 Carro Porta-estandarte do 4º Grupo Escolar da Capital	109

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	13
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	21
1.3 PERSPECTIVA DE ANÁLISE	23
2 A IMPRENSA PERIÓDICA PEDAGÓGICA NO PARÁ E A EDUCAÇÃO EM DIAS DE REPÚBLICA	31
2.1 A IMPRENSA PERIÓDICA PEDAGÓGICA NO PARÁ REPUBLICANO	32
2.2 DA MATERIALIDADE À IDENTIDADE DOS IMPRESSOS: AS REVISTAS A ESCOLA E REVISTA DO ENSINO NO PARÁ	44
2.3 EDUCAÇÃO E O UFANISMO NA REPÚBLICA PARAENSE	54
3 O IDEÁRIO CÍVICO E PATRIÓTICO NA EDUCAÇÃO REPUBLICANA PARAENSE E SUA CIRCULARIDADE EM IMPRESSOS PEDAGÓGICOS	68
3.1 CIVILIDADE, PROGRESSO E EDUCAÇÃO NO PARÁ.....	69
3.2 O PERFIL CÍVICO-PATRIÓTICO NO ENSINO PARAENSE: DA HIGIENE DO ESPAÇO À HIGIENE DO CORPO	81
3.3 DA CONFERÊNCIA CÍVICA À FORMAÇÃO DO CIDADÃO REPUBLICANO	92
4 A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO PARÁ EM DIAS DE FESTA	102
4.1 O ENSINO PARAENSE EM FESTA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS.....	104
4.2 FESTAS E DESFILES ESCOLARES NO PARÁ: A MARCHA DO ORGULHO REPUBLICANO.....	121
4.3 A FESTA PELOS VERSOS: O ENSINO CÍVICO EM HINOS E POESIAS.....	129
4.3.1 A festa do ensino cívico no Pará pelos hinos	132
4.3.2 A festa do ensino cívico no Pará pelas poesias	135
5 CONSIDERAÇÕES	138
FONTES DOCUMENTAIS	142
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE	149

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo os impressos pedagógicos **A Escola e Revista do Ensino** como mecanismos e instituições formadoras da educação cívico patriótica no Pará republicano, nos anos de 1900 a 1912. A referida pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, da Universidade do Estado do Pará, da Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, no eixo História da Educação na Amazônia, o qual se debruça sobre a história das instituições educativas, dos intelectuais, das disciplinas, dos impressos pedagógicos, da educação primária, secundária e profissional, da história dos processos e práticas educativas em espaços não escolares. Esta pesquisa ao se inserir neste eixo, foca os estudos sobre os impressos pedagógicos, além de se integrar às pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa de História de Educação na Amazônia – GHEDA, grupo que se constitui pela maioria dos docentes desse eixo e que desde 2010 vem situando a História da educação na Amazônia no cenário da História da educação brasileira.

A história de construção deste objeto foi algo interessante e desafiador. Começou a nascer há alguns anos, quando ingressei em 2012 na carreira do magistério, como servidora pública da Rede Municipal de Ensino do município de Belém. Portanto, foi em meio a uma sala de aula, povoada com alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, ávidos em contar suas histórias de vida, que o estudo sobre impressos pedagógicos inicia sua trajetória.

A atuação como professora de leitura, oportunizou o desenvolvimento do projeto “Minha história em quadrinhos” com alunos do 2º ano do Ensino Fundamental. Este projeto objetivava levar as crianças do Ciclo I do Ensino Fundamental a escreverem, suas trajetórias de vida em quadrinhos.

O desenvolvimento desse projeto, contou com o suporte das produções literárias do cartunista Maurício de Sousa, momento em que as crianças puderam manusear uma revista, a fim de apreenderem sua composição, editoração, capa e conteúdo abordado. Confesso, que tal oportunidade se constituiu o primeiro confronto

com impressos, pois fui questionada pelas crianças sobre qual teria sido a primeira revista infantil no Brasil.

Os questionamentos dos alunos me instigaram a investigar o surgimento dos quadrinhos no Brasil, momento no qual encontrei o *site* da Hemeroteca Nacional, trazendo edições da Revista **O Tico-Tico**, lançada em outubro de 1905, no Rio de Janeiro, pela revista **O Malho**, primeira revista voltada para o público infantil, editada no país. Esta revista tinha por objetivo difundir a literatura infantil no Brasil e assim, fornecer o suporte pedagógico para a educação dada pela família no início do século XX, influenciando grandes personalidades pelo país. No Pará, Eneida de Moraes², foi leitora desse impresso na infância, tendo participado de um concurso promovido por essa revista.

Assim, embora o fascínio e o gosto pelo uso de impressos na prática docente, a vida profissional me levou a outras escolhas que deixaram o primeiro confronto com impressos pedagógicos emburnado. Até que um dia, as motivações profissionais me impulsionaram a ingressar em 2016, no programa de Mestrado em Educação na Universidade do Estado do Pará. Decidi por um projeto inicial de pesquisa, no qual me propus a investigar as “Influências da revista **O Tico-Tico** na Educação Primária Paraense (1905-1930) ”.

A vida acadêmica como mestranda me oportunizou a participação como integrante do Grupo de Pesquisa de História da Educação na Amazônia – GHEDA. Os estudos realizados no grupo, sobre “Educação na Amazônia: o ofício do historiador”, na época temática do VI seminário do grupo, levaram-me a entender o valor que as fontes históricas assumem na constituição de um trabalho dessa natureza, cabendo ao historiador achá-las e confrontá-las. Eis que se estabelecia minha missão, encontrar vestígios da revista **O Tico-Tico** no Pará.

A pesquisa exploratória deste estudo teve início logo no primeiro semestre de 2016. Para (SEVERINO, 2007, p. 123), essa pesquisa é aquela que “busca levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto”.

² Eneida de Villas Boas Costa de Moraes nasceu em [Belém, Pará, 23 de Outubro de 1904](#) e faleceu no [Rio de Janeiro, 27 de abril de 1971](#)), ou simplesmente Eneida, como ela preferia ser chamada, foi jornalista, escritora, militante política e pesquisadora brasileira. Eneida é sempre descrita em relatos de amigos e parentes como uma mulher forte, viva, corajosa, audaciosa e inteligente. Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre. Acessado em 27 de março de 2016.

A coleta das fontes foi sem dúvida, um momento primoroso na pesquisa, que no olhar de Bacellar (2014), se constitui como a seara pela qual entra o historiador, “O abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vistas, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas” (p. 24) “.

O adentrar nessa seara, iniciou-se com o levantamento no setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado do Pará Arthur Vianna, localizada no bairro da cremação da cidade de Belém, que no momento encontrava-se em reforma, conseqüentemente, impossibilitando o acesso ao acervo disponível. Esse obstáculo, abriu espaço para novas possibilidades de se repensar a pesquisa, bem como os espaços de investigação. Esse foi um momento crucial para este estudo, na medida em que, me possibilitou localizar o Repositório Virtual da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, instituição possuidora de um extenso acervo de coleções e obras raras digitalizadas, dentre eles, uma gama de periódicos já restaurados. Nessa biblioteca encontrei diversos impressos pedagógicos publicados no Pará, entre eles, edições da revista **A Escola** de 1900 a 1905 e outras dos anos 1934 e 1935, além de edições da **Revista do Ensino** no Pará, no período de 1911 e 1912.

O contato com o arsenal de impressos disponibilizados nesse repositório, fizeram-me pensar a gama de possibilidades de se investigar a educação cívico patriótica primária no Pará, sobretudo em impressos produzidos e de circularidade no Estado.

Ao analisar as seções e teor dos artigos contidos nessas revistas, escritos por intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento, como médicos, literários, professores e pessoas ligadas à administração pública do Estado, percebi como esses impressos pedagógicos evidenciavam o caráter cívico e patriótico em suas publicações como, artigos, hinos, poesias, notícias. Ao adentrar pelos versos e rimas das diversas poesias, que traziam por títulos termos como “O credo” e a “A Pátria”, assim como dos hinos, que em sua maioria se constituíam composições em homenagem às instituições escolares, pude perceber, como o texto poético figurou como ator de um palco para a comemoração republicana.

Gebara (2011), ao discutir sobre a poesia na escola, alerta que esse gênero literário tem entre suas funções promover a ampliação dos modos de ler, ao mesmo tempo em que, “a poesia permite a recuperação de experiências anteriores e mesmo a incorporação das que são simultâneas ao convívio escolar” (GEBARA, 2011, p.15). Ainda para essa autora, cada grupo em cada época, busca realizar aproximações com

o texto, sendo assim definem leituras e por meio delas, incentivam formas de interpretação do texto a ser lido, assim como, definem como e quando esse texto pode ser feito.

A leitura dos artigos de ambas as revistas, revelou o caráter de uma escrita em forma “artigo de opinião”, nas quais o autor procurava expor e sustentar suas ideias sobre assuntos ligados ao ensino. As notícias, principalmente, as ligadas às comemorações escolares, veiculadas na revista **A Escola**, embora assumissem a função de comunicar e anunciar eventos, ações, exames e outros assuntos, me despertaram para questões cruciais, relacionadas ao entusiasmo republicano que pairava sobre a educação primária no Pará. Assim, a leitura das poesias, hinos, notícias e artigos da revista **A Escola** e da **Revista do Ensino**, que ajudaram a lapidar o objeto desta pesquisa.

Os discursos propagados pelos diversos gêneros que compunham cada revista, traziam questões que fortificavam o pensamento moral e civilizatório. Nessas revistas, a tônica dos discursos, figuravam em torno de uma educação no Pará com ênfase para a pátria e para o progresso do Estado, que aspirasse a civilidade mediada pelos padrões da modernidade. Tal fato foi o que despertou meu interesse, para o estudo da educação cívico-patriótica abordada por esses impressos pedagógicos que circularam no Pará nas primeiras décadas da República no Estado.

O repositório Virtual da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, figurou como um importante local para esta pesquisa. Não obstante, ainda reconhecendo a valor dos arquivos digitais, o pesquisador sempre busca o contato aproximado ao ambiente arquivístico, sentir seu cheiro característico, desvelar seu mundo, buscar conhecer suas fontes, tocá-las, enfim, visualizar o documento do passado que procura “escarafunchar”³. Foi assim que tive a oportunidade de conhecer a biblioteca do Projeto Moronguêta, ligada ao Fórum Landi, administrado pela Universidade Federal do Pará – UFPA e localizado no bairro da Cidade Velha, na capital paraense, se constituiu um lugar revelador de grandes surpresas pela riqueza de informações, nesse local tive a oportunidade de ter acesso ao acervo pessoal do professor Clóvis Silva de Moraes Rêgo, um intelectual que muito contribuiu para a educação no Pará. O acervo do professor Clóvis é dotado de um vasto número de

³ Termo utilizado por Bacellar (2014) ao se referir ao ato do pesquisador documental, esmiuçar suas fontes.

obras e coleções de periódicos, dentre as quais, destacamos a coleção do impresso **A Escola**, coletânea essa de fundamental importância para essa pesquisa.

A preocupação com o valor histórico e material das fontes foi basilar nesta pesquisa, bem como facilitar e preservar o estado das mesmas. Sendo assim, para a coleta de dados, foi utilizado a máquina fotográfica do aparelho de celular, portando o aplicativo *FastScanner*⁴, capaz de digitalizar o documento sem prejuízo ao mesmo.

Nesse cenário de busca por fontes, o Arquivo Público do Pará, localizado no bairro da campina na cidade de Belém, se constituiu um importante local para os achados desta pesquisa. Nesse local, encontrei: decretos e portarias sobre a instrução pública, Relatórios da Secretaria do Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública dos anos de 1909, 1910 e 1911, Programas de Ensino Primário, além de álbuns do governo de 1905 e de 1908. Essa gama de fontes, sem dúvida, instigou-me para o entrecruzamento dos achados, na busca por análises que descrevessem e ao mesmo tempo problematizassem a educação cívico patriótica da Educação Primária no Pará republicano.

O contato com as fontes nesses espaços levou-me a conhecer a fundo a sua historicidade, instigando-me a questionar sobre os processos pelos quais elas se constituíram. Sobre esse desbravar na aventura em conhecer o mundo de intencionalidades por trás dos documentos, Bacellar (2014) aponta que uma das principais atribuições de todo historiador é contextualizar o documento e procurar entendê-lo em sua época, sem deixar perder de vista a teia de significados e expressões que o produziram, logo cabe ao historiador questioná-lo, lançar mão das desconfianças, julgá-lo sobre a sua tomada de verdade, bem como reconhecer os critérios sobre os quais o documento foi produzido.

Sobre o documento, Le Goff (2013) coloca que este é algo produzido pela sociedade segundo suas relações de poder, e por sua vez, esteve por muito tempo ligado a uma função positivista, isto é, significando a prova cabível dos grandes acontecimentos. Contudo, a partir de 1960, ele passa a agregar uma gama de possibilidades para a construção da história moderna, reformulando inclusive os métodos de análise de muitos historiadores que agora passam a buscar compreender a história do documento situada no tempo e espaço, captando suas simbologias e

⁴ É um aplicativo capaz de digitalizar rapidamente qualquer tipo de documento, inclusive várias páginas de livros ao mesmo tempo em que digitaliza, já realiza o tratamento adequado às imagens, para depois exportá-los como arquivo em formato PDF ou JPEG.

significados, realizando assim a crítica do mesmo. Portanto, para este autor, não existe neutralidade no documento produzido, as intenções e relações de poder estabelecidas socialmente, o moldam sistematicamente, cabendo ao historiador discerni-lo. Assim entende que:

[...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com o pleno conhecimento de causa [...] (LE GOFF, 2013, p. 495).

O olhar sobre o vasto número de edições da revista **A Escola e Revista do Ensino** encontradas, possibilitou verificar as interlocuções que se apresentavam entre esses impressos, no que diz respeito a forma como eles atuaram na formação cívica e patriótica da criança no Pará. Essa rede de intercomunicações entre esses impressos sobre a educação primária no Pará, permitiu-me realizar o recorte temporal desta pesquisa, delimitada no intervalo de 1900 a 1912.

Os anos de 1900 a 1905, demarcam a circulação da primeira fase da revista **A Escola** no Estado do Pará, impresso lançado em 1905 pela Diretoria da Instrução Pública para a orientação das práticas do professorado. Essa revista assumiu o papel de proclamadora dos ideais republicanos no ensino.

Como recorte final desta pesquisa, o ano de 1912 destaca-se por ser o último ano da primeira fase de publicação da **Revista do Ensino**, impresso lançado em 1911, também pela Diretoria da Instrução Pública do Estado como suporte nas práticas educativas dos professores. Essa revista, circulou no Pará nos anos de 1911 e 1912, com o objetivo de remodelar o ensino público, se colocando como complemento indispensável para o avanço na educação do Estado. Esse impresso surgiu a partir das recomendações propostas pela Reforma da Educação Primária do Pará em 1910, que buscou dar uma nova organização administrativa e pedagógica para ensino primário no Estado.

De posse das fontes elencadas na pesquisa exploratória, e para um melhor desenvolvimento desta pesquisa, realizei em 2016 um levantamento sobre o que havia sido produzido sobre a educação cívico-patriótica instituída por impressos

5 O contexto histórico de criação, materialidade e circularidade desse impresso, são trabalhadas na 2ª seção deste trabalho.

pedagógicos na educação primária no Pará, no banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Bibliotecas Virtuais de Programas de Pós-graduação de Instituições de Ensino Superior, no período de 2008 a 2015.

Ao pesquisar no banco de dados da CAPES utilizei o descritor “Revista do Ensino na República”, momento que foram encontradas 87 pesquisas, compreendidas em 63 dissertações de Mestrado Acadêmico, 9 de Mestrado Profissional e 15 teses de Doutorado. Desse total, 42 da Educação, 18 da História, 10 das Letras, 7 das Ciências Sociais e Humanidades e 10 das Ciências e Matemática. Dentre essas pesquisas, encontrei 1 trabalho de mestrado na UFPA, intitulada “A Formação de Professores da Primeira República no Pará (1900-1904)”, de autoria de Rafaela Paiva Costa, defendida em 2011 e que trata sobre a formação de professores no início do século XX no Pará. Tal pesquisa investigou como o contexto de mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, manifestas com a República e influenciada pelo positivismo orientou a educação no Estado. Assim, centrou suas análises nas edições da revista **A Escola** de 1900 a 1904.

Outro descritor utilizado no levantamento da CAPES foi “Educação de Crianças no século XX”, momento onde foram encontradas 18 pesquisas. 14 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado, assim distribuídas: 13 ligadas à Educação, sendo 11 dissertações e 2 teses, 1 ligada à Arte, 1 ao Direito, 1 na História, 1 ligada à Literatura Comparada, 1 na área de Psiquiatria.

Ao realizar o levantamento no banco de teses da Universidade do Estado de São Paulo (USP) com o descritor “Educação cívica e patriótica na primeira República”, localizei 1 tese que apresenta relação com o meu objeto de estudo. Com o título “Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República”, de Patrícia Santos Hansen, defendida em 2007, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Nesse estudo, a autora faz uma análise da construção do ideário de infância brasileira em textos produzidos no Brasil entre a Proclamação da República e o início dos anos vinte, que se destacam na literatura infantil com o teor cívico-pedagógico como meio de execução de projetos para a formação do bom cidadão e para a escola de cidadãos perfeitos.

Ao realizar o levantamento nos bancos de dados das universidades do Pará, além da pesquisa já mencionada de Rafaela Paiva Costa, encontrei somente mais 1 pesquisa que traz a revista **A Escola** e **Revista do Ensino** como fonte de pesquisa.

Esse trabalho, foi localizado no banco de dados do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA – Universidade Federal do Pará. Trata-se da tese de doutorado de título: **Colonização de Corpos, Corações e Mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**, de Luana Costa Viana, defendida em 2015, a autora analisou a relação entre educação e higienismo e sua materialidade nos discursos dos homens de ciência, veiculados em periódicos “**Revista Educação e Ensino**”, “**A Escola**”, “**Revista do Ensino**”, produzidos no Estado do Pará (1891-1912). Esse trabalho muito tem a contribuir com a pesquisa realizada, pois a autora se utiliza da **Revista do Ensino** como fonte de pesquisa para analisar as concepções higienistas que a revista traz para a educação na República.

O levantamento realizado demonstrou que 90% das pesquisas realizadas nos anos de 2008 a 2015 sobre periódicos pedagógicos no século XX, pertencem as regiões sul e, sudeste do Brasil. Nesse levantamento, não foram encontrados trabalhos que tratem sobre a educação cívico patriótica na educação primária por meio da revista **A Escola** e da **Revista do Ensino** no Pará.

Ao constatar a ausência de estudos aliada às indagações relacionadas à problemática dessa pesquisa, que é a educação cívico patriótica de crianças na educação primária, via impressos nos anos iniciais da República no Estado, aponta a relevância e revela o lugar deste trabalho para a História da Educação na Amazônia.

Diante do levantamento realizado, elegi a seguinte problemática de investigação: Que saberes e práticas cívicas e patrióticas circulavam na revista **A Escola** e na **Revista do Ensino** na educação primária, no Pará republicano de 1900 a 1912?

Com base no questionamento elencado, esta pesquisa tem por objetivo geral, analisar os saberes e práticas cívicas e patrióticas que circularam na revista **A Escola** e na **Revista do Ensino** na educação primária, no Pará republicano nos anos de 1900 a 1912. Tal pesquisa tem por objetivos específicos: Identificar o ideário cívico e patriótico que circulou nesses periódicos; analisar as representações cívico patrióticas por eles difundidos; identificar o papel da imprensa pedagógica na formação do cidadão republicano; descrever em quais ocasiões os saberes e práticas cívicas e patrióticas eram ensinados às crianças.

Dessa maneira, detenho-me neste estudo em analisar as representações discursivas acerca da formação cívica e patriótica da criança paraense, formulado pela intelectualidade da época, sem perder de vista o papel do professor no primário.

Nesse seguimento, analiso as representações que a intelectualidade produziu para a educação nacionalista no Pará, buscando representar através dos diversos mecanismos utilizados que essa educação se firmou, mostrando suas propostas e como elas contribuíram para a valorização da educação cívico patriótica de crianças no interior da escola, família e sociedade.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é de natureza documental e bibliográfica. Para (RODRIGUES e FRANÇA, 2010, p. 55), a pesquisa documental é aquela que “utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem passar por novas análises de acordo com os objetivos da pesquisa”. Ainda para as autoras, se constitui o tipo de pesquisa que se utiliza de documentos como fontes, contudo não tomando esses documentos como única verdade. Tal perspectiva possibilita a leitura e releitura do documento, considerando a sua não neutralidade.

Sobre pesquisa a bibliográfica, Severino (2007) a considera como aquela realizada por meio de um arsenal teórico produzido a partir da contribuição de pesquisas anteriores realizadas por diversos autores, disponíveis em livros, artigos bem como pesquisas traduzidas em teses e dissertações. Assim, cabe ao pesquisador se apropriar dessas contribuições analíticas estabelecidas por categorias e dados que servirão de suporte teórico para futuras pesquisas.

Para tanto, por se tratar de uma pesquisa histórica, utilizo como fontes documentais: a revista **A Escola**, com edições de 1900 a 1905, bem como a **Revista do Ensino**, com edições de 1911 e 1912; o Decreto Nº 1191 de 19 de fevereiro de 1903 que instituiu o programa de ensino, a disposição de disciplinas escolares, entre outros assuntos que orientaram a Educação Primária no Estado; os Relatórios da Secretaria do Estado, Interior e Justiça do Estado do Pará, referente aos anos de 1889, 1909 a 1911; o Decreto nº 1722 de 3 de setembro de 1910, que aprova o programa para os exames de estudos primários; o Decreto nº 1695 de 30 de maio de 1910, que orientou os programas de ensino para Educação Primária do Estado, o Decreto nº 1689 de abril de 1910, que reformulou as diretrizes para Educação do Estado, o Decreto nº 850 de 30 de abril de 1900 que torna obrigatória a assinatura da revista A Escola entre os professores primários do Pará, a Edição Especial para as

escolas da 2ª Conferência Cívica de 1900, o Álbum da Festa das Crianças de 1905 e o Álbum O Pará de 1908, entre outras.

Essa investigação tem como aporte teórico os autores: Oliveira (2016), Murilo de Carvalho (1990,2005), Priore e Venâncio (2010), Sarges (2010), Geraldo Coelho (2011) Marta Carvalho (2011), Cambi (1999), Rizzini e Schueler (2015), Sevcenko (2003), Souza (1998,2009), Chartier (1990, 2002), Le Goff (2013), Bastos (2002), Nóvoa, Bandeira e Teixeira (2002) e Catani (2002), França (2004), Viana (2015), Gonçalves (2011), Hansen (2007), Nascimento (2012), Veiga (2011), McLaren (1991), Frago (2001), Farias (2013), Hobsbawm (1996), Gondra (2004), Silva (2004), Bosi (2006), Pesavento (2007), entre outros autores que possibilitaram pensar as interlocuções realizadas entre as fontes coletadas, a educação primária paraense e o contexto republicano no Estado.

Essa pesquisa se insere no campo da História dos Impresses Pedagógicos, sua relevância está em reconstituir a história da educação cívico patriótica da escola primária do Pará no regime republicano.

Essa forma de pensar a educação em meio aos preceitos pátrios numa sociedade pensada como ela é, e como gostariam que fosse, permitiu entender as fontes desta pesquisa, sobretudo os impressos **A Escola** e **Revista do Ensino**, não apenas como um *corpus* de textos a serem analisados, mas como um *lócus* singular para entender os projetos traçados pela elite republicana do Pará para educação paraense. Os programas de Ensino para a Educação Primária de 1899, 1903 e 1910, bem como os artigos, discursos, hinos, poesias e notícias publicados nas edições das revistas **A Escola** e a **Revista do Ensino**, que circularam no período de 1900 a 1912 no Pará.

Esse entrecruzamento das fontes documentais com a bibliografia pertinente ao objeto de estudo permitiu entender a educação cívico patriótica pensada para o Estado do Pará, considerando que essa educação é uma construção histórica e foi construída, pensada e representada de diversas formas que partiam das práticas cívicas para o ensino aos festejos cívicos escolares.

Com a intenção de contribuir com a compreensão das citações dos textos da época, esta pesquisa utiliza-se de atualização ortográfica e de pontuação. Nesse sentido, em manter na escrita desse texto, os termos mais recorrentes, a fim de padronizar algumas terminologias de forma a não comprometer o sentido dos discursos.

1.3 PERSPECTIVA DE ANÁLISE

Esta pesquisa ampara-se na perspectiva da Nova História Cultural, a qual debruça-se sobre novos temas, novos objetos, ou como define Roger Chartier (1991, grifo do autor), “objetos reencontrados” na historiografia. Enquanto categorias de análise, esta pesquisa elenca as seguintes: impressos pedagógicos, saberes e práticas cívico-patrióticos. Para tanto, toma o conceito de práticas e representações atribuído pela NHC.

Esta pesquisa, ao tomar as revistas **A Escola** e **Revista do Ensino**, ora como objeto, ora como fontes, busca situá-las mediante o conceito de “impressos pedagógicos”, que para (BASTOS, 2002, p. 49), seriam “jornais, boletins, revistas, magazines, feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores”. Já com relação a definição desse tipo de gênero impresso, utilizo o significado estabelecido por (MAGALDI, XAVIER, 2008, p. 11), ao definirem que “O significado atribuído aos impressos para a pesquisa pode ser aferido, por exemplo, se nos ativermos às obras publicadas sob a forma de repertórios de fontes relativas à pesquisa educacional e voltadas para o apoio ao pesquisador”. Sobre a categoria “imprensa pedagógica”, corroboro ainda com as análises de Caspard que considera:

[...] constitui um meio indispensável para o conhecimento do que é o sistema de ensino, o que ele representa, por exemplo, no espaço onde se desenvolve e onde se localizam todos os sistemas, teorias e práticas educacionais, de origem tanto oficial quanto privada. [...] Entre as normas impostas pelo poder central e a prática cotidiana, ao nível de classe, a leitura da imprensa pedagógica permite discernir o que se passa ou não, do centro até a periferia (ou do alto até embaixo), revelando, assim, as reticências ou os boicotes que opõem à instituição escolar as diretrizes que recebe. Inversamente, esta imprensa revela a força de inovação e de proposição que o sistema pode ter encoberto (CASPARD, 1981, p. 8).

A perspectiva de práticas atribuída às análises, parte da compreensão de (SOUZA, 2009, p.19) ao considerar as práticas educativas como práticas culturais, “como formas de percepção, classificação e julgamentos pelas quais os agentes sociais concebem o mundo, justificam suas escolhas, produzem estratégias e práticas”. Nesse âmbito, as práticas cívicas e patrióticas, são pensadas nesta pesquisa, como práticas discursivas, dotadas de complexidades múltiplas e diferenciadas, capazes de construir o mundo como representações. As práticas para (CHARTIER, 2002, p. 28), atuam como produtoras de “ordenamento, de afirmação de

distâncias, de divisões; a partir disso, o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação”.

Sobre os saberes, destaco o que diz (LE CHERVEL, 1990, p. 181), sobre como reconstituir a história de uma disciplina. Para ele as “disciplinas” compreendem um conjunto “de saberes e métodos pedagógicos”. Esses saberes permitem “a transmissão cultural de uma geração à outra e põe em ação processos que se diferenciam segundo a idade dos que aprendem” (LE CHERVEL, 1990, p.185). Reconstituir a história dos saberes cívico patrióticos como artefatos culturais me levou a enveredar por uma busca intra e extra-escolar.

O conceito de representação, é tratado nesta pesquisa, pela sua forma de expressão, via discursos, normas, rituais, hinos, poesias e imagens como formas de organização do social. Ainda para (LE CHERVEL, 1990, p.183) “estas representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do mundo social – Mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos”.

Pesavento (2007) ao discutir sobre a História Cultural aponta que as representações se apresentam como formas para que os homens percebam a realidade, na medida em que estas partem da existência humana. Sendo assim, essa autora define as representações no campo da História Cultural:

[...] São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.

Representar é, pois fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente: é um apresentar de novo, que dá a ver sua ausência. A ideia central é, pois a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível sua presença (PESAVENTO, 2007, p. 21).

Nesse sentido, ao entender que as representações geram condutas e práticas sociais, permeadas de simbologias que se colocam a dizer bem mais do que anunciam, esta pesquisa se direciona para a forma como as orientações republicanas para a educação primária no Pará são representadas na revista **A Escola e Revista do Ensino**, de modo a revelar os saberes e práticas cívicas e patrióticas, como condutas e práticas republicanistas.

Para (PESAVENTO, 2007, p. 8), a NHC permite ao historiador uma nova forma de trabalhar a cultura. Para essa autora, os estudos culturais buscam “pensar a cultura

como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”.

Essa abordagem permitiu pensar o objeto desta pesquisa, em “constituir novos territórios do historiador pela anexação de territórios alheios” (CHARTIER, 1991, p. 174). Assim, a História Cultural permitiu pensar a escrita da história da educação cívica e patriótica desenvolvida no Pará, fora de um padrão de rigidez hierarquizada de suas práticas e temporalidades, uma história não resultante da soma cumulativa dos fatos.

Este estudo, ao se utilizar de suas fontes, preocupou-se em problematizá-las em seus aspectos sociais, fora da rigidez das práticas as quais foram produzidas, bem como de suas temporalidades. Uma vez “ que é impossível qualificar os motivos, os objetos ou práticas culturais em termos imediatamente sociológicos e que sua distribuição e seus usos numa dada sociedade não se organizam segundo divisões sociais prévias” (CHARTIER, 1991, p. 177).

Nesse caso, as discussões de Chartier (1991), permitem pensar os documentos dessa pesquisa, mergulhados em representações, que ora sendo individuais e/ou coletivas, comunicam o que compõe a representação do social, incluso em um tempo. Sobre essa questão esse autor elucida:

[...] as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles (CHARTIER, 1991, p. 177).

Nessa direção, Chartier (2002) destaca que, a História Cultural busca identificar como se constrói a realidade social em momentos e lugares diferenciados com uma amplitude social que é pensada, lida e construída, proporcionando ao historiador vários caminhos, e ao mesmo tempo formas de representações do objeto no mundo social. Para esse teórico, a representação do mundo social está atrelada às intencionalidades dos sujeitos que produzem os discursos, isto é, ainda que esses discursos visem a compreensão universal de uma sociedade racionalizada, representarão a percepção do social, logo estarão sempre no campo da concorrência, no entendimento de uma relação entre poder e dominação.

Para tanto, o uso da perspectiva analítica da História Cultural em Chartier (2002), endossa este estudo para a compreensão sobre as várias formas como os programas e orientações para o ensino primário são compreendidos na República e representados nas páginas da Revista **A Escola** e da **Revista do Ensino**.

A História Cultural para Roger Chartier (2002), procura identificar como uma determinada realidade é socialmente construída em diferentes lugares, pelos seus diferentes sujeitos dentro de um universo social. Como cita a seguir:

As percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...] (CHARTIER, 2002, p. 17).

Sobre esse posicionamento, destaco que esta pesquisa ao ser fundamentada nos postulados de Chartier (2002), entende que as representações sociais se constituem enquanto práticas culturais, sendo então, estratégias para pensar a realidade e construí-la.

Os discursos de educação republicana, contidos na revista **A Escola** e na **Revista do Ensino** no Período de 1900 a 1912 constituem-se em materiais de suma importância para a sociedade e agrupa-se a outros grupos de estudos como mulheres, índios, negros e outros segmentos invisibilizados pela história. No entanto, esses desencontros acerca dos discursos estabelecidos não diminuem a força atribuída a essas categorias, e muito menos de serem discutidas ou enaltecidas.

Nesta perspectiva, uma melhor compreensão desses discursos, se apresenta a necessidade em destacar o cenário político dos anos finais do século XIX e início do século XX, período de proclamação da República em muitos estados da federação e o cenário onde a imprensa se assenta como suporte na propagação dos ideais republicanistas.

Coelho (2008) acrescenta que esse período é marcado por uma pedagogia nacionalista e cívica e tinha como objetivos, fazer com que a sociedade legitimasse as instituições republicanas, com a proposta de criar um imaginário republicano na sociedade paraense.

Para Hansen (2007) nas primeiras décadas da república o país vivia significativas transformações geradas pelas instabilidades políticas, econômicas e sociais, herdadas do final do império. Esse contexto direcionou um novo sistema de

valores morais, promovendo novos hábitos e um novo espírito coletivo de consolidação do novo sistema político. Portanto, a moral e o civismo exerceram um papel importante na pedagogia em vigor e isso vai repercutir nas produções impressas e nos discursos oficiais direcionados ao ensino.

Ainda para Hansen (2007) as duas primeiras décadas do século XX, se configuraram como um período de grande para a disseminação da literatura e da imprensa no país, que acabaram por assumir um caráter cívico e pedagógico. É mediante a este cenário que a revista **A Escola** e a **Revista do Ensino**, lançam-se com o propósito de formar o futuro cidadão da República.

A imprensa educacional constituiu-se em testemunho vivo dos debates educacionais que marcaram a sociedade paraense nas primeiras décadas do regime republicano. Ela permitiu compreender as concepções de ciências e educação veiculadas pelos intelectuais aos seus leitores, com vistas a criar uma representação sobre uma sociedade e educação civilizada.

Com efeito, as revistas **A Escola** e **Revista do Ensino**, nasceram e configuraram-se como um apoio à educação pública, sendo assim porta de entrada para a realização dos desejos de um grupo de intelectuais que as produziram e que viram na educação a ascensão do cidadão aproximada ao padrão de modernidade europeia. Tais intelectuais já demonstravam em suas páginas certa preocupação com a instrução dos futuros brasileiros, destacando assim uma instrução vinculada à cidadania política na Primeira República. Sobre esse contexto:

[...] a educação se constituiu a principal saída para a ampliação do quadro de cidadãos da República, ao mesmo tempo em que funcionou como forma primordial de propaganda para filiação de crianças e jovens ao regime republicano. Capaz de garantir a formação ideológica necessária para criar cidadãos disciplinados e obedientes, a educação fornecia imagens de um futuro a ser construído (GONÇALVES, 2011, p. 18).

Na análise de Gonçalves (2011), a república foi um período marcado por mudanças introduzidas pela pedagogia nacionalista, com discussões sobre a formação do cidadão ideal, momento esse caracterizado por uma grande preocupação com a escolarização de crianças no Brasil.

As revistas **A Escola** e **Revista do Ensino** tinham o propósito pedagógico apoiado nos ideais educacionais da época. Suas edições eram elaboradas por um grupo de intelectuais que de alguma forma acompanhavam os discursos e as

mudanças de pensamento no cenário mundial. Esclareço que na época as poucas revistas existentes que circulavam no Pará e no Brasil, eram projetos ligados a instituições religiosas e/ou educacionais.

Nesse contexto, convém destacar que, os estudos com base em periódicos educacionais, tanto como fontes ou como objetos, têm chamado a atenção de muitos pesquisadores de diferentes países, dentre os quais elenco os estudos de Pierre e Penélope Caspard (2002). Os autores investigam a imprensa pedagógica de ensino na França, trazendo para discussão o papel da formação do professor por meio de revistas de ensino.

No cenário nacional, destaco Bastos (2002), autora com ampla discussão sobre a atualização do professor por meio da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). Essa autora discute a história da produção da Revista do Ensino editada no Rio Grande do Sul a partir dos projetos políticos pedagógicos que circulavam e que de alguma forma tencionavam moldar as práticas educativas do estado.

O terreno de pesquisas da História da Educação em periódicos, conquistado por esses autores, me levam a dialogar com Nóvoa, Bandeira e Teixeira (2002), sobre a importância do desenvolvimento de pesquisas nesse campo teórico. Na compreensão desses teóricos, analisar a imprensa pedagógica, significa apreender os discursos entre as práticas e teorias situadas no nível mais macro do sistema educacional, como também do nível micro, constituído na experiência concreta. Esses autores ainda destacam que esse campo investigativo se apresenta como um *corpus* de extrema importância para a História da Educação, possibilitando um trilhar para buscas de uma nova cultura pedagógica. Sobre isso, acrescentam:

[...] A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos atores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições, [...]) (NÓVOA, BANDEIRA e TEIXEIRA, 2012, p. 13).

Nóvoa *et al.* (2002), entendem que o uso da imprensa em estudos voltados, como fonte e como objeto em pesquisas na História da Educação, permite o entendimento das práticas e teorias para a construção de análises numa esfera macro do sistema educacional e o apreender das práticas da experiência concreta no olhar micro. Portanto, estudos baseados na utilização de periódicos educacionais,

proporcionam o revelar de muitas facetas do processo educativo, antes não analisadas, uma vez que procura destacar o sistema educacional internamente do que era pensado para a prática docente e do que realmente era ministrado no interior das salas de aula.

Esta dissertação de mestrado está organizada em quatro seções. Na primeira seção, introdutória a esse estudo, foram apresentados os motivos que impulsionaram a escolha do objeto, o problema da investigação, os objetivos: geral e específicos e o percurso metodológico e a perspectiva de análise, bem como os estudos que tratam sobre os impressos pedagógicos no campo da História da Educação.

Na segunda seção “A imprensa periódica pedagógica no Pará em dias de República”, discute-se o surgimento das revistas **A Escola** e **Revista do Ensino** e suas inserções no campo político de afirmação da educação republicana no Pará, no que tange às duas primeiras décadas desse período. No decorrer desta seção, aborda-se o debate e a materialidade e historicidade desses impressos voltados para as orientações ao ensino, bem como, suas representações sociais a partir das discussões em torno de temas como educação, ufanismo e republicanismo do Pará.

Na terceira seção “O ideário cívico e patriótico na educação primária paraense e sua circularidade em impressos pedagógicos”, analisa-se como esse ideário foi se constituindo na revista **A Escola** e na **Revista o Ensino**. Parte de uma discussão sobre civildade, progresso e educação, de modo a evidenciar como o perfil da criança republicana paraense se compõe mediante as concepções médico-científica de higiene do espaço escolar e higiene do corpo infantil. Faz-se ainda uma discussão sobre como os conceitos de pátria e nação se agregaram ao ensino paraense, constituindo todo um imaginário sobre os símbolos nacionais.

Na quarta seção “Educação Primária no Pará em dias de festa”, discute-se as ocasiões nas quais os saberes e práticas cívicas e patrióticas eram disseminados, além de evidenciar o lugar do professor primário em meio a esse cenário. Estabelece ainda, interlocuções acerca dos sentidos e significados que os rituais festivos constituíram para a formação das crianças. Destaca a representação festiva no ensino, como momentos de ritualização do regime republicano, atuando como práticas sociais que buscavam trazer sentidos culturais de remodelamento das almas e dos corações infantis em meio a versos e rimas poéticas, assim situa ainda, como os hinos e poesias figuravam para a construção da identidade da escola primária.

Na quinta seção, apresento as aventuras e desventuras reveladas neste estudo e que fizeram desses impressos mecanismos e instituições de vigilância, controle das práticas escolares da educação primária no Pará republicano, ao mesmo tempo em que aponto em qual medida essas revistas contribuíram para difusão e fortalecimento da política republicana no Estado.

Dessa forma, esta pesquisa mostrará como o discurso de educação republicana no Pará delineou, inclusive, a identidade da escola primária como instituição. Sendo assim, busca, ainda ampliar esse campo de análise, mostrando que os impressos pedagógicos eram não apenas meios de divulgação das ações educacionais do Estado, mas instituições de mecanismos para acultramento de manifestação do imaginário educacional republicano.

2 A IMPRENSA PERIÓDICA PEDAGÓGICA NO PARÁ E A EDUCAÇÃO EM DIAS DE REPÚBLICA

Se sois verdadeiro republicano, cuidai e cuidai sempre da educação do povo: ignorância e República são ideias que se repelem.

A Escola, 1900

Assim, foram iniciados os Novecentos no Pará, imersos em meio a um discurso progressista republicano que se construía nos dias da República no Estado. A educação nesse cenário, figurou como protagonista da grande cena, era o escape do mundo de ignorância vivenciado pela sociedade paraense.

Na epígrafe acima do editorial da revista **A Escola** de edição de nº 3 de 1900, revela o “cuidado” ao mesmo tempo o temor que o regime republicano via frente às altas taxas de analfabetismo que assolavam o Estado. “Ignorância e Republica” eram termos que não podiam conviver harmoniosamente na lógica do pensamento republicano.

Esse foi o cenário propício, para que a imprensa pedagógica paraense pudesse atuar no regime republicano e de certa forma, procurou produzir singularidades na forma de construir e idealizar a ordem republicana paraense via impressos.

Nesse âmbito, as discussões sobre como a imprensa periódica pedagógica figurou no cenário da educação primária em dias de República, se estabelecem como foco de análise nesta seção, na medida em que buscam trazer a materialidade dos impressos analisados, bem como a ordem discursiva sobre os saberes e as práticas cívicas e patrióticas que circularam nas revistas **A Escola** e **Revista do Ensino**.

No Pará, as revistas **A Escola** e a **Revista do Ensino**, estavam sob a tutela do Estado republicano. Os textos publicados nesses impressos, eram previamente examinados pelo conselho editorial, que deliberava sobre publicação a aceitação ou não do que seria veiculado.

Os impressos pedagógicos se constituem em fontes de grande valor histórico para pesquisas que se propõem em estudar a História da Educação na perspectiva da Nova História Cultural, na medida em que possibilitam entender seus usos e

destinos, bem como as práticas e teorias educacionais que circulavam nas produções de intelectuais que escreviam para essas revistas, fazendo circular modelos educativos com o intuito de propagar o ideário político republicano na capital paraense.

Para (BASTOS, 2002, p. 173) a pesquisa histórica em fontes como impressos pedagógicos “possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, as práticas educativas e escolares”. Os textos que neles circulavam, eram produzidos por professores e para professores.

Sobre isso, o historiador cultural deve se colocar atento para a cultura moldada pela política, pela economia e pela sociedade. A história cultural procura olhar para o momento histórico atentando-se para os aspectos culturais e sociais, que traduzem o cotidiano dos sujeitos que dele fazem parte. Nesse sentido, procuro por meio dessa abordagem dar visibilidade às práticas e discursos sobre a educação cívica e patriótica para a educação primária paraense.

Para além dos discursos e ideais políticos que circulavam no Pará por meio da imprensa periódica, esta seção traz para o debate a múltiplas dimensões desse campo ainda pouco explorado na História da Educação primária no Estado, por entender que a imprensa paraense foi a porta voz de discursos dos homens de ciências e das letras, que fizeram o ideário republicano tomar força no Estado.

Discutir sobre importância dos impressos pedagógicos no campo da História da Educação em especial na Amazônia, significa compreender esses impressos como ferramentas que faziam circular informações sobre o cotidiano do trabalho pedagógico. Apresento para o debate os ideais cívicos e pátrios presentes na revista **A Escola** de 1900 a 1905 e na **Revista do Ensino** de 1911 e 1912, enquanto propostas para as práticas educativas que permeavam o universo educacional no ensino primário paraense durante o período de 1900 a 1912.

Ao partir dessa premissa, volto-me para a discussão dos impressos pedagógicos paraenses em seu contexto de projeto político e social de educação republicana, tal proposta é necessária para o alcance do propósito maior que era a formação do cidadão republicano.

2.1 A IMPRENSA PERIÓDICA PEDAGÓGICA NO PARÁ REPUBLICANO

O regime republicano surge em um contexto no qual grande parte da população vivia sob condições insalubres e desconforto social. A República trazia para o seio da sociedade a imagem que a prosperidade social seria alcançada por meio do mundo civilizado.

E acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa” [...] (SEVCENKO, 2003, p. 41).

O progresso propagado pelo novo regime político, era a prioridade a ser alcançada de norte a sul do país. As representações criadas sobre o mundo civilizado, tinham como fundamento a ciência, o uso de máquinas na indústria, considerados como mecanismos civilizatórios, guiados pelos padrões mundiais.

O final do século XIX e o início do século XX, foram marcados no Pará ainda pelo o que foi a *Belle Époque*⁶. Nesse contexto, o Estado passou a assumir a função de agente patrocinador da modernização, levando a capital paraense a um desenvolvimento urbano acelerado. Sobre o progresso no Estado, Nazaré Sarges acentua que:

O desenvolvimento urbano que se gestava há algum tempo acelerou-se com a implantação da República que, enfatizando a descentralização, deu maior autonomia à aplicação dos impostos, além de conceber ao Estado maior participação da renda concernente à exportação da borracha. Esse momento de transformação pela qual passou a Amazônia, especificamente Belém, coincidiu com a modernidade surgida em Paris e Viena (SARGES, 2010, p. 150).

Nas palavras da autora, a modernidade em Belém traduzia-se no progresso sintonizando com o que vinha acontecendo na Europa. A modernidade, ofuscava principalmente as razões econômicas que motivaram a difusão das forças modernas na capital, não demonstrando a preocupação com as necessidades básicas da população.

⁶ Para Coelho Considerada Idade de Ouro, espelho do progresso e da civilização, traduziu a cultura urbana de uma burguesia contemporânea que buscava atrelar-se aos padrões europeus, a exemplo da Paris do final do século XIX e início do século XX. Para esse autor, esse período demarcou um processo de profundas transformações culturais, sociais, políticas, materiais e mentais, o que se desenvolveu em meio a cultura burguesa que buscou firmar-se mediante a hegemonia do capitalismo industrial, que de certa forma buscou construir a imagem de um homem histórico, formado pelos pilares da ciência, fruto dos processos civilizatórios mundiais.

É oportuno destacar que, a intenção de transformar a cidade, não inicia com a República, desde o ano de 1880, a capital paraense já apresentava sinais de desenvolvimento urbano, bem como a internacionalização de mercados. O Estado almejava que a cidade se desenvolvesse primando por um espaço, limpo, disciplinado e ordenado. No entanto, teve que empreender esforços para replanejar os padrões de conduta, com a criação de um novo sistema de regulação social na capital, o que resultou na criação de um código de posturas para a cidade. (SARGES, 2010).

O progresso era a grande obsessão do regime republicano, a burguesia em ascensão, lançava seus esforços para a formação de uma nova imagem urbana, com a construção de avenidas, praças, jardins, palacetes e monumentos, tudo feito com materiais vindos do continente europeu. Esse novo espaço público, trazia novos perfis de vida urbana, que exigiam novos padrões de comportamento para a vida social. (SEVCENKO, 2003).

No Pará, segundo Sarges (2010), a preocupação com as transformações urbanísticas e culturais mais significativas ocorreram entre os anos de 1897 e 1910, momento no qual, a capital paraense era administrada pelo intendente municipal Antônio Lemos. As razões pelas quais essas transformações se deram, justificaram-se pelo momento de consolidação do novo regime, pelo apogeu da borracha no mercado internacional e finalmente, por Antônio Lemos, representar em sua administração municipal o período de modificações estéticas da cidade.

O sentimento de luta contra a ignorância, espécie de trevas vivenciada pela população, significava uma luta contra o atraso, que o estado de enfermidade que acometia grande parte da população. A principal função do poder público era de fato, “zelar pelo bem-estar social”, combatendo os maus hábitos de uma população mergulhada na insalubridade. A saúde, saneamento e vida urbana, foram os focos da administração pública para o acultramento urbano da cidade de Belém.

Cabe destacar, que as transformações ocorridas em Belém trouxeram certos paradoxos do que viria a ser o tão sonhado progresso. De um lado, via-se a expansão desbravadora com a criação de fábricas, indústrias, hospitais, portos e ferrovias que delineavam o ar renovador, estabelecido pela estética social. Por outro lado, os padrões civilizados do crescimento social desenfreado, foram marcados por contradições e colocaram em cheque o progresso capitalista. A miséria, a prostituição e a falta de moradia, expunham parte da população, em sua maioria pobre às doenças e ao descaso social. (SARGES, 2010).

As mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais moldadas pela República, ocasionaram também mudanças significativas na sociedade paraense. O aburguesamento da sociedade era uma realidade que atingia a elite do centro da cidade, que dispunha de iluminação, moradia, lazer e assistência social. Já as classes populares, somavam um considerável contingente populacional, que com o aumento do preço da moradia no centro da cidade, foram obrigadas a se deslocarem para a periferia da cidade ou para o interior do Estado, expondo-se a uma realidade muito hostil.

Sevcenko (2003), ao analisar a realidade da capital da República, destaca que houve uma certa mudança nas relações sociais e econômicas. A materialidade das relações trouxe entre seus reflexos a passagem de relações sociais para relações burguesas. As relações de ajuda ao próximo, passaram para a acirrada competição acirrada de ganho e perda guiada pelos interesses econômicos. Assim, a República vinha de certa forma, extinguir a antiga nobreza, valorizando a aparência exterior, a proposta era qualificar cada indivíduo da nova sociedade.

Para esse autor, entender as mudanças sociais do novo regime, significa compreender a natureza e o sentimento das relações intersociais, considerando que tais transformações ocorreram de Norte a Sul do país, mas em perspectivas diferentes, segundo as variáveis de cada região. Para (SEVCENKO, 2003, p. 58) “A fonte desse processo de germinação simultânea de energias deve encontrar-se alhures, em um núcleo de força que transmita equitativa e crescente os seus impulsos por toda a parte”.

Sevcenko (2003) destaca que, a expansão do mundo capitalista diante das sociedades tradicionais, trouxe certa desestabilidade para as regiões periféricas em relação ao desenvolvimento industrial que de fato veio legitimar a dominância da economia europeia sobre todas as outras economias do mundo, como por exemplo, o Brasil.

No Pará, a República trouxe em seu bojo, a criação de uma moral educadora, que para Sarges (2010), se estabeleceu enquanto postura reguladora do Estado, que via na população, o seu suporte para a concretização de ações reguladoras e ao mesmo tempo implementar um controle rigoroso dos comportamentos daqueles que habitavam a capital e que de alguma forma, precisavam se submeter às regulações do Estado.

O anseio por uma padronização da sociedade paraense frente aos desdobramentos ocorridos sobre os modos de vida das pessoas, com seus usos, costumes e formas de pensar, modificados pelos padrões burgueses, eram observados até mesmo pela forma como as pessoas se vestiam, principalmente as mulheres se vestiam. Em Belém, a moda foi sem dúvida algo de grande destaque para a nova sociedade, chegando a aquecer um mercado internacional com o surgimento de lojas que ocupavam o centro comercial da cidade, esse mercado, de certo modo, proporcionou um ajustamento das mulheres ao padrão internacional.

Para (SEVCENKO, 2003, p. 44) “O novo cenário suntuoso e grandiloquente exigia novos figurinos”. A moda passava da tradicional cartola e sobrecasaca pretos, para a moda democrática e leve do paletó e camisa em tons claros, “O importante agora é ser *chic* ou *smart*, conforme a precedência do tecido ou modelo” (SEVCENKO, 2003, p.45, grifo do autor).

Sevcenko (2003), esclarece, que o modelo de vida republicano era consumido pelo que estava em alta no cotidiano do Velho Mundo, logo ser culto, significava consumir os usos, costumes e ideologias, em especial do continente europeu. O mercado marítimo foi o grande responsável por fazer circular o que vinha de fora, sobretudo da França. Para esse autor, os navios franceses “não traziam apenas figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças” (SEVCENKO, 2003, p. 51).

No pensar desse teórico, o desenvolvimento econômico oriundo do regime republicano, desencadeou um alargamento de grupos econômicos, crises políticas que ansiavam por reformas políticas, administrativas, educacionais e modificações econômicas que produziram a sede por riquezas, pelo ouro, pelo luxo, pela posse, pela vida de triunfo. A principal proposta era o alcance de um regime do tipo social representativo por excelência, com bases fincadas no conservadorismo e nos bens materiais.

Sobre esses grupos econômicos, (RIZZINI, SCHUELER, 2015, p. 219) destacam que no período de 1870 e 1910 no Pará, predominavam os chamados “coronéis da borracha”, os financistas, os exportadores, os comerciantes, a burocracia estatal e grupos integrantes das elites políticas e intelectuais do Pará”. Para essas autoras, de fato, esses grupos comungavam da mesma ideia de representações do progresso e modernidade provocada pelo crescimento da economia da borracha.

Essa ambição pela busca de novas oportunidades e ganhos materiais, moldou a República. Os “novos homens”, se colocavam como aqueles que trariam a nova ordem política, econômica e social, demarcando os propósitos do novo regime com seu arrivismo desmedido, procurando mostrar a nova sociedade. A análise desse autor aponta que esse arrivismo aconteceu diante do pretexto da democracia em nome do triunfo de igualdade para todos. Entretanto, cabe refletir, sobre quem estava incluído nesse projeto, se realmente essa democracia atendia todas as classes e sujeitos da sociedade. (SEVCENKO, 2003).

A modernidade republicana foi resultante de incentivos do capital estrangeiro e contribuiu para o surgimento de novas relações sociais na sociedade. A nova concepção de homem dinâmico, capaz de pensar e executar tarefas em um curto espaço de tempo, perpetuou a ideologia da vida moderna mediatizada, na qual o amanhã e a prospecção do futuro estavam mais próximos do que nunca. (SEVCENKO, 2003).

Para (SEVCENKO, 2003, p. 97), essas aspirações políticas e sociais geraram um certo anseio em muitos intelectuais brasileiros, que viam no fluxo cultural europeu, “a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas”.

Nesse sentido, o engajamento político tornou-se para esse autor “a condição ética do homem das letras” (SEVCENKO, 2003, p. 97). Assim, os esforços desses homens, canalizavam para o modo de vida da sociedade brasileira aos moldes europeus, para eles era preciso modernizar a nação e integrá-la ao perfil internacional, sendo que tal modernização se constituía em aspectos culturais e materiais. Portanto, as produções desses homens, eram a possibilidade de interferir na ordem social de sua comunidade.

Essa geração modernista considerava que a sociedade estava engessada desde 1870, logo reformas que instituíssem a abolição, a democracia e a República eram necessárias e indispensáveis. Para tanto, Sevcenko esclarece que:

Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional; e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das

iniciativas – soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência - e a democratização, entendida como a ampliação da participação política [...] (SEVCENKO, 2003, p. 97).

No âmbito nacional, Sevcenko (2003) destaca em seus estudos que Lima Barreto chegou a denominar o novo regime como “República Aristocrática”, denominação que expressava também o posicionamento de José Verissimo. Para ambos, a República era originária de dois processos, caracterizados inicialmente por uma adesão de monarquistas e de todo o comando de elite que se colocava vitoriosa no novo regime e posteriormente, pela reversão dos republicanos militares adeptos do conservadorismo que se receava em meio a fase de consolidação.

Essa nova elite intelectual era oriunda do mais alto padrão político do antigo império, formada por homens como Rui Barbosa, Rio Branco, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, entre outros. Esses personagens movimentaram as duas primeiras décadas da República no país, no que diz respeito ao pensamento político.

De fato, o regime republicano trouxe certa efervescência aos pensamentos de intelectuais, imprensa e homens políticos que disseminavam a visão de que o Estado deveria ampliar sua atuação sobre a sociedade, assim como sobre todo o território nacional. Essas ideias, refletiam percepções e críticas permeadas de novas posturas e condutas advindas com a República, algo que demarcou um novo enquadramento social, dotado de novos valores.

Esse grupo se colocou como responsável pelo novo cenário político, econômico e social da nação. Homens como Tobias Barreto, Clóvis Bevilacqua, Artur Orlando, Araripe Junior, Capistrano de Abreu, Silvio Romero e Graça Aranha, tiveram considerável expressão nacional. Esse último publicou o conto “Malazarte”, obra popular inspirado nas obras do literário Victor Hugo publicado na imprensa periódica pedagógica no Pará, na **Revista do Ensino** de nº 5, ano 1 de 1912, a ser discutido posteriormente.

Para Sevcenko (2003) esse grupo de forma alguma, pretendia condenar o Brasil a uma imitação europeia, pretendia sim, mostrar a força do arrebatamento malgrado do patriotismo tão necessário, que traria a claridade e dignidade nacional, forjada, é claro, pelos ideais franceses.

Destaco também, nesse grupo de intelectuais, Araripe Junior, que na **Revista A Escola** de nº 45 de 1903, apresenta uma discussão sobre como deve ser pensada

a educação nacional. Ainda sobre esses intelectuais, destaco Silvio Romero, que na Revista **A Escola** de nº 45 de 1903, discute o ensino público, destacando que a educação deveria unir-se aos objetivos nacionais, defendendo a ideia de uma educação nacional integrada.

Essa geração de intelectuais trouxe um certo utilitarismo intelectual, na medida em que toda a produção intelectual só teria valor se fosse destinada para a mudança social. Assim, se colocavam como representantes dos novos ideários, revelando o espírito da época, diziam ser a sobrevivência do país. Até Tobias Barreto chegou a declarar que no Brasil se tinha um Estado, mas não uma nação, logo cabia a imprensa desenvolver e propiciar esse desenvolvimento. (SEVCENKO, 2003).

Para esses homens, o Brasil necessitava de uma ação reformadora que se desdobrasse para a reconstrução da nação e remodelasse o Estado, por meio da modernização das estruturas sociais e políticas. Esses intelectuais atuavam como catalisadores dos processos históricos, diante da grande transformação social, econômica e cultural vivenciada pelo Brasil e de alguma maneira, contribuíram para o novo cenário nacional.

Os escritores de mais destaque da época eram em grande parte abolicionistas como: Euclides da Cunha, Farias Brito, Aluísio Azevedo e Cruz e Souza. Muitos desses homens demonstravam em seus escritos, as decepções com a República, sendo então alvos de perseguições, por parte do Estado.

No entender desse teórico, esse foi o ambiente propício para que a imprensa desempenhasse seu papel na República, isto é, fazer com que a nova elite se adaptasse à nova vida urbana. Os encontros, as conversas sociais nas varandas, cederam espaço para os novos espaços públicos, como avenidas, coretos, praças, jardins, bosques e palacetes. A rotina social da burguesia mudou consideravelmente, o cidadão passou a ocupar-se dos vários compromissos sociais, as novas produções literárias passaram a exaltar um cidadão sem tempo livre para a contemplação literária, a literatura passa a adaptar-se a nova ordem social.

A diminuição do tempo, a concorrência do jornal diário, do livro didático, da revista mundana e dos manuais científicos, de par com as novas formas tecnológicas de lazer, o cinematógrafo, o gramafone e a fotografia, estreitaram ao extremo o papel da literatura. As novas condições obrigavam a um rigoroso processo de seleção e exclusão, previamente à leitura. A ampla difusão da imprensa e as oscilações sociais que tumultuaram o período concorreram, por sua vez, para a perda progressiva do gosto literário (SEVCENKO, 2003, p. 123).

Para o referido autor, a aptidão literária passava por crises, que se acentuavam pelas instabilidades mercantis, econômicas e até mesmo do próprio mercado editorial. (SEVCENKO, 2003, p. 128) aponta que, “o analfabetismo quase total da população brasileira, nesse instante drasticamente lembrado, impedia o desenvolvimento de um amplo mercado editorial”. Esse fato, forçou muitos intelectuais a migrarem para o jornalismo, funcionalismo público e até mesmo para a política. Assim, divulgavam seus pensamentos e exerciam suas funções literárias sob a tutela do Estado.

As novas produções literárias, viam-se reféns de uma neutralização da força cultural, Sevcenko (2003) destaca que até mesmo Olavo Bilac chegou a declarar que o Brasil era portador de uma literatura nacionalista e que se fazia nacionalista. Essa onda nacionalista tomava conta do país e na literatura, trazia temas populares e folclóricos.

No Pará, essa realidade foi observada nas produções de homens como Theodoro Rodrigues e Virgílio Cardoso, entre outros, que escreviam para os impressos paraenses e livros adotados no ensino primário no Estado, entre essas produções, destaco o livro “**Pátria Brasileira**” de Virgílio Cardoso, utilizado como leitura cívica destinada ao ensino primário. As produções literárias, eram marcadas pelo sentimento nacionalista e moralista e se faziam presentes nas poesias e poemas. Essa influência nacionalista, regia inclusive a composição dos hinos escolares nas escolas paraenses, produções que colocavam a educação como fonte regeneradora para o progresso do país.

Os intelectuais eram de fato considerados um grupo social. Para Sevcenko (2003), esse *status* repassava a ideia de que o homem das letras trazia grandes ameaças à sociedade, assim, havia a necessidade de reformulação de sua imagem, socialmente. Partia-se do princípio de que o intelectual era não apenas um homem das letras e sim um homem de ofícios, dotado de uma profissão primeira, sendo algo útil para a imagem nacional.

No Pará, o novo regime criou mecanismos que moldou até mesmo a própria elite, que passou a assumir funções na administração pública e política. Convém frisar, que parte da administração pública ficava a cargo da igreja católica, que detinha o poder sobre hospitais, cemitérios, escolas e entre outras repartições.

Fato exemplificado no Pará por homens como Flexa Ribeiro, músico e professor, que atuou como Secretário da Instrução Pública do Estado no período de

1909 a 1912. Virgílio Cardoso, poeta e professor, que atuou como Secretário da Instrução Pública do Estado do Pará no período de 1899 a 1901, bem como outros intelectuais que participaram ativamente da educação no Estado, a exemplo de Octávio Graça e Acylino de Leão, ambos médicos na capital paraense.

A imagem dos intelectuais como homens de ofícios, foi uma estratégia ímpar para integrá-los na liderança de cargos públicos, o que delineava um certo jogo político, pois ao mesmo tempo em que se tinha à frente da administração pública pessoas bem-dotadas e letradas para uma ação política e diplomática, se tinha também a desarticulação dos grupos de intelectuais contrários e que resistiam à dominância do regime republicano. (SEVCENKO, 2003).

Ao observar o papel da imprensa na República, ora combatendo o novo regime, ora lutando para o seu funcionamento, concordo com Sevcenko (2003) que por meio dela o novo regime conseguiu trilhar de forma sólida sua consolidação pelo fato de que os jornalistas e editores tornaram-se aqueles que levariam os novos perfis sociais aos lugares mais longínquos das capitais, algo não muito diferente do que ocorria no Estado do Pará, onde os impressos como revistas, folhetins e jornais, circularam por muitos municípios do interior.

Na capital paraense, esse novo cenário propiciou o desenvolvimento de um novo jornalismo, bem como uma nova produção literária, que marcou a área cultural da cidade e repercutiu em um novo cenário para que a imprensa adotasse novas técnicas de impressão e edição, o que tornou possível o acesso das camadas alfabetizadas aos materiais impressos.

Na esfera social, essa nova forma de conceber a imprensa e a literatura, trouxe segundo Sevcenko (2003), novos olhares e abordagens para a vida na cidade. As prosas, os romances e as produções literárias, foram responsáveis pelo sonho da vida moderna e civilizada, a exemplo da vida em Paris, vida consumida pela leitura, roupas e adereços, tudo acessível com facilidades estabelecidas pelas viagens ao continente europeu. Sobre esse ponto, Coelho destaca:

Esse aforismo – *civiliza-se* – pretensamente histórico atravessou décadas do pensamento social brasileiro, da mesma forma como alimentou, no país, um forte imaginário acerca de um progresso e de uma civilização que aqui se estabeleceram na condição de universais. O natural pendor dos nossos homens de letras e de nossos artistas teria conseguido produzir, em solo cultural tão diversificado, a ambiência social e mental de cidades como Paris, Viena, Lisboa, São Petersburgo, vitrines das proclamadas, e assim cultuadas, conquistas do Progresso e da Civilização (COELHO, 2011, p. 146).

É certo pontuar que nesse contexto até o cavalheirismo cedeu espaço para o feminismo, para inclusão e atuação do papel da mulher no mercado de trabalho. Essas novas percepções trazidas pela imprensa, trouxe novos ideais sociais, como a utilização de novos meios de transportes como bondes e automóveis, o sentimento de elegância, divulgados em retratos nos jornais, repercutem novos valores sociais, morais, materiais e muitas das vezes superficiais, mas tidos como essenciais para o novo espaço urbano. (SEVCENKO, 2003).

Esse autor coloca que essas modificações sociais, reconfiguram até mesmo a imagem do poeta, tido como homem amoroso, talentoso que contemplava a natureza, para a imagem do homem bem trajado, elegante e urbano. O homem bem vestido, era a imagem do cidadão bem-dotado, portador de primado *status* social, imagem que influenciou as novas produções literárias, que passaram a evidenciar novos conceitos sociais, sobretudo sobre o valor da nacionalidade, da moral, do progresso, do modernismo.

No caso paraense, Geraldo Coelho (2011) ao escrever o artigo “Na Belém da *Belle Époque* da borracha (1890-1910): dirigindo olhares”, destaca a importância da imprensa paraense para a *belle époque*, os jornais como a **Província do Pará e Folha do Norte**, que circulavam a serviço do Estado e repercutiam o caminho da sociedade urbana por meio de crônicas. Esses jornais circularam no Estado desde os anos finais do século XIX e estavam entre os poucos com técnicas avançadas de impressão.

As páginas desses jornais procuravam reproduzir os discursos da civilidade produzida pela *belle époque*, esses discursos tinham a função de enaltecer a vida cotidiana na capital urbanizada e de um primado padrão higienista. Esse dia a dia da sociedade moderna paraense tinha como cenário os cafés, teatros, lojas, lugares que estampavam o panorama do novo perfil social. Como explica (COELHO, 2011, p. 151) “[...] A imprensa periódica de Belém da época, e mais os jornais de agremiações e de associações profissionais inventariavam, por assim dizer, os lugares, as formas e os sujeitos que emprestavam uma dada visibilidade à *belle époque* de Belém”.

Para esse autor, a *belle époque* trouxe a imagem metafórica de Belém como cidade organizada para o progresso e civilização, era a Belém de Antônio Lemos, da grande economia extrativista, submetida a ações de disciplina e segregação social, tudo sob a justificativa do cultivo da imagem de civilidade. Os intelectuais da época procuravam romper com esse estereótipo atrelado apenas ao valor de sua economia,

lutavam para resgatar a imagem cultural e intelectual da capital paraense. Geraldo Coelho ainda pontua que “Para além das realidades materiais e políticas da belle époque da borracha, há registros narrativos da Belém do látex que procuram recuperar e dialogar com o epicentro da cultura letrada e mundana da então capital do Pará” (COELHO, 2011, p. 152).

Esses intelectuais agarravam a missão de recuperar a imagem que traria novos ares para a sociedade intelectual da época, homens como Humberto Campos, Theodoro Rodrigues, Eustáquio de Azevedo, Paulinho de Brito e João Lúcio de Azevedo estavam entre os nomes daqueles que faziam de suas produções, traduzidas em crônicas e artigos, espelhos para a exaltação do momento social a que viviam.

Este foi o cenário propício para que esses homens viessem a alcançar um espaço privilegiado na imprensa paraense, não bastava apenas que suas ideias fossem divulgadas para uma parte da sociedade, era necessário ir mais além. O resgate da imagem de cidade letrada deveria surgir nas bases, seria então a educação seu pilar de sustentação, a educação seria o meio de manutenção dessa imagem.

O contexto de recuperação da imagem letrada da capital do Pará surge no final do século XIX e início do século XX, além dos jornais, um considerável número de revistas, entre elas pedagógicas, se colocavam como veículo de ação intelectual desses homens. A educação seria a porta de entrada para a sonhada regeneração social, logo por meio da iniciativa de intelectuais organizados em associações culturais em seus mais variados campos como comércio, música, artes, agremiações e sociedades, suas ideias se propagariam.

As duas primeiras décadas da República no Pará foram decisivas para que a imprensa paraense divulgasse os discursos de regeneração social para as camadas populares, logo, os jornais e os impressos foram decisivos para o crescimento e conquista de um mercado de um público leitor que consumia diariamente o que a imprensa produzia. Portanto, a opinião pública era formada por esses intelectuais que detinham o poder de ação social. (COELHO, 2011).

Muitos desses homens atuavam como críticos culturais e viam na imprensa pedagógica um meio de propagarem a ideia de que o país vivia uma crise moral e intelectual e que precisava ser combatida. Sobre isso, (BASTOS, 2002, p. 174), aponta que “a criação de periódicos pedagógicos pode ser explicada tanto por

fenômenos de ordem propriamente educativa, como por fatos de ordem social ou de ordem política”.

Os impressos pedagógicos paraenses assumiram o duplo papel no Estado, tinham o propósito político e educacional, ao destacarem em suas seções, comentários acerca da vida política estadual e nacional, questões relativas à economia e a administração do Estado. Neles valorizavam-se textos doutrinários e traduções de textos de clássicos europeus como: Voltaire, Rousseau, Montesquieu e os estudos de Charles Darwin e Augusto Comte, entre outros.

A proposta era difundir os preceitos liberais como constituição, pacto social, entre outros. É certo afirmar, que o discurso liberal de certa forma traduzia um aspecto civilizatório, fator essencial para a civilidade social, tendo como ponto de partida a valorização da instrução para a formação do cidadão. Esse movimento foi importante para solidificar as relações entre sociedade e Estado.

2.2 DA MATERIALIDADE À IDENTIDADE DOS IMPRESSOS: AS REVISTAS A ESCOLA E A REVISTA DO ENSINO NO PARÁ

Este item, traz para discussão a forma como os homens das ciências e das letras fizeram dos impressos pedagógicos, canais de divulgação de seus discursos, além de visualizá-los como dispositivos de formação moral, cívica e patriótica, posicionados como instrumentos pedagógicos úteis e eficazes para a educação primária paraense.

Fundamentado nas discussões de Chartier (1991 e 2002), este estudo busca penetrar as nuances e tensões que constituíram a materialidade e circularidade dos impressos pedagógicos no Pará. Assim, parte das novas perspectivas de se pensar as práticas e o mundo, da forma como se constituem, assim corrobora com as colocações Chartier ao destacar que:

[...] as novas perspectivas abertas para pensar outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados ” (CHARTIER, 1991, p. 177).

Sendo assim, a imprensa pedagógica do Pará, permite compreender como esses homens pensavam a educação no regime republicano. Os artigos escritos por

esses intelectuais, se colocavam de forma a revelar a realidade social, política e educacional paraense, que segundo eles, precisava de um renovo social e moral, a educação seria assim, a base para esse desenvolvimento.

Nessa realidade, a revista **A Escola** é lançada no dia 30 de abril do ano 1900 em Belém, pela Secretaria do Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, tendo como idealizador o Sr. Virgílio Cardoso de Oliveira, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado. Entre seus principais redatores estavam Vilhena Alves, Arthur Vianna, Lira Castro, Octávio Pires, José Veríssimo entre outros. Sua publicação já era sinalizada no Art. 6 do Decreto de nº 625 de 2 de janeiro de 1899, que deu nova organização ao ensino primário no Estado.

Esse impresso pedagógico tinha entre seus principais leitores, o professorado do Pará e sua assinatura foi declarada obrigatória por meio do decreto de nº 840 de 30 de abril de 1900, sob a administração do governador José Paes de Carvalho. Como se observa nos artigos do decreto de nº 840:

Art. 1º_. É obrigatório para o professorado primário do Estado a assinatura da revista do ensino "A Escola", publicada sob a direção e redação do Diretor Geral da Instrução Pública.

Art. 2º_. A contribuição da assinatura anual para cada professor será de seis mil réis, ouro, pagos em doze prestações mensais por meio de desconto nos vencimentos.

Art. 3º _ . O Tesouro Público do Estado por ocasião do pagamento dos vencimentos mensais dos professores descontará a cada um a importância de quinhentos réis, ouro, que será escriturada em caixa especial como rendimentos da revista (PARÁ, Atos e Decisões, 1900. p. 192).

A obrigatoriedade da assinatura dos professores junto a revista **A Escola** se constituía na realidade como um mecanismo de manutenção do impresso. O valor pago de quinhentos contos de réis mensais, daria as condições financeiras para a circularidade da revista. Essa ação iria ao encontro dos desejos da Diretoria da Instrução do Estado, na medida em que garantiria que todos os professores fossem leitores sujeitos às políticas e orientações para a educação no Estado. Os professores estariam sob as rédeas do Estado sem comprometer o orçamento público.

Os discursos embutidos nos artigos do próprio decreto deixavam claros o teor das políticas direcionadas aos professores do Pará. Essas políticas eram modeladoras, reguladoras e direcionadas, diante de um projeto maior de educação republicana. O perfil de professor era primado pela administração pública, que não

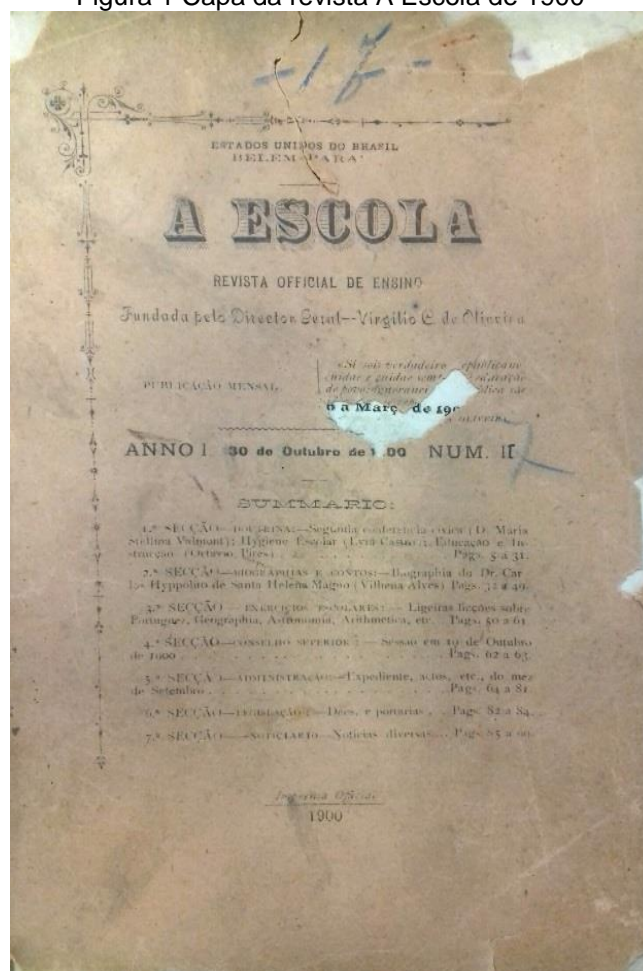
escondia suas reais pretensões, como mostram as declarações de Castro Pinto à revista **A Escola** nº 3 de 1900:

É a ampliação do meio intelectual que pretendemos criar, como foco de vulgarização, no professorado paraense, que na leitura de semelhantes dissertações encontrará o melhor dos preparos teóricos para o seu patriotismo mister.

Chegamos ao nosso intuito precioso: o aperfeiçoamento do mestre, para que ele saiba nos dar discípulos perfeitos (CASTRO PINTO, 1900, p. 6).

Com relação à materialidade, a revista **A Escola**, era organizada em edições mensais e individuais contendo cerca de 120 páginas. Podiam ser também organizadas em tomos, que nada mais eram do que compêndios encadernados que atendiam edições, bimestrais ou trimestrais, chegando a conter cerca de 600 páginas. Disposta em formato de papel 15x21 cm, este impresso divide-se em 7 seções, assim distribuídas: Seção “Doutrina”, “Contos e Biografias”, “Exercícios Escolares”, “Conselho Superior”, “Administração”, “Legislação” e “Notícias e Correspondências”. Conforme mostra a figura a seguir:

Figura 1 Capa da revista A Escola de 1900



Fonte: Biblioteca Moronquêta – Fórum Landi - PA

Virgílio Cardoso, idealizador da revista **A Escola**, procurou traduzir entre as seções desse impresso o seu lema, “É preciso partir do mestre para o discípulo” (VIRGÍLIO CARDOSO, 1900, p. 5). A missão que a diretoria de ensino assumia, era de fato prover de bons professores e as seções da revista **A Escola**, buscavam ampliar o conhecimento do professorado afim de atingir o nível de excelência para o ensino.

A seção “Doutrina”, destinava-se à publicação de estudos sobre assuntos relacionados à educação primária, sendo eles originais ou transcritos de outras revistas pedagógicas do Brasil e até mesmo estrangeiras. Esta seção, abria-se ainda para discussões, por exemplo das leis do ensino, bem como para veicular os discursos realizados em eventos cívicos, como as conferencias cívicas.

A seção “Contos e Biografias”, trazia novelas e histórias narradas em gênero poético, onde o espírito cativante do enredo, buscava sensibilizar os corações infantis para as suas reais intenções, a lição de moralidade no ensino. A seção “Exercícios

Escolares”, se colocava como um espaço onde os professores tinham acesso a atividades das diversas disciplinas que compunham o programa de ensino primário, atividades que deveriam ser multiplicadas nas classes escolares.

A seção “Conselho Superior”, era um espaço para a publicação das deliberações, pareceres e decisões tomadas pelo Conselho Superior de Ensino. Essa seção se solidificava com a seção “Administração” que buscava divulgar as ações da Diretoria Geral de Ensino, assim como os atos do governo para a educação no Estado. Fechando essa tríade administrativa, a seção “Legislação”, servia como espaço divulgador das leis, decretos, portarias, regimento das escolas, programas de ensino e exames escolares.

A revista **A Escola**, era um impresso divulgador das ações no ensino não apenas a nível estadual, mas em âmbito nacional. Para tanto, fazia uso da seção “Notícias e Correspondências”, que propagandeavam os eventos ocorridos nas instituições e institutos escolares, além de noticiar os congressos nacionais de educação. Entre as notícias, destacavam-se as ações dos grupos escolares e escolas da capital e do interior do Estado, além de trazer ao destaque para o que os jornais da capital divulgavam sobre a educação, e, principalmente sobre o trabalho da própria revista.

Esse impresso pedagógico, tinha por objetivo direcionar as práticas dos professores paraenses, bem como divulgar os avanços educacionais estabelecidos pela política da época. Sua circulação era semanal e suas edições eram disponibilizadas ao professorado, através de assinaturas que também eram estendidas para todo o estado do Pará.

A revista **A Escola** se colocava como um veículo de luta pelo desenvolvimento da instrução pública no Estado do Pará aos moldes republicanos. Com esse propósito, procurava ser um órgão e porque não dizer uma instituição de propagação dos interesses da administração pública, bem como, dos professores e intelectuais que editavam seus artigos. É importante pontuar que, os professores eram vistos por este impresso como “nobreza” que conseguiria acender a inteligência das crianças, que em muitas das vezes se apresentava de forma obscura diante do conhecimento. Assim, cabia ao professor trazer essa criança à luz que somente a boa instrução poderia dar, de forma a guiá-la na primada carreira da vida.

Quanto à circulação, a revista **A Escola** teve uma circularidade no período de 1900 a 1905, considerado seu momento de ascendência diante do papel a que se

propunha, contribuindo assim para ecoar as vozes da República para a educação no Estado, constituindo-se a porta voz da administração pública, assim como de muitos intelectuais que faziam da revista o veículo de aceitação do novo regime político.

Ao analisar o lançamento da revista **A Escola** e sua circularidade por 5 anos consecutivos na primeira década da República no Pará, percebi que a Diretoria da Instrução Pública do Estado, manteve-se firme em seus propósitos, ao fornecer a orientação moral e pedagógica aos mestres do ensino público nos anos de 1900 a 1905. Contudo, destaco o que teria motivado o silenciamento dessa diretoria no período de 1906 a 1910, no diz respeito às orientações destinadas ao professorado do Pará. Foram quatro anos que não se viu a circulação de impressos pedagógicos ligados diretamente a diretoria de ensino do Estado, fato que me leva a questionar o que teria motivado a extinção do impresso em 1905. O momento político pelo qual passava o Estado teria influenciado a ausência de impressos ligados ao governo do Pará? Nesta pesquisa, não foi possível visualizar as nuances que motivaram esse silenciamento, bem como a extinção do impresso, o que instiga o desvelar de futuras pesquisas.

Os questionamentos levantados, instigaram-me a buscar fontes que trouxessem indícios para possíveis respostas. O debruçar sobre as fontes, levaram-me a analisar as ações políticas do Estado sobre o ensino, fazendo-me perceber que de 1899 a 1910, a educação do Pará passou por certas reformulações e que no período de circulação da revista **A Escola**, a educação do Estado regia-se pelas determinações do Decreto de nº 625 de 2 de janeiro de 1899 que reorganizou o ensino no Estado, e posteriormente foi substituído pelo Decreto de nº 1190 de 17 de fevereiro de 1903 que reorganizou o ensino primário no Estado.

Convém destacar que, o Decreto nº 625 de 2 de janeiro de 1899, chega a abordar como competência da diretoria de ensino do Estado o dever de criar uma revista destina para a orientação dos professores. Assim o Art. nº 5 e inciso 25 desse decreto destaca que a função da diretoria era, “Providenciar sobre a publicação de uma revista do ensino tendente a promover o desenvolvimento da instrução pública do Estado e a informar os professores a respeito do progresso do ensino e reformas operadas” (PARÁ, 1899, p. 7).

Com relação ao Decreto de nº 1190 de 17 de fevereiro de 1903, nada se observa sobre a menção de revistas destinadas a professores, fato, que leva a

conjecturar a seguinte hipótese: estaria a extinção do impresso **A Escola** relacionada à falta de políticas que legitimassem sua importância e circulação no ensino?

É certo que, a educação paraense passou cerca de sete anos sendo orientada pelas determinações no Decreto de nº 1190, passando por reformulações mais amplas a partir da reforma educacional de 1910, momento no qual o Estado passou a olhar de forma mais singular as demandas educacionais da época, o que de alguma forma influenciou um repensar sobre impressos destinados à educação, de forma a atender as dificuldades educacionais e, ao mesmo tempo, orientar as práticas pedagógicas dos professores, além de oferecer às famílias e alunos os novos valores republicanos para o ensino público no Estado.

As reformulações ocorridas na educação em 1910 influenciaram a Diretoria de Instrução Pública do Estado, a lançar em 1911 a **Revista do Ensino** no dia 7 de setembro, sob a tutela da Secretaria do Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública. Idealizada pelo secretário o Sr. Augusto Olympio, tinha como redatores, Flexa Ribeiro, Leopoldino Lisboa e Jurema Franco. Suas páginas traziam artigos de intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento, entre eles, se destaca Acylyno de Leão Rodrigues, Eustachio da Costa Rodrigues, Teodoro Braga, entre outros. Outro aspecto interessante desse impresso, é que ele passa a constituir uma nova forma de impressão e divulgação de suas propostas, assim se utiliza o recurso de gravuras e fotos em suas páginas.

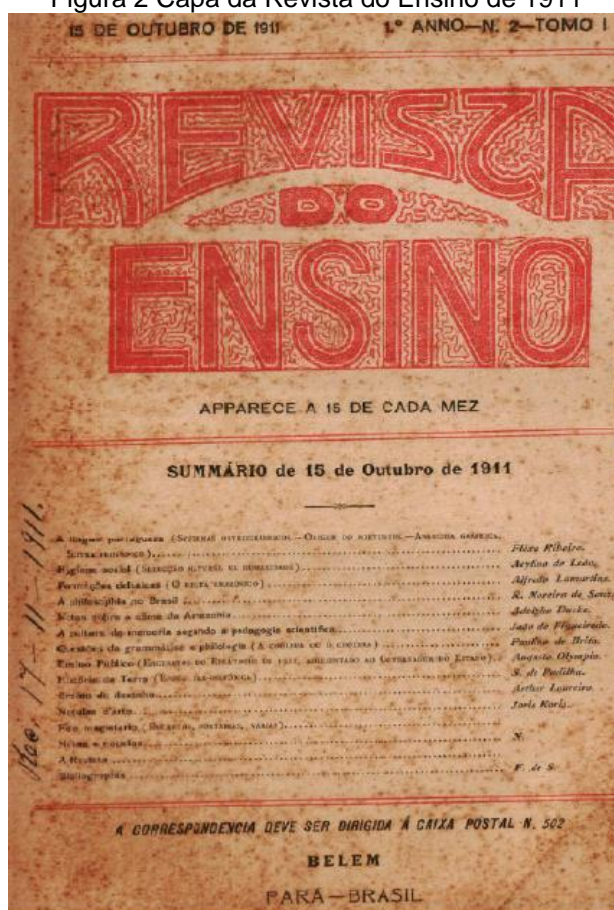
Esse impresso se colocava como uma publicação oficial de divulgação das ciências, das letras e especialmente da pedagogia tão necessária aos professores paraenses. Sua publicação era quinzenal e a assinatura era anual, e no Estado custava para seus leitores cerca de doze mil réis, sendo que em outros estados, esse valor passava para quinze mil réis. Os professores públicos primários, tinham como obrigatória a assinatura do impresso que lhes custava dez mil réis.

Faz-se necessário destacar, que todo assinante da revista tinha o direito de receber o impresso encadernado em capa dura, trabalhada em percalina⁷, contudo, este exemplar só era distribuído, quando alcançasse um tomo completo, composto de 4 a 5 revistas. Seus exemplares eram comercializados na Livraria Moderna, Livraria Clássica, Loja Pará Chic, Livraria Bitencourt.

⁷ Tecido de algodão leve e brilhante, muito utilizado na encadernação de livros.

Com relação a sua materialidade, a **Revista do Ensino** possuía cerca de 70 a 85 páginas, além de um sumário bem diversificado e organizado, contudo não definido de forma igualitária em todas edições analisadas. De um modo geral, apresentava publicações com cerca de 10 a 14 seções, distribuídas em “Higiene Escolar”, “Arte de Ler”, “Páginas Escolhidas”, “História da Terra”, “Livros Escolares”, “Curiosidades Científicas”, “Questões de Gramática e Filosofia”, “A Instrução Pública do Estado”, “Notícias Literárias”, “Pelo Magistério”, “Notas e Notícias”, “A Vida Escolar no Estado”, “A revista”, “Biografias” e por último não menos importante, “Legislação do Ensino”, exemplificados nas imagens a seguir:

Figura 2 Capa da Revista do Ensino de 1911



Fonte: Repositório Eletrônico da UFSC

Com relação às seções, destaco apenas as mais recorrentes nas edições analisadas na pesquisa. Sobre essa questão, pontuo que a análise da materialidade desse impresso levou-me a perceber a grande ênfase sobre o conhecimento científico na composição das seções da **Revista do Ensino**. A seção “Higiene Escolar” e em algumas edições e “Higiene Social”, procura abordar orientações do conhecimento

médico científico para o aperfeiçoamento das práticas escolares. A Seção “Curiosidades Científicas”, também se constituía outra seção muito recorrente entre as edições do impresso, trazendo temáticas evolutivas dos seres vivos, buscava descrever de maneira minuciosa a vida dos seres vivos.

A seção “História da Terra” é outra seção recorrente nas edições, tinha como proposta trazer o desvelar do conhecimento astronômico e geográfico aos professores paraenses. A seção “Páginas Escolhidas”, se constituía como um espaço destinado aos contos, poemas, poesias. Já as seções “A instrução Pública”, “Legislação do Ensino”, se apresentavam como espaços destinados a divulgar as ações da diretoria do ensino frente à educação, assim traziam, decretos, portarias, pareceres para a organização do ensino. As seções “Notas e Notícias” e “A vida escolar no Estado”, procuravam dar destaque aos eventos e programações realizadas nas instituições de ensino da capital e interior, além de divulgarem eventos do ensino de ordem nacional.

Entre suas funções, a **Revista do Ensino**, assumia também o papel publicitário na divulgação de materiais didáticos destinados ao ensino, bem como de fazer críticas a todo e qualquer livro que lhe era oferecido. Esse fato se dava com relação as obras didáticas destinadas ao ensino de leitura e gramática da escola primária. Todo livro didático ou literário, era submetido a análise de seu conteúdo. A própria revista tinha em sua contracapa um espaço comparado a “comerciais” de autores e editoras.

A avaliação sobre as produções didáticas ou literárias destinadas ao ensino, consistia em verificar sua consonância com o pensamento político vigente. As gravuras, por exemplo, eram avaliadas, para verificar se realmente atendiam as propostas educacionais sem ferir a moralidade social, e por fim, se fazia a análise do material utilizado para a fabricação de cada obra, mantendo assim o padrão de produção. Essa apreciação era geralmente, realizada pelo redator chefe, o Sr. Flexa Ribeiro e o impresso propagandeava essas obras, dando-lhes o valor necessário para o auxílio à educação, assim como em quais livrarias poderiam ser adquiridas.

As obras avaliadas pelo corpo redator da revista eram dos mais variados conteúdos. Se avaliava livros destinados às práticas dos professores e ao uso dos alunos, além de livros para o auxílio do ensino primário e secundário, obras literárias, livros de contos, lições de gramática e ortografia, entre outros assuntos. Para seus autores, a divulgação de suas produções em um impresso de grande circulação no Estado e fora dele, enaltecia e afirmava a validade dos livros para a educação e para o mercado editorial.

A **Revista do Ensino** tinha por objetivo divulgar conhecimentos pedagógicos aos professores primários, bem como aperfeiçoar suas práticas educativas, contribuindo assim para a instrução pública e para o progresso da nação, destinava-se também às pessoas dedicadas aos estudos relacionados à educação.

Para os seus idealizadores a educação era fonte vital para a formação da nacionalidade, como bem declarou seu editorial:

[...] a Revista do Ensino vem preencher uma grave lacuna, um grande hiato no nosso sistema de educação. A seleção que presidiu à escolha dos seus colaboradores revela a preocupação com que foram organizados os moldes de tão útil publicação. O fato sumário, que vai a seguir, dá ideia do que é esse órgão oficial de propaganda pública (PARÁ, A Escola, 1911, p. 139).

Há que se destacar que, a ideia do progresso e de mundo moderno vivenciado nos anos iniciais da República paraense, trouxe parâmetros para que os intelectuais viessem a pensar a educação a ser oferecida às crianças no Pará, uma educação que viesse romper com os paradigmas existentes, herdados do império, promovendo de certa forma o avanço educacional como condição para o desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade paraense.

A ideia de ascensão social, econômica e cultural por meio da educação, era uma preocupação constante dos que estavam à frente da administração pública e que por sua vez, eram também os responsáveis por direcionar o teor do que viria a ser veiculado nos impressos paraenses. Cabe ressaltar, que tanto as edições analisadas da revista **A Escola**, quanto as edições da **Revista do Ensino**, trazem frequentemente em seus artigos as preocupações associadas ao êxito social por intermédio da educação.

Portanto, o contexto e os propósitos em que foram criados os impressos **Revista A Escola** e **Revista do Ensino**, foram os mais diversos e as intencionalidades em serem canais de propagação dos discursos do Estado, como formas de moldar corações e mentes de professores e alunos, foram sem dúvida inúmeras. Sendo assim, pontuo, sobre o que de fato, movia a Diretoria de Instrução do Estado do Pará em manter o alinhamento das orientações aos professores do Estado. Seria diminuição do analfabetismo seu principal foco? O que estaria de fato movendo o Estado na busca pelo alinhamento social?

2.3 EDUCAÇÃO E O UFANISMO NA REPÚBLICA PARAENSE

A República no Pará em 1888 trouxe desdobramentos políticos que influenciaram profundamente a educação no Estado, considerada o meio de construir nos corações e mentes, não somente daqueles que seriam os futuros cidadãos, mas também dos professores. O ideário de regeneração social, que para muitos estava desgastado pelo regime político anterior. A proposta, era o alcance de novas práticas na educação, que pudessem dar conta na formação de cidadãos aptos em ler, contar e escrever e que fossem comprometidos com sua pátria.

Neste item, discuto como a concepção de educação republicana pensada para o Estado do Pará se firma ao estabelecer nas mentes e nos corações das crianças e dos professores paraenses, o sentimento ufano por seu Estado, ao mesmo tempo em que apresento para análise as diversas formas que o orgulho republicano se diluía em entre práticas, discursos que faziam do cotidiano escolar, local para a consolidação do novo regime.

Diante dos desdobramentos políticos ocorridos no regime republicano, o ano de 1899 significou nova era política em todo o Brasil, a República vinha segundo o discurso da época, trazer novos ares ao ensino em todo o território nacional. Esse ano configurou-se um marco histórico para a concretização da reforma educacional pós implementação do novo regime político do Estado do Pará. A proposta era trazer para o ensino um novo tempo, uma nova organização educacional que viesse dar conta do momento de penúria vivido pela educação do Estado.

Em meio a esse espírito reformador e de busca por novas perspectivas para a educação primária no Estado, no dia 2 de janeiro de 1899, por meio do Decreto de nº 625, sob a iniciativa do Diretor da Instrução Pública do Estado o Sr. Augusto Olympio de Araújo de Souza, efetiva-se nova organização para o ensino primário.

Essa reforma foi considerada por Augusto Olympio como necessária para tirar o Pará do estado de abatimento e descrença vivenciado no ensino. Sobre isso destaca Augusto Olympio:

Um ano de execução que esta já conta tem bastado para demonstrar sobejamente o acerto com que entre nós foram implantadas umas tantas inovações.

E' fato sabido que nossa instrução pública, antes da reforma de 2 de janeiro, atravessava uma fase de visível abatimento.

Sentiam todos que a respeito do seu futuro dominava a incerteza e a dúvida; a respeito do seu presente a descrença e o desanimo. (AUGUSTO OLYMPIO, Relatório da Instrução Pública, 1899, p. 611).

O Diretor da Instrução Pública do Estado, o Sr. Augusto Olympio de Araújo de Souza, no relatório apresentado ao Governador do Estado o Sr. José Paes de Carvalho, em 1899, destacou que o cenário político educacional gerado com a reforma do ensino primário, veio devolver para a sociedade que estava desacreditada, as forças que seriam capazes de estimular mudanças significativas para a educação em todo o Estado.

De certo modo, esse cenário político educacional reformulado, apontou caminhos para que as representações e exaltações da nova ordem política para o ensino, acontecessem nos mais variados cenários e manifestações. Os impressos pedagógicos **A Escola** e **Revista do Ensino**, assumiram o importante papel, na divulgação das festas, desfiles e comemorações cívicas, ao trazerem em suas páginas o sentimento cultural republicano que permeava esses movimentos.

No Pará, essas manifestações alusivas ao sentimento nacional e de propagação do ufanismo brasileiro, permeou as práticas da escola primária, sobretudo as dos grupos escolares. Esse compromisso e respeito aos símbolos nacionais ocorreu por meio das conferências cívicas, organizadas por professores ligados ao ensino público, que se propunham em debater o ensino para a honra da civilização, assim como discutir mecanismos para a melhoria do ensino no Estado.

Entre esses professores que atuavam nesses encontros, destaco a professora Gemina Rodrigues que em 12 de junho de 1904, realizou no Grêmio da Instrução Pública, na sede do Grupo Escolar do 2º distrito, uma conferência para discutir os deveres dos professores com o ensino público do Pará, a qual ganhou destaque nas páginas da Revista **A Escola** de nº 51 de 1904.

Nessa conferência, o discurso da professora Gemina Rodrigues buscou levar os mestres do ensino a refletirem sobre a missão de instruírem a criança no caminho reto, além disso, traçou diretrizes que aperfeiçoassem a nobre missão de ensinar, voltando-se para o estreitamento das relações se estabeleciam entre os professores (mestres) e alunos (discípulos).

Essa conferência se preocupou com a beleza, a originalidade e a elevação das ideias educacionais em prol da obediência aos estatutos estabelecidos pela legislação vigente na época. Para Gemina Rodrigues (1904), a benevolência ao pensamento

educacional era primordial para quem quisesse se colocar como um bom professor, para isso, a boa vontade e acolhimento às manifestações do ensino seriam necessárias ao bom mestre.

Nesse evento, a escola era discutida como moderna e civilizada, devendo romper com o velho estigma de “casa de correção”. O professor não poderia mais ser visto como “o algoz encarregado de zurzir pobres crianças, como domador de feras bravas armado sempre de “latido aviltante” (GEMINA RODRIGUES, 1904, p. 101). Para essa professora, o mestre deveria ser moderno, capaz de garantir a formação das gerações futuras, tendo como guia o amor para domar toda a natureza rebelde dos alunos assim como proporcionar o cultivo das inteligências essenciais que para o serviço da pátria e da humanidade.

Para a professora Gemina Rodrigues, o professor era o principal responsável pela educação dos alunos, considerava-o um exímio jardineiro e o alunos como plantas carentes de seiva, a seiva encontrada na instrução, como se observa do trecho de seu discurso:

Compreende-se o professor primário, por cujas mãos a cera maleável das organizações infantis, que opera no momento em que a alma mais fundo recebe as impressões guardando-os as vezes para sempre, pôde ser a gota de orvalho que vivifica a planta enchendo a de seiva, ou como o sopro devastador do tufão, que a estiola, tal o modo como atue sobre os corações e as almas que lhe confiem. (GEMINA RODRIGUES, 1904, p. 102)

Os debates realizados na conferência da professora Gemina Rodrigues, pairavam sobre o fato de que o Brasil precisava de uma geração forte, contudo, somente a força física não seria suficiente para o posto de grande nação. Era necessário o vigor no espírito e coração, com base na virtude e na ciência, pontos essenciais para a coragem de um povo que esperava ser grande. Para ela, a civilização e o valor de uma nação estavam diretamente relacionados ao volume de sua inteligência, isto é, quanto melhor instruída uma sociedade, maior seria sua estima social, conseqüentemente maior seria seu país.

As festas e desfiles escolares também se mostravam como eventos de disseminação do ufanismo brasileiro no Estado do Pará. O amor pátrio, respeito à bandeira e a esperança, faziam da educação o grande pilar para a construção da sociedade moderna, o meio pelo qual se alcançaria a paz, a liberdade, a ordem, enfim, o tão sonhado progresso que precisava ser divulgado e estampado para toda a

sociedade. Os desfiles e festas eram uma forma de mostrar para a sociedade o que resplandecia: a educação paraense, motivo de orgulho para pais, alunos e professores.

Muitos desses eventos e comemorações, eram constantemente narrados e divulgados nas edições da revista **A Escola**. Nesse impresso elencado para esta pesquisa, destaco as edições de nº 21 de 1901, nº 31 de 1903, nº 42 de 1903, nº 54 de 1904 e nº 58 de 1905 que traduzem alguns dos principais eventos cívicos realizados nas escolas paraenses, sobretudo nos grupos escolares da capital e interior do Estado. Esses eventos se colocavam como canais de propagação do ensino republicano no Estado. As discussões sobre esses eventos serão trabalhadas nas próximas seções de forma mais detalhada.

Todas essas práticas simbólicas, via festejos e comemorações existentes nas primeiras décadas da República, se efetivaram como práticas educativas, com a utilização do tempo como disciplina, com o aprisionamento dos corpos e representações sociais e com o domínio simbólico do espaço escolar. Para tanto, as representações e práticas estabelecidas no cenário educacional, contribuíram para a nova ordem escolar, assim o modelo de escola republicana trazia “ a vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância” (SOUZA, 1998, p.26).

Essa esfera de práticas e representações sociais e sentidos políticos na escola, levou a sua expansão no Pará no final do século XIX e início do século XX. Sua visibilidade, destacou-se pela forma como a educação republicana instituiu os moldes de um ensino cívico-patriótico nas escolas paraenses, que naquele momento passavam por crescentes transformações estruturais e pedagógicas. Essas transformações se efetivaram em aspectos estruturais, com escolas mais amplas, mobilhadas, que exalavam o renovo no ensino público.

Esse é o cenário no qual surgem os grupos escolares no Estado, como espaços para o progresso que se destacavam pelo padrão de homogeneização dos alunos, separados em várias salas de aulas, sob a orientação de vários professores.

Rosa Fátima de Souza (1998), discute os grupos escolares como “templos de civilização”, por evidenciarem uma educação da esperança, da regeneração, da nação. Nesse modelo de escola primária, se propagandeava os valores republicanos, assim os grupos escolares, se colocavam como espaços de repressões, códigos, símbolos, normas, condutas, valores e disciplinas, e de certa forma, delineavam-se

como símbolos da educação republicana, para isso precisaram estar sempre em evidências e exibições. Sobre os grupos escolares Souza aponta:

[...] os grupos escolares consistiam em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época. Conseqüentemente, eles necessitaram da produção de um novo profissional, isto é, professores com o domínio dos novos métodos de ensino. A construção de um saber e de um saber-fazer docente foi configurada a partir da imposição de modelos educacionais pelo Estado, pela fragmentação do trabalho pedagógico (a cada professor uma classe, a cada horário uma matéria) e pela redistribuição do poder no interior da escola (SOUZA, 1998, p. 16).

No contexto da escola primária paraense, os grupos escolares se colocavam como símbolos do progresso e da civilização, eram segundo Rizzini e Schueler (2015) espaços para a efetivação das tradições que exalavam os ares da *Belle Époque* no Estado, revelavam a suntuosidade da modernidade republicana para o ensino no Pará. É digno de nota que, os grupos escolares paraenses se colocavam como espaços de festejos e comemorações que evidenciavam o crescimento e conquistas do ensino no Estado.

Os grupos escolares eram tidos como o perfil de escola que melhor se aplicava ao padrão de escola primária da época. Eficazes em promover a educação popular, agregavam as escolas elementares em um único espaço, facilitando a fiscalização e dando visibilidade ao ensino. Os grupos escolares, trouxeram o imaginário de um novo perfil de escola, bem como um novo perfil arquitetônico, o que abriu espaço para o surgimento de concepções que colocavam a escola como lugar-edifício-escola, (SOUZA, 1998).

O movimento de expansão desses espaços ocorreu de forma expressiva, elevando a imagem da educação Pública. Essa nova configuração da escola pública paraense, tinha como método de ensino o método intuitivo, com um sistema seriado de ensino, com ênfase na racionalização do tempo escolar.

Na percepção de Souza (1998), esses espaços e suas construções se davam de acordo com as finalidades da pedagogia moderna. O perfil material desse novo modelo de escola moderna e renovada, trouxe em sua bagagem, propostas de uso de materiais escolares inovadores que circulavam nesses espaços como formas de representações dos discursos modernos e científicos.

Com relação aos discursos e práticas que norteavam a educação republicana, é interessante observar, que as representações destes se atrelavam a forma como os indivíduos reinterpretabam determinadas realidades e se utilizavam daquilo que lhes era culturalmente importante. Esse ponto foi observado, no contato com as fontes utilizadas para constituição deste estudo, em especial, os impressos pedagógicos paraenses, ao destacarem a escola primária no Estado como cumpridora das finalidades que a sociedade republicana determinava.

Sobre esse cuidado, concordo com Carlos Bacellar (2014) ao destacar que todo historiador deve engajar-se para entender as fontes que seleciona para suas análises no contexto em que foram produzidas, pois as mesmas refletem as intencionalidades de quem as produziu. O pesquisador não deve tomá-las como verdade absoluta. Assim considera que:

[...] O historiador não pode se submeter à sua fonte, julgar que o documento é verdade, assim como o jovem candidato a recruta saiu de casa; antes de tudo, ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que tem em mãos. (BACELLAR, 2014, p. 64)

Ainda, no que diz respeito a educação como representação de discursos de uma época, Rosa Fátima de Souza (1998), coloca que as subjetividades e as práticas moldam comportamentos, delineiam experiências, configuram formas de agir, pensar e sentir. O estudo com impressos pedagógicos no Pará, mostrou que os olhares públicos e administrativos se voltavam para dentro da escola, para o entendimento de seus mecanismos de funcionamento interno, de seus aspectos sociais, culturais, pedagógicos, porque não dizer políticos.

Toda essa gama de representações sobre dos discursos políticos no Pará, foi observada na leitura e análise dos relatórios referentes aos anos de 1909 a 1911 apresentados ao Governador João Antônio Luiz Coelho pelo Secretário da Instrução Pública Augusto Olympio Araújo e Souza, documentos que retratam a fala dos diretores dos grupos escolares do Estado. Esses documentos, evidenciam tanto as ações do Estado como as queixas e denúncias de diretores e professores sobre o ensino nas escolas.

Assim, as fontes oficiais trazem em si limitações, ao expressarem a visão “autorizada”, por não revelam os motivos pelos quais foi produzida, bem como a

relação de seus autores com a administração oficial de ensino, logo cabe ao pesquisador interpretá-las.

Quanto a essa forma de ver a educação, trago para a análise, algumas reflexões de intelectuais que fizeram dos impressos pedagógicos, um meio de alinhar os valores republicanos aos perfis educacionais desejados, dentre eles, destaco Cônego José de Andrade Pinheiro⁸, clérigo e intelectual engajado com as questões do ensino público no Pará, que se colocou como um colaborador ativo da revista **A Escola**. O contato com o impresso, fez-me perceber que as discussões desse professor, eram fortemente presentes nas edições da revista, seus artigos objetivavam defender um ensino integral, alinhado ao pensamento republicanista.

O Cônego Pinheiro foi um dos intelectuais que mais teve visibilidade no impresso **A Escola**, ao discutir temas relacionados ao ensino no Pará na seção “Doutrina”, ele procurava trazer artigos com o tema “Educação” nos anos de 1903 e 1904, especificamente nas edições de nº 42 de 1903 e de nº 46 de 1904. Nesses artigos, buscou discutir o tema educação em vários aspectos, como integrada à ciência, à moral, à civilização, à estética, às leis, à família, aos governos e principalmente, a consciência pública, esses seriam os princípios fundamentais, segundo ele, para a boa formação da criança.

Cônego Pinheiro (1903) apontava no artigo “Educação”, publicado na edição de nº 42 da revista **A Escola**, que a educação necessitava preocupar-se com a mocidade, valorizando aqueles que possuíam o saber clássico, como os pensadores e publicistas. Nessa linha, discorre sobre uma educação para o amplo desenvolvimento infantil.

Cônego Pinheiro destacou no referido artigo “Educação” publicado na revista **A Escola**, na edição de nº46 que “[...] a educação é um complexo de virtudes morais, de qualidades especiais e distintas, que formam o mais belo ornamento do homem [...]” (CÔNEGO PINHEIRO, 1904, p. 119). A fala do autor deixa claro que a boa educação tinha por base a formação moral, fator determinante para se constituir os demais aspectos necessários para o seu desenvolvimento. Sem a valorização da moral não se poderia ter parâmetros para o ensino, muito menos pensar uma nova sociedade, logo por meio da moral e seu desenvolvimento em todos os aspectos da

8 Cônego José de Andrade Pinheiro, foi sacerdote da Sé de Belém e diretor do Colégio São José, além de sócio efetivo do Instituto Geográfico do Pará nos anos de 1917 e 1918. Pereira Carvalho (2013).

vida humana, seria possível a tão sonhada regeneração social. Para ele, a educação a ser implantada no ensino do Pará deveria formar para a vida moral, cristã e física.

Cônego Pinheiro (1903) apontou um aspecto relevante no artigo “Educação” da edição de nº 42 do impresso pedagógico **A Escola**. Para ele, todos deveriam primar pela valorização dos princípios religiosos, princípios estes capazes de desenvolver na criança o espírito culto, fundamentado no valor da formação cristã, essencial para os costumes públicos dos educandos.

É interessante destacar que, o respeito à fé e aos dogmas da igreja se colocavam como aliados na efetivação do projeto educacional republicano, uma vez que, crianças obedientes e submissas a Deus e à igreja seriam também obedientes e submissas aos princípios e educacionais.

Cônego Pinheiro (1903) defendia que a educação deveria ser oferecida com certo rigor, afim de que os costumes públicos, ditos civilizados, fossem evidenciados. Para ele, o rigor nas práticas e condutas, possibilitaria a elevação da imagem pessoal dos indivíduos, bem como da imagem da cidade. Esses costumes, se colocavam como possibilidade de inserção das novas gerações no cenário mundial moderno. Esse seria o caminho para o alcance de uma consciência delicada e justa.

Sobre esse ponto, no entender de Rizzini e Schueler (2015), essa imagem cotidiana e heterogenia da população em Belém, com pessoas de várias etnias, além de índios e nativos ribeirinhos, mostravam que suas representações no processo de modernização, estavam muito distantes do que se pretendia alcançar com a República, que era a beleza europeia.

Com relação a ciência como princípio educativo, Conego Pinheiro (1903) afirmava que ela possuía o papel de não permitir que as novas gerações ficassem expostas aos “imprudentes de corações perversos”, que nada mais eram os grupos que levantavam a bandeira das falsas teorias ou doutrinas perniciosas, direcionando os alunos à males incalculáveis.

No que se refere a moralidade, Cônego Pinheiro (1903) a considerava como o principal princípio a ser ensinado às crianças. Para ele, a educação deveria embasar-se na educação moral, capaz de moldar os comportamentos que não condiziam com as práticas sociais do novo regime. As crianças deveriam deixar para trás os comportamentos raivosos tomados pela desobediência e isso só seria alcançado pela orientação de leituras reflexivas.

Esse intelectual destacou que, “se os meninos são forem direcionados, dificilmente hão de aprender” (CÔNEGO PINHEIRO, 1903, p. 205). A fala dele, expressa que os princípios morais são fundamentais para a educação no Estado e tais princípios poderiam levar o aluno ao domínio das regras da língua, assim como conduziriam a criança ao desenvolvimento de uma voz clara e bonita. O domínio da língua falada corretamente, traduziria ideais sociais. Para tanto, esclarece:

[...]. Perante a moral de fato, o que seria da mocidade, dos meninos, das crianças, esperanças da pátria, se, em crescendo, perdessem de vista os costumes sagrados da moralidade, e se na escola, nas aulas, e em todas as lições que aprendem nos seus livros clássicos, esquecessem que os atos bons são dignos de louvor, e que os maus são reprovados e merecem vitupério castigos? (CÔNEGO PINHEIRO, 1903, p. 205).

A educação era entendida pelo religioso, como aquela que precisava nutrir-se constantemente dos princípios morais. Sobre isso, defendia que a disciplina História deveria abraçar a moralidade em suas práticas, que deveriam ser reformuladas. Para ele, essa disciplina, deveria estar além da narração dos fatos históricos e seu ensino deveria trazer a luz para as crianças por meio do ensino dos grandes fatos, contudo enaltecendo seus autores, homens dotados de mérito moral e valorização patriota, nobres e elevados na glorificação da nação. Cônego Pinheiro acreditava que o respeito pelo país, estaria no respeito aos homens que possibilitaram o crescimento de sua nação, que atuaram na escrita histórica de sua pátria.

Sobre esse sentimento patriota, a proposta era incutir nas crianças o amor, a defesa da bandeira e de seu país, sendo que isso não seria apenas um papel individual, mas um dever coletivo, no qual os cidadãos estariam a serviço da nação. Portanto, o ensino de História no ensino primário, estaria contribuindo para a boa educação, fundamentada na crença em Deus e cumprimento aos deveres sociais.

Sobre essa nova forma de pensar a organização da educação, o artigo “Educação” de Cônego Pinheiro (1903) na edição de nº 42 da revista **A Escola**, procurava ressaltar que o padrão de civilização vivenciado nos primeiros anos da República, via na educação das crianças, sobretudo, na educação de meninos, a matriz para o progresso, de modo que o crescimento de um povo e de sua nacionalidade, encontrava-se no crescimento de seus filhos.

Sobre o discurso da educação patriota, Cônego Pinheiro (1903), defendia a formação do futuro cidadão da República pautado na moralidade. Contudo, se

preocupava com os índices de crimes hediondos ocorridos na capital paraense, que no seu ver, comprometiam o padrão moral desejado. Destacava, que as origens de tais deslizes, poderiam estar relacionadas a degradação da consciência do homem, pois sem os princípios da boa educação em sua formação, os comportamentos fora do padrão moral estabelecido, se constituiriam um pecado e deveriam ser punidos, às crianças, cabia o papel de atentar seus ouvidos para a voz da consciência.

Cônego Pinheiro (1903), defendia ainda, o valor estético na educação como princípio para desenvolvimento da criança. Para ele, a formação da alma e do coração da criança, estaria em suas boas qualidades, que constituiriam para sua nobreza, seu sentimento civil, bem como suas aspirações, enfim, a formosura de um homem moralmente admirado. No seu entender, a formação intelectual do homem em sua inteireza, não acabava nesses princípios, mas sem eles, não seria possível ter um bom ensino.

O projeto de educar as crianças para o futuro do Brasil em meio a um sentimento ufanista, não se resumia apenas nos princípios até aqui elencados, Cônego Pinheiro (1903), defendia a subordinação da educação às leis do país, como forma de incluir as crianças, dentro do que seria aceitável diante das esferas públicas. Sobre essa questão, afirmava que:

[...]. A administração pública, os governos bem orientados, não toleram empregos públicos, nos cargos de confiança aqueles cidadãos que não reuniram às habilitações profissionais a cultura do espírito e do coração, e que se cifra no respeito ao princípio da autoridade [...] (CÔNEGO PINHEIRO, 1903, p. 207).

É interessante notar, que o discurso proferido por esse intelectual demonstra o valor com relação ao princípio da autoridade pública, devendo esse princípio ser acatado e cultivado nos corações das crianças paraenses. Ainda sobre esse princípio, como fator condicionante para o desenvolvimento do novo cidadão republicano, Pinheiro (1903), destacou ainda, que todos deveriam fazer cumprir e fazer valer o respeito à autoridade pública, seja por conveniência pública ou política.

Observa-se na fala do autor, a grande valorização do trabalho para o desenvolvimento útil da criança perante si mesmo, sua família, e, principalmente perante sua pátria. Essa orientação vocacional para a criança, a direcionaria para o servir na vida adulta em seu Estado em cargos ditos dignos, como em empregos públicos.

A ênfase para o cumprimento desse projeto educacional progressista cabia aos professores, mestres do ensino, que carregavam nos ombros a árdua tarefa de formar aqueles que seriam os futuros servidores públicos do Estado do Pará. Assim, estes futuros homens não poderiam de forma alguma, faltar com o respeito e com o cumprir de suas conveniências sociais, primordiais ao convívio com aqueles que seriam seus superiores na administração pública do Estado.

Cônego Pinheiro foi bastante enfático ao afirmar que o papel do professorado do Pará era a maior das missões. Ao tornar os alunos seus discípulos, sabedores de toda a sua ação moral como discente, refletiria na sua ação em sociedade, logo, o orgulho nacional estava nas mãos não somente das crianças, mas também dos professores. A premissa na valorização estética de civilidade e moralidade se constituiria um dever pleno e social, seja por vontade ou por obrigação, o importante era instruir a criança no caminho reto.

Cônego Pinheiro (1903), defendia em seu artigo a importância da família para o desenvolvimento da educação. A família para ele, era vista como aquela que construiria as bases para uma educação mais agradável e sublime. Sendo assim, destaca essa “grave missão” destinada a família, responsável por buscar o êxito no desempenho de seu papel. Nesse sentido, Cônego Pinheiro destacava:

[...] a educação dos filhos é o escopo da família, e desde que ela se descuidar de educar os filhos, perderá sua missão e sua razão de ser. Os meninos, convém já o dizes, hão de ser educados a um tempo pelos pais e pelos mestres; não vão acreditar, portanto os pais, que a educação de seus filhos é obra exclusiva dos mestres, nem também queiram pensar os mestres que é obra exclusiva dos pais. [...] (CÔNEGO PINHEIRO, 1903, p. 208).

A relação entre família e escola para esse professor, era algo de suma importância para formação da criança. Para ele, era preciso que pais e mestres assumissem sua responsabilidade diante da formação moral e intelectual. Cônego Pinheiro (1903) deixou claro que a boa educação se faz com parceria, no compartilhamento de responsabilidades entre família e escola, momento em que cada um é copartícipe desse processo de educação dos futuros homens da sociedade. É digno de nota que, se uma das partes falhasse no desempenho de seu papel na educação e instrução das crianças, comprometeria toda uma sociedade, conseqüentemente, mancharia a imagem da nação.

Sobre o papel dos pais na educação de seus filhos, Cônego Pinheiro (1903) expõe seu descontentamento quanto ao que vinha ocorrendo na educação paraense

na prática. Segundo ele, muitos pais não se importavam com a educação dos seus filhos, deixando a cargo das escolas essa árdua missão. Para esse professor, se a criança não alcançasse a projeção no ensino, a responsabilidade recairia sobre sua família e não sobre a escola.

Essa preocupação com o papel da família na educação dos filhos, tornou-se algo constante em suas discussões no artigo “Educação” na edição nº 46 de 1904 do impresso **A Escola**, onde Cônego Pinheiro afirmava:

[...]. Ora, a indiferença ou discurso dos pais nesta matéria é a causa muitas vezes de certos meninos, para não dizer um grande número de meninos ficarem senão malcriados, pelo menos pouco civilizados senão para sempre, pelo menos durante o tempo que frequentam as aulas [...] (CÔNEGO PINHEIRO, 1904, p. 120).

Para esse professor, muitos pais ao se eximirem da responsabilidade pela a educação de seus filhos, deixavam a mercê, os cuidados com os bons costumes, os dotes, as prendas da alma e do coração. Para ele, pais ausentes na educação de seus filhos, comprometiam o crescimento nacional, o que refletia uma preocupação muito mais ampla. Não era somente a instrução da criança que estava em jogo e sim o avanço da nação, o orgulho nacional e desenvolvimento político e econômico e social do país. Cônego Pinheiro (1903), primava que os pais viessem a se orgulhar da instrução de seus filhos, isso promoveria o orgulho nacional e conseqüentemente, o crescimento da nação.

Para Cônego Pinheiro (1903), sem o apoio familiar, não se poderia alinhar o que se ensinava nas escolas, nas salas de aulas com e o que era ensinado pelos pais no seio familiar. Para ele, muitos pais desfaziam os princípios estabelecidos pela escola, afirmando um certo exagero dos mestres em ensinar valores como: a defesa pelo desenvolvimento de uma consciência reta, o abdicar de uma vida de divertimento em prol dos deveres escolares, enfim, fazer jus ao nome familiar, que colocava em cheque o valor educacional da época.

Sobre esse sentimento ufano na educação pela nação, assim como a relevante atenção dos pais para o ensino de seus filhos, trago o pensamento de Virgílio Cardoso de Oliveira, personalidade de grande representatividade na educação paraense, que atuou como diretor e secretário da instrução pública do Estado nos anos de 1899 a 1901. Ao escrever a poesia “A Pátria” na revista **A Escola** de nº 52 no ano de 1904, dedicada à mocidade escolar da escola Onze de Junho, procurou despertar os alunos

para a valorização de sua nação. O sentimento ufanista perpassa pelos versos dessa produção literária, que se propunha em levar as crianças a sentirem-se como soldados em constante marcha para uma luta onde o maior prêmio consistia no alcance de uma pátria gloriosa, algo constante em alguns trechos de obra:

Da escola um dia eu voltava
Era um dia de verão,
E pela estrada marchava
Um garboso batalhão.

Falou-me o papai: Meu filho
Pára em momento...anda bem
Tu não vês aquele brilho
Dos sobres que vêm além?

Não vês aquela bandeira
Auriverde, tremulante,
Soldados em marcha inteira
Tendo à frente o comandante?

Estaquei...firme, direito
_, sim, respondi com emoção
Aguardando, com respeito,
De meu papai a lição.
(VIRGÍLIO CARDOSO, 1904, p. 128).

Os versos de Virgílio Cardoso (1904) mostram o quanto compete à família a responsabilidade de guiar seus filhos pelo caminho da educação, valorizando também a instrução como fator determinante para o vislumbre de seu país, mostrando nele os atrativos pelos quais a criança deveria orgulhar-se, a exemplo do apego ao símbolo da bandeira nacional, representada como guia do valoroso batalhão daqueles que se propunham a alcançar o progresso.

Para esse intelectual, a família tinha o dever de levar seus filhos a entenderem o quanto a nação precisava de seus esforços e essa era uma das principais lições que os pais poderiam repassar aos seus filhos. À escola cabia o papel de orientar a marcha desses alunos, tidos como soldados em constante luta, tendo como comandante a Pátria rumo ao progresso.

Em outro trecho dessa poesia Virgílio Cardoso destaca o porquê do Brasil ser digno de respeito e honra:

A Pátria, sim me filhinho,
Este Brasil portentoso,
Desde a flor ao passarinho,
Do prado ao bosque bondoso!

A Pátria, que possui bravos

Heroínas, tradições...
Que libertou seus escravos
Entre flores e ovações!

A Pátria..., mas se avizinha,
Eis chegando o batalhão
Descobre essa cabecinha
Vê bem, meu filho, a atenção!
(VIRGILIO CARDOSO, 1904, p. 129)

A primeira estrofe dessa poesia, destaca o sentimento ufano que a criança deveria ter pelo seu país tido como “portentoso”⁹, de raro e extraordinário valor. A exuberância do país em território, fauna e flora, eram motivos suficientes para o orgulho nacional, cabendo a cada soldado (crianças), lutar pela manutenção de suas potencialidades e respeito aos símbolos nacionais republicanos.

O autor continua sua explanação sobre o papel do aluno diante desse processo de conquista e exaltação da nação, mostrando que o aluno que luta por seu país na conquista de uma nação culta, que valoriza seus princípios morais, seria considerado um herói.

Desse modo, essa criança deveria despertar-se para a Pátria que se aproximava, trazendo o progresso necessário naquele momento. O importante nessa visão ufana de educação era a manutenção da ideia de valorização de um país novo em crescimento, onde todos possuíam a parcela na construção da nação. Assim, esses homens buscavam em diversos caminhos manter o estado de aceitação do regime republicano no Estado.

9 Que tem o caráter portentoso; assombroso prodigioso.

3 O IDEÁRIO CÍVICO E PATRIÓTICO NA EDUCAÇÃO REPUBLICANA PARAENSE E SUA CIRCULARIDADE EM IMPRESSOS PEDAGÓGICOS

Esta seção tem por objetivo identificar o ideário cívico-patriótico que circulou nas revistas **A Escola** de 1900 a 1904 e na **Revista do Ensino** de 1911 e 1912. Nela destaco o ideário cívico-patriótico presente nesses periódicos e trago para o debate temas como, civilidade, higienismo, progresso e patriotismo, que figuraram na educação do Estado, por meio desses impressos, como condição para a construção do ideário cívico e patriótico.

Sobre as representações científicas e nacionalistas que delinearam as práticas educativas na escola primária do Pará, procuro entendê-las no contexto de formulação de práticas educativas permeadas pelo imaginário nacionalista, cívico e pátrio, imbuídas de significados políticos, que fortaleceram a institucionalização do ensino primário.

Nesta seção, serão ainda abordadas as conferências cívicas, como momentos de aclamação do regime republicano no Estado, bem como seu papel de orientadora no trabalho pedagógico de professores em sala de aula, dos comportamentos, posturas de alunos, pais e responsáveis, enfim, como ferramentas proclamadoras de ensino cívico e pátrio.

As discussões se valem das análises de fontes históricas, tais como, o Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Pará de 1899, o Relatório da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública referentes aos anos de 1910 e 1911, a edição especial da 2ª Conferência Cívica de 1900, destinada às escolas; a edição da Revista **A Escola** de nº 1 de 1900 com o artigo “Da higiene Escolar” de Lira Castro, a edição de nº 5 de 1900 com mensagem do Diretor da Instrução Pública do Estado Virgílio Cardoso de Oliveira, a edição de nº 7, referente a outubro de 1900 a março de 1901 com o artigo “Higiene Escolar” de Lira Castro e edição de nº 45 de 1904 com o artigo “Educação Nacional” de Araripe Júnior. Sobre a **Revista do Ensino**, as edições analisadas são: a de nº 5 de 1912 com a mensagem do Diretor da Instrução Pública do Estado Augusto Olímpio, a edição de nº 8 de 1912 com o artigo “Higiene Escolar” de Acylino de Leão.

Os impressos, regulamentos, relatórios, artigos e discursos utilizados nesta seção, permitiram apreender os discursos que articularam as práticas educativas para a formação da criança republicana. O *corpus* do repertório elencando, ampliou e

reafirmou o valor dos periódicos pedagógicos do Pará, existentes na primeira década da República no Estado como fontes inesgotáveis para estudos sobre a História da Educação no Pará.

Desse modo, por meio das orientações educacionais destacadas nas revistas **A Escola** e **Revista do Ensino**, estabeleço ainda um paralelo entre as bases que sustentaram o projeto de educação republicana no Pará e os impressos como aliados e ao mesmo tempo como mecanismos de vigilância e controle para o que deveria ser ensinado às crianças, de forma a moldá-las como “cidadã republicana”.

3.1 CIVILIDADE, PROGRESSO E EDUCAÇÃO NO PARÁ

Pensar o processo de construção do ideário cívico e patriótico no Estado do Pará e sua interlocução com a educação, pressupõe entender que o movimento de modernização da cidade de Belém, foi algo construído desde os finais do século XIX e início do século XX, por meio do crescimento comercial, político e cultural, estabelecido pelo cenário de riquezas produzidas pela *Belle Époque*, em especial pela economia da borracha, (SARGES, 2010).

Sarges (2010) ao discutir a urbanização da capital paraense no período da *Belle Époque*, aponta que o processo de urbanização da cidade não foi fruto somente de sua vida industrial, realidade ocorrida nas cidades europeias e americanas que se urbanizaram em função de seu crescimento industrial, mas, pelo movimento político, financeiro, comercial e cultural que pairava na região em função da economia do látex.

Sarges (2010) discorre que Belém se encontrava na rota de escoamento da produção gomífera, logo seu *status* comercial e cultural atraiu olhares em âmbito nacional, o que a colocava muito próxima da modernidade dos países europeus e norte-americanos. Segundo a autora, as transformações ocorridas no ambiente urbano da capital paraense foi fruto da economia da borracha que possibilitou um processo modernizador na cidade, com magníficas obras voltadas para o atendimento das elites. Era necessário alcançar um ideal de sociedade que não viesse “perturbar” a paz pública. Aqui, abro um parêntese para destacar, que o que se buscava nas sociedades estrangeiras, não era apenas um padrão estético com belas construções, mas um padrão social, para a formação de um cidadão apto, educado, e digno de frequentar a nova cidade que se construía.

Esse caráter modernizador, vivenciado na capital paraense, sintonizava de acordo com Sarges (2010) com uma nova sociedade atrelada aos padrões civilizados das sociedades modernas. A modernização da capital paraense foi algo propiciado pelo novo reordenamento econômico que vinha ocorrendo desde 1870.

Ainda para essa autora, a modernidade de certo modo, idealizou uma sociedade racionalizada, civilizada, ativa na industrialização dos processos de produção e direcionada ao conhecimento científico como condição para o progresso.

Para Oliveira (2016), o discurso científico moderno, foi marcado pelo “princípio da subjetividade”, atrelado ao pensamento iluminista. Nessa ótica, o sujeito apresentava-se com um pensar consciente, racionalizado, imbuído de uma liberdade subjetiva sobre o pensar e o agir, que são próprios de sua condição humana. Para a autora, o pensar cientificamente sobre o homem, é pensá-lo inserido em um processo histórico, entendendo-o nas dimensões políticas, sociais, culturais e educacionais.

A educação nesse cenário, traduzia a forma mais eficaz de alcance de transformações sociais e políticas, ao buscar moldar comportamentos e pensamentos. Nesse âmbito, concordo com (OLIVEIRA, 2016, p. 115), quando aponta que a educação possui o poder de “manter o imaginário e a ideologia de manutenção de poder de uma determinada categoria social”.

Sobre esse ponto, essa autora aborda ainda, que o discurso da civilização moderna se constituiu como o caminho mais eficaz de desenvolvimento e superioridade. Esse “ar” superior seria o caminho de uma exigência moral, que de certa forma, perpetuaria a típica relação dos que se colocavam na posição de superiores, logo teriam a “obrigação” em desenvolver os ditos “não civilizados”. Esse pensamento superior, capaz de formar os considerados “não civilizados”, tornou a modernidade europeia, modelo de civilização a ser seguida pelos países em desenvolvimento. Conseqüentemente, a modernidade se colocou como o meio de “emancipação da razão humana” (OLIVEIRA, 2016, p. 87).

No Pará, a formação de um novo perfil social de homem civilizado, almejado para o progresso social, pensando sobre uma cadeia polissêmica de identidade que se assemelhasse ao novo padrão de sociedade posto pelo regime republicano. Projetou-se a criação de uma imagem de homem moderno, dotado de novos hábitos, de boa vestimenta, de discursos cultos e doutrinários, pautados na ciência positiva, era assim, o perfil fortificado que a República evidenciava, (COELHO, 2002).

O padrão de sociedade moderna no Pará, colocou o homem na condição de sujeito da cidade, precisando então, de atitudes policiadas, condizentes com os códigos de comportamentos, que nada mais eram, que mecanismos de alinhamento de condutas socialmente aceitas e que segundo (COELHO, 2002, p. 18), “reafirmavam valores que a cultura urbana plasmara como inventário social”.

Esses comportamentos, ditos “civilizados”, poderiam ser observados nas liturgias cívicas, que nada mais eram que espaços de exaltação e festejos do nacionalismo republicano. Nesses eventos, se cobrava não apenas os bons costumes, mas o bom uso da imagem, o que deixava visível a distinção social entre os que se apresentavam como homens civilizados dos que eram desprovidos de boas maneiras e vestimentas (COELHO, 2002).

A educação nesse cenário, era a porta voz do ideário político, de espaço de refinamento das boas condutas e disseminadora das doutrinas republicanas concebidas à luz do positivismo, pontos que representavam o progresso tanto político quanto moral. A esse respeito, Hobsbawm (1996) salienta que desde 1870, o pensamento positivista de Augusto Comte ganhou considerável espaço na realidade brasileira, tendo em vista que, foi a corrente que propôs o aperfeiçoamento social como fator determinante para o desenvolvimento econômico do país, fato este que veio esboçar o progresso brasileiro, visto de forma emblemática pelo lema nacional “Ordem e Progresso” (p.176).

Carvalho (2005) ao discutir a República no contexto da cidade do Rio de Janeiro, aponta que o novo regime, trouxe de certa forma a ideia de povo, pátria e cidadania. Tais ideias, provenientes da Europa, sobretudo da França, pelo movimento da Revolução Francesa, tinham a função de unir a sociedade por meio do sentimento nacionalista. Os ideais de povo, pátria e cidadania foram moldados diante das várias nuances políticas e ideológicas de grupos liberais, conservadores, positivistas e anarquistas, que constituíram a República no Brasil.

O republicanismo no país deu-se pela defesa de interesses de vários setores da sociedade, como fazendeiros, militares, civis, estudantes, liberais, abolicionistas e comerciantes. Para (CARVALHO, 2005, p. 49) “A ideia de povo, de pátria tinha o mérito de unir a todos, evitando embaraços”.

Conquanto, no olhar desse autor, muitos foram os grupos sociais que buscavam pelos seus interesses, constituir um conceito do que seria a cidadania no Brasil, como foi o caso dos militares, que influenciados pelos ideais positivistas de

Benjamim Constant, trouxeram a ideia do “soldado-cidadão”, era a ideia do exército no povo, com armas em defesa de seu país. Para esse autor, “não se tratava tanto de cidadania, mas do que poderíamos chamar de *estadania*”¹⁰ (CARVALHO, 2005, p. 50) era a busca da identidade nacional junto ao Estado.

Para os positivistas, a pátria seria a extensão da família, o sentido figurativo estaria na analogia do termo pátria representado pelo sacerdote do lar, o pai e o amor pela pátria, estariam representados na figura do amor materno. Nessa perspectiva, essa concepção acabava por reduzir o social ao comunitário, é a partir de então que se começa a pensar o termo “comunidade”. Sobre essa questão Carvalho ressalta que:

[...] Para o positivismo, segundo o Apostolado, pátria se baseia na família (pai), o amor da pátria é o prolongamento do amor materno [...]. Por outro lado, a cidade não era mais do que o prolongamento da família, daí o patriotismo e civismo eram a mesma coisa. (CARVALHO, 2005, p. 63)

Carvalho (2005) aponta que a visão positivista de cidadania, influenciada por valores comteanos, não abrangia direitos políticos, quer fossem parlamentares ou revolucionários, bem como representatividade social via partidos políticos, somente os direitos civis e sociais, eram admitidos, desde que não fossem questionados via pressão social. Nesse contexto, a educação passa ser entendida como um direito social, assim como a devida proteção ao trabalhador e à família, sendo então direito social, poderia ser concedida pela relação “paternal” do Estado com a sociedade, jamais seria conquistada por pressões partidárias. Portanto, era dever do Estado garantir esses direitos, Era uma cidadania para um cidadão não ativo. (CARVALHO, 2005).

No Pará, os direitos sociais como, educação, saúde e atendimento social, ganharam destaque na República, momento em que a administração pública iniciava o movimento de urbanização da cidade, com construções de hospitais, de escolas e de carceragens. Tais espaços, tinham a função de atendimento e ordenamento social.

Nessa conjuntura, a educação passou a ser vista pelos republicanos como meio de propagação do novo regime, assim como mecanismo de ordenamento para

¹⁰ A *estadania* segundo Carvalho (2005) seria de cidadania via máquina governamental, nesse caso os interesses não eram tidos como referência, mas o cidadão tinha participação ativa nas vias governamentais. Para esse autor, o que mais e via eram a variedade de pedidos das elites, em prol de interesses próprios. CARVALHO, José Murilo de. **República e Cidadania**. In: Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi: Companhia das Letras, São Paulo, 2005, p. 42-65.

novos hábitos sociais. Nos anos iniciais da República, as elites política e intelectual, viam na educação a para nova nação e denunciavam as práticas educativas coercitivas e as precariedades das estruturas físicas dos espaços escolares, que funcionavam em prédios impróprios para ensino.

França (2004) evidencia que os intelectuais brasileiros movidos pelas “luzes francesas”, viam na educação a saída para aperfeiçoar os homens. Conquanto, essa autora frisa que esses intelectuais lançaram mão de uma multiplicidade de teorias para formularem seus projetos educativos. “Atingir os marcos do progresso científico das sociedades modernas estaria na dependência direta da renovação cultural, da reforma do ensino e do aperfeiçoamento da instrução pública” (FRANÇA, 2004, p. 42).

Nesse contexto de efervescências ideológicas no início da República que, Araripe Júnior¹¹, intelectual e crítico literário, militante e conhecedor das inovações educacionais europeias, buscou compreender as teorias e polêmicas de seu tempo, ao publicar em 1904, o artigo “Educação Nacional”.

No Pará, esse artigo foi publicado no ano de 1904, na edição de nº 45 da revista **A Escola**, nele o autor discute os entraves existentes na educação nacional, que vinham comprometendo a sua imagem, com um ensino pouco atrativo para as crianças, permeado de castigos físicos, professores mal preparados e sem entusiasmo para o ensino, turmas extensas com 50 a 60 alunos, salas em péssimas condições para o atendimento das crianças, métodos de ensino complexos que não atendiam a aprendizagem dos alunos, questões que comprometiam a imagem do ensino no país. Araripe Junior denuncia nesse artigo a precariedade da educação no país nos períodos colonial e imperial, algo que perdurou segundo ele, no regime republicano.

Ao abordar a educação nacional, esse autor estabelece um conjunto de orientações para melhoria da educação no país. Suas ideias, circulavam pelo Brasil em revistas destinadas ao ensino, e no Pará a revista **A Escola**, dirigida pela Diretoria de Instrução Pública, assumia essa responsabilidade em fazer circular seu

¹¹ “Araripe Júnior (Tristão de Alencar Araripe Júnior) crítico literário, nasceu em Fortaleza, CE, em 27 de junho de 1848, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 29 de outubro de 1911. A partir de 1882, teve, ao lado de José do Patrocínio, destacada atuação em favor da campanha abolicionista. Nomeado oficial de secretaria do Ministério dos Negócios do Império; proclamada a República e extinto aquele Ministério, passou para o da Justiça e Negócios Interiores. Em 1895, foi diretor geral da Instrução Pública. Em 1903, foi promovido ao cargo de Consultor Geral da República, que ele exerceu até o fim da vida, tendo proferido pareceres importantes”. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/araripe-junior/biografia>>. Acesso em: 10/01/2018

pensamento entre os professores do Estado, buscando nela, alinhar as práticas educacionais do Pará às dos demais Estados brasileiros.

É importante destacar que, neste artigo, Araripe Júnior tem como referência de análise a realidade educacional da cidade de Recife, em 1864. Examinando as práticas de sabatina no ensino de latim desenvolvidas pelo professor Dr. Cajureiro, destaca Araripe Júnior que o referido professor se apresentava como “um maníaco de latinidades, no centro a fazer perguntas inesperadas, aos adiantados, e cavilosas aos atrasados” (ARARIPE JÚNIOR, 1904, p. 81). Essa prática repressiva, fria, sem qualquer aproximação com aquele para quem deveria ser direcionado o ensino, acabava por comprometer a aprendizagem dos alunos. Sobre essas práticas, Araripe Júnior declara:

[...] O mestre de ordinário olhava para o menino com ódio: e todo seu esforço, todo seu cuidado, toda a sua ciência concentrava-se no desenvolvimento de uma perícia de domador de feras. Mil armadilhas eram por ele inventadas para colher em falta as pobres crianças, confiadas à sua solitudine; e nunca de seus lábios defluía um movimento de simpatia ou de amor (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 82)

Diante de práticas severas, Araripe Júnior (1904) propõe práticas as quais deixassem de lado o caráter bárbaro de uma educação que colocava a escola na condição de lugar de tortura para aqueles que nela buscavam o saber. Para ele, a educação deveria atender as aspirações das crianças, com práticas alegres e com didática inovadora, desenvolvendo a imaginação e o conhecimento científico fortificadas sobre bases da história do Brasil, para o enaltecimento dos grandes nomes responsáveis pela construção da nação. Portanto, a educação deveria romper com as antigas referências de heróis não pertencentes a terra brasileira. Para esse autor, cabia aos mestres “Tornar o ensino alegre e atraente, economizar as forças do aluno, e evitar o desperdício da atenção: eis o ponto essencial da pedagogia moderna e eu se oferece tão intuitiva que é suficiente enuncial para torna-la inevitável” (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 82).

Uma escola permeada por práticas domesticadoras, a qual via o aluno como uma “fera” bruta que necessitava ser adestrada, sem sentimentos e personalidade, e via o professor como o “domador” frio, e que pouco se importava pelo caráter emocional de suas práticas, para Araripe Júnior, tal questão comprometeria o sentido civilizatório, almejado no período republicano.

Para esse intelectual, a escola como espaço de coerção foi por muito tempo reafirmada pelo professor no período imperial e continuava a ser na República. Para ele, a escola deveria ser um local onde as crianças iam em busca da luz da civilização e caberia aos professores investir todo o seu conhecimento científico para tirá-las da condição de rudez e trevas. O mestre, nesse modelo de ensino, era alguém disposto a concentrar seus esforços para a colheita de resultados satisfatórios, ao valorizar e admirar o aluno submisso ao mestre. Para esse teórico, a educação deveria centrar-se na figura do aluno e o professor seria alguém que o guiaria no caminho do ensino.

Araripe Júnior, ao discutir a educação nacional, centra suas análises na figura do professor como responsável pelas novas práticas educativas. No caso da República no Pará, o professor era o responsável em propagar nas salas de aula as novas orientações para o ensino e essa função era tão valiosa a ponto do diretor da Instrução Pública do Estado dedicar o capítulo II do Regulamento da Instrução Pública do Pará de 1899, para orientar as práticas docentes, aos moldes do projeto de educação em vigor.

No Regulamento da Instrução Pública do Pará de 1899, de autoria de Virgílio Cardoso de Oliveira, o Capítulo II que trata sobre os “Deveres dos Professores”, já enfatizava sobre as funções dos docentes, confiadas para o melhor desenvolvimento do ensino. Esse capítulo considerava o ato de ensinar um “apostolado”, status que garantia ao docente a dignidade social, desde que este cumprisse com o exercício de suas funções e deveres. Sobre isso, o artigo 5 desse regulamento assim esclarece:

“O professor deve compenetrar-se da nobreza das funções que são confiadas, encarando a sua missão na escola, não como um mero meio de vida, mas como um verdadeiro apostolado, de que ele deve procurar ser sempre digno” (PARÁ, Regulamento da Instrução Pública do Pará, 1899, p. 51).

O artigo 6 do Capítulo II desse regulamento discorre sobre deveres dos professores do Pará, ao destacar as várias atribuições desse professor como: ser pontual; manter-se vestido adequadamente, zelando por sua moralidade. Tal zelo, não recaía somente por sua imagem individual, mas por sua imagem coletiva, traduzida nos alunos e no prédio escolar; a manutenção e ordem dos livros escolares (matrícula, frequência, inventário, visitas, correspondências, exames), também recaía sobre sua responsabilidade, além de organizar mapas de frequência, matrículas, livros didáticos, exames; ser fiel no cumprimento do respeito às autoridades educacionais, como a diretoria de ensino e inspetores escolares. Enfim, essas obrigações se davam de

forma a moldar um perfil de professorado que viesse manter a ordem e a disciplina no exercício de sua função.

Percebe-se, assim, que a República traçou caminhos para o progresso e concedeu à educação a função pelo remodelamento de práticas e hábitos sociais, redefinindo as práticas dos professores no Pará para serem arautos de seu ideário progressista e nacionalista. Contudo, esses professores precisariam atuar em um novo espaço público de ensino, rompendo com os velhos estigmas.

Essa preocupação com a imagem de uma escola estigmatizada tornou-se ponto de discussão de Araripe Júnior. A escola, como espaço de castigo, esteve durante muito tempo atrelada às práticas exercidas no período da escravidão no Brasil. Para ele, seu enfraquecimento ocorreu com a abolição da escravatura, momento que ocorre o rompimento da ideia de castigos físicos dentro das escolas, banindo o “medo” nos espaços de ensino, como o autor destaca:

Felizmente tudo isto desapareceu com o pesadelo da própria escravidão; e não há pedagogo atualmente que não preconize a eliminação sistemática do medo dos processos da educação. Com efeito, podia dar-se maior inconseqüência do que começar a instrução pela paralisia das forças da vontade pelo embotamento da percepção [...] (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 82).

Para Araripe Júnior, o avanço da Educação Nacional só seria alcançado com mudanças nas práticas dos professores, por meio de uma educação que viesse promover o progresso ao invés de enfraquecer o espírito do alunado para o ensino. Destaca que, não adiantava o professor desenvolver aulas que alimentassem o espírito individual do aluno, com uma aprendizagem inclinada para o saber científico, se todo o conhecimento repassado na escola não tivesse relação com realidade da criança:

De que serve alimentar a energia individual do aluno, iluminar-lhe a imaginação, enchendo a sua inteligência de aspirações científicas e artísticas, se tudo isso tem de esbarrar diante da convicção de que o círculo em que ele vive não o animará, nem corresponde aos seus esforços, nem compreendem os seus intuitos? (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 83).

As festas cívicas republicanas também foram alvo de suas críticas. Para ele, essas festas, nada mais eram do que “espetáculos da inteligência”, e aconteciam como formas de mostrar a magnitude de uma aparência não vivida pelos alunos, servindo para mascarar um perfil social de aluno muito diferente da realidade. Enfim,

a educação cívica, para ele, promovida pelas festas escolares, não serviam para despertar nos alunos o entusiasmo pelo país. Como enfatiza em:

[...] eu me refiro ao pessimismo propinado nas escolas por meio de uma educação cívica, na qual direta ou indiretamente se reflete o desalento de certos espíritos e a desorientação de naturezas para as quais não existe uma faculdade chamada *entusiasmo*, suscetível de ser cultivada por qualquer um (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 82).

Araripe Júnior (1904), considerava que essas festas levavam os professores e alunos à condição de “escravos intelectuais”, pois professores e alunos eram submetidos a um entusiasmo aparente.

Sobre essa questão cívica, promovida pelas festas escolares, Carvalho (2005) aponta que a propaganda republicana se incumbia de promover o entusiasmo pela nação na população, sendo as festas cívicas, conferências e a imprensa, as grandes responsáveis por disseminar as promessas democratizantes do novo regime.

A educação cívica voltada ao desenvolvimento nacional defendida por muitos intelectuais no início do século XX, inclusive por Araripe Júnior, era uma educação nacionalista atrelada à vida social dos alunos. Contudo, a educação cívica vivenciada, foi marcada pela falta de entusiasmo pela nação e pelo desalento do espírito social, fato que levava os alunos a não desenvolverem prospecções futuras. Assim, para ele, o desenvolvimento desse entusiasmo, do orgulho pela pátria e nação, deveria ser algo relacionado com a realidade social dos alunos, pois somente assim alcançariam o desenvolvimento intelectual e social.

Nesse sentido, a educação cívica ensinada nas aulas não atendia as reais necessidades sociais de seus alunos, pois não os fazia romper com o círculo social no qual se encontravam.

É importante ressaltar, tomando por base o pensamento de Araripe Júnior, o sentimento pessimista na educação tinha suas origens inclusive na figura do professor, responsável por difundir a todo momento, práticas com o mau humor, influenciando os corações e as mentes dos alunos. Sobre essa questão, estabeleço alguns pontos. A educação debatida por Araripe Júnior trazia à tona outras questões, como o estado de mal-estar educacional vivido na República, com professores sobrecarregados em funções que ultrapassavam seu status do magistério, o instruir para civilizar e modelar estava acima dos princípios do instruir para educar, conseqüentemente, esse mal-estar refletia em quem se deposita as expectativas de

alavancar a nação. Fato como este me leva a seguinte questão: Já que a proposta de educação republicana pensada para o Pará, não partia da realidade social do aluno, já que este seria a principal peça do projeto republicano?

A escola para Araripe Junior deveria promover a formação de “um homem sadio no corpo e na alma, alegre, e contente de si mesmo, e cheio de coragem para entrar na da vida” (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 83). No entanto, a realidade vivida por muitas crianças e professores nas escolas era permeada por desilusões e desalento em relação ao regime republicano. Assim, pontua:

[...] o que se encontra é um desalento, um vencido, cuja única aspiração está no repouso, cuja única atividade reduz-se a uma estéril do círculo social em que as circunstancias o colocaram. E tudo isso, esse medíocre sentimento de resignação, essa repugnância invencível ao espaço, essa perene maledicência contra o país e contra seus homens não é senão o resultado inconsciente do pessimismo que tem invadido sorrateiramente o nosso meio intelectual [...] (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 83).

Segundo Araripe Júnior, esse cenário gerava uma resignação com a pátria e um sentimento de mediocridade com o país e com os homens que o compunham. Para ele, esses elementos que desgastavam a relação do país com a população eram nada mais que resultados do pessimismo tão imperante no meio intelectual, sobretudo entre os professores.

As colocações desse autor, com relação a educação nacional, são pontuais, fazendo referência às discussões de Manoel do Bonfim na Revista **A Escola**, do Rio de Janeiro, em 1904, no que diz respeito a necessidade de atenção dos professores para modificações dos métodos de ensino copiados da França e Alemanha, destaca que esses métodos eram distantes do meio físico e moral da criança brasileira. Para ele, a boa educação se fazia pela inteligência e amor que o professor destinava as práticas por ele exercidas, levando a criança a interessar-se “pelo cenário que ela vive e pelas coisas que ela conhece” (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 84).

Outro ponto que ele põe em cheque, é o modelo de educação proposto por Rousseau, o qual influenciou o modelo educacional brasileiro. Para ele, era necessário e indispensável que o professor elevasse a autoestima do aluno para a aprendizagem, exercendo assim o papel de iniciador das faculdades intelectuais da criança, que nessa concepção assume papel ativo na educação. Sobre essa questão, assim destaca:

Um dos maiores defeitos do sistema de Rousseau foi converter o seu Emílio numa espécie de Telemaco que não daria um passo sem o auxílio e o

conselho de Mentor. A concepção pedagógica moderna funda-se exatamente oposto. O mestre não passa de iniciador. E as faculdades do aluno devem ser por junto agitadas de tal modo, que em pouco tempo seja o aluno o seu próprio mestre (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 84).

Com relação ao modelo de educação preconizado por Rousseau, Cambi expõe que se caracterizava por “uma educação do homem enquanto tal (e não do homem como cidadão)” (CAMBI, 1999, p. 346). Esse modelo educacional se fazia de forma natural, sob a guia de um “pedagogo iluminado”, capaz de levar essa criança a um processo formativo de educação reflexiva sobre sua realidade, por fim, nesse modelo, o que se buscava era a naturalização do homem.

Assim sendo, Araripe Júnior (1904) foi tecendo suas considerações pedagógicas de educação, a fim de reformular a proposta de educação republicana vigente, contrapondo-se a teoria de Rousseau, onde o professor se colocava como centro do processo educativo. A defesa de um modelo educacional construído com base na pedagogia moderna, centrada na figura do aluno, que ao ser estimulado pelo professor, poderia alcançar suas faculdades mentais para o alcance da sua condição de mestre de si mesmo, se apresentou como o ponto chave no pensamento desse teórico republicano, o qual via na figura do professor um “jardineiro”, que tinha por obrigação cuidar e regar as sementes por ele lançadas.

Sobre essa pedagogia moderna defendida por Araripe Júnior, destaco as discussões de Cambi (1999), ao colocar que a modernidade, baseada nos princípios de **O príncipe** de Maquiavel, veio reconfigurar a visão sobre a educação e a pedagogia, que passam a ser discutidas do ponto de vista político, religioso/ético, social e técnico. Para ele, o Estado moderno parte do controle racional da sociedade civil, a qual passa a ser instruída por uma pedagogia política que delineava um modelo educacional atrelado às questões da família, associações, imprensa, entre outros setores sociais, com a intenção de promover o envolvimento e conformação do indivíduo enquanto homem civil.

Para Araripe Junior (1904), a escola deveria assumir um novo papel na República, pautado na pedagogia moderna, tendo como sujeito do ensino o aluno, o professor, nesse caso, seria apenas alguém a orientar essa criança para que possa associar o conhecimento escolar ao mundo que a cerca. Essa seria uma característica fundamental para novas práticas e perfis no ensino republicano, em que, no seu entender, se constituíam características inevitáveis para o avanço do ensino.

É oportuno, por assim dizer, que as considerações de Araripe Júnior sobre a educação, eram muito mais amplas do que se mensurava. Suas análises sobre o cenário político, buscavam o renovo escolar para o progresso do ensino, sendo que esse renovo não dependia apenas do abandono de práticas repulsivas, dependia que a escola, juntamente com seus docentes, assumisse práticas que permitissem trazer para a escola as necessidades da vida cotidiana de seus alunos. Para ele, uma criança educada de forma integral, contribuiria tanto para o engrandecimento moral do indivíduo quanto para o desenvolvimento da sociedade. Como destaca:

[...] não resta ao mestre senão aguçar o desejo de sistematizar em noções, num progredir harmonioso, integral, da inteligência, subordinado ao engrandecimento moral do indivíduo e da sociedade. Esse processo auto didático quando não tivesse outra vantagem; seria o meio mais eficaz de erigir o sentimento da própria dignidade (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 85).

Outro ponto defendido por Araripe Junior era um ensino baseado na história dos grandes homens da República. A defesa da moral era uma questão fundamental em suas discussões para o progresso e civismo nacional. Para ele, o ensino por biografias deveria pautar-se em personalidades de nossa história, trazendo proximidade e relação com a realidade social vivida pelos alunos. Como assim destaca:

[...] O que, portanto, se faz mister no interesse da educação nacional é observar o aluno desde logo com a feição simpática dos vultos da nossa pátria, esforçando-se o professor, o mais que lhe for possível, por unir a vida, sentida, não decorada cronologicamente, desses indivíduos, aos benefícios de liberdade e de progresso deles decorrentes para o nosso meio social (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 86).

Ainda sobre um ensino pautado em personalidades nacionais, esse intelectual apontava que nada adiantaria desenvolver um ensino firmado em referências de outros países, os quais, de certa forma, estariam alheios a nossa realidade. Para ele, esse ato valorizaria a educação nacional, na medida em que agregaria o orgulho e a simpatia das crianças pela personalidade de homens da história nacional, isso de algum modo contribuiria para a organização da nova nação. O professor nesse cenário ficaria com a missão de enfatizar aos seus alunos que a nação só se constituiu como tal, devido ao esforço, compromisso e empenho desses brasileiros. Sobre isso, o autor destaca:

[...] o Brasil forma hoje um conjunto de aptidões e se afirma entre os povos, não a maneira de um agregado de tribos insubmissas e incapazes de direção,

mas como pátria digna, tão digna como qualquer outra, de ser amada, e capaz de gerar nos seus filhos o sentimento da dignidade coletiva (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 86).

Essa preocupação deveria ser posta à criança desde o seu nascimento, garantindo assim representações animadoras e fortificantes sobre sua pátria. Para Araripe Júnior, essas representações se destacavam pelo fato de “que somos um produto histórico, temos individualidade” (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 86). Portanto, essa percepção de que o homem é formado socialmente em sua individualidade, despertado para o futuro da nação civilizada e moderna, construída no conhecimento e entendimento da realidade social na qual a criança está inserida, possibilitaria um ensino mais próximo da realidade social da vivida pela criança.

As discussões de Araripe Junior são marcadas por críticas e denúncias sobre a educação, por meio delas, esse autor buscava mostrar a herança carcerária de educação no império e a forma como essa herança se agregou à educação republicana. Ainda para esse autor, esse modelo educacional acarretava problemas na vida daqueles que buscavam na escola um meio de elevação de sua condição social, logo, suas considerações denunciavam o tipo de educação que se efetivava nas salas de aula, diferenciado do que orientava os programas de ensino. Como esclarece:

Não basta, porém que a escola se tenha tirado esse caráter repulsivo de cárcere privado e de matadouro antigo. No estado atual de nossa civilização, dada a insinceridade de pedagogos, nos próprios jardins da infância e nas escolas, em que o ensino corre parelhas com as mais belas festas, senão espetáculos da inteligência, sob a aparência d’essas flores e desses ruídos festivos, muita vez se estão aparelhando escravidões intelectuais [...] (ARARIPE JUNIOR, 1904, p. 82).

Araripe Júnior defendia o engrandecimento da pátria. Não concordava com a forma como eram formados os professores na academia. Para ele, muitos professores, insatisfeitos com o novo regime, levavam para as salas de aula ideias e práticas de outros países, tomando por base heróis de outras nações. Essa forma de ensino, para Araripe, não contribuía com o crescimento nacional, pois revelava um sentimento de inferioridade pela nação brasileira, bem como a impotência de raça.

3.2 O PERFIL CÍVICO-PATRIÓTICO NO ENSINO PARAENSE: DA HIGIENE DO ESPAÇO À HIGIENE DO CORPO

O advento da República no Brasil buscou adequar a sociedade ao novo regime e muitos foram os esforços para a concretização desse propósito. Uma das medidas adotadas pelo poder público instituído foi, segundo Hansen (2007), eliminar o atraso na área educacional por entender que a educação seria sua grande aliada na aceitação do novo regime político.

Para essa autora, a proposta educacional instituída pelo novo regime político no país, procurava desenvolver uma educação aos moldes europeus. O destaque dado ao país para alcançar o tão almejado progresso se tornou uma estratégia para o mercado editorial de impressos na República. Tais impressos tornaram-se ferramenta de divulgação do pensamento ufanista.

A imprensa educacional do Pará se firmou como importante fonte e meio de divulgação dos debates educacionais que marcaram a sociedade nas primeiras décadas desse regime. Os textos nela publicados permitem compreender concepções de ciências e educação veiculadas pelos intelectuais aos seus leitores com vistas a criar uma representação sobre sociedade e educação civilizada.

Viana (2015), ao discutir sobre educação e higienismo em periódicos paraenses, destaca que o final do século XIX e início do século XX, foram marcados por importantes discussões entre saúde e educação, pontos tidos como essenciais para o projeto civilizatório almejado para o país, que naquele momento buscava assemelhar-se aos países europeus. Frisa que o debate entre educação e higienismo tinham por finalidade a formação de indivíduos fortes e saudáveis. Assim, a higiene se estabeleceu como meio para organizar os processos formativos do cidadão republicano, nesse limiar, a educação precisava ser guiada e a ciência médica figurou de modo decisivo para orientar as práticas higiênicas nesse período.

Sobre os discursos médicos tidos como “prontuários”, capazes de elaborar e desenvolver o ensino para a formação de homens civilizados, Gondra (2004) evidencia que a proposta médico-higienista de educar e civilizar se apresentavam como atos solidários, em que o principal objetivo se atrelava ao fato de eliminar as adversidades sociais para o vislumbre de um futuro novo, algo que só poderia ser mensurado se a educação escolar assumisse a racionalidade médico-higienista.

Mediante esse cenário, os discursos higienistas que figuravam na educação paraense nos anos iniciais da República no Pará tinham, entre suas propostas, orientar as práticas educacionais, os conteúdos escolares, os comportamentos das crianças, além de idealizarem a forma como esse ensino deveria ser organizado

estruturalmente, de modo a formar o “cidadão republicano”, apto fisicamente e cumpridor de seus deveres pátrios.

Na educação, esses discursos ganharam força no Estado por meio dos ideais médicos propagados nos impressos pedagógicos, ligados a administração pública do Estado, como as revistas **A Escola** e **Revista do Ensino**, que circularam entre os professores, no período de 1900 a 1912.

As revistas **A Escola** e **Revista do Ensino** traziam em suas edições diversos artigos escritos por profissionais das mais variadas áreas do conhecimento, como médicos, engenheiros, literários e políticos que viam no conhecimento científico moderno, o caminho para a propagação das ciências naturais e humanas. Esses homens encontravam na educação o meio pelo qual poderiam moldar o perfil de cidadão republicano sob a ótica do pensamento científico. O princípio de reformulação social era evidente e necessário para desenvolver a pátria almejada, como destaca:

[...] De maneira geral, a intelectualidade brasileira, era bastante inteirada sobre as vertentes positivistas, evolucionistas, social-darwinista, não obstante conjugassem princípios reformistas e liberais quando apresentavam propostas para o desenvolvimento do país (FARIAS, 2013, p. 186).

Esses discursos ecoavam de forma a influenciar o professorado do Pará e moldar o pensamento das crianças. Nesse âmbito, os artigos publicados nessas revistas tratavam sobre Biologia, com enfoque para a seleção natural e evolução de Darwin. A higiene social como ciência e a higiene escolar se colocavam como conteúdos de apoio ao ordenamento de condutas e comportamentos sociais. As curiosidades científicas, o solo e o clima da região amazônica, bem como os conhecimentos matemáticos, também ganharam destaque nas páginas dessas revistas, pois eram tidos como elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura civilizada, que naquele momento procurava constituir um novo homem, compromissado com sua pátria.

De acordo com Geraldo Coelho (2002), a questão do progresso atrelava-se ao modo de vida civilizada, característica básica de representação e assertiva do mundo burguês.

Para esse autor, a constituição do homem civilizado, protagonista do progresso, se dava por um entrelaçamento polissêmico de significados, traduzidos de forma estética, pelo bem “vestir-se” e pelo bem “portar-se”. Nessa conjuntura, esse

homem se submetia aos discursos doutrinários da ciência positiva, pensamento que se apresentava capaz de trazer novos rumos a sociedade.

Os novos moldes da cultura civilizada e moderna primavam por um homem de atitudes e comportamentos socialmente aceitos e adequados aos códigos de conduta da época. O “lugar” que esse homem viria a ocupar na sociedade, como cidadão compromissado com padrões de manutenção da ordem social, era algo de suma importância, pois não bastava apenas alcançar um perfil de homem socialmente adequado, se esse homem não habitasse um espaço público digno de ser ocupado e que lhe garantisse status e visibilidade pública. Esse “lugar” traduzia o espaço público, onde todas as liturgias cívicas, reconhecidas e legitimadas pela República, aconteceriam como forma de engrandecimento do país pátrio. Essas liturgias, eram momentos onde se poderia visualizar quem era o homem civilizado, refinado, dotado de boas maneiras, (COELHO, 2002).

Para Geraldo Coelho (2002), o progresso vivenciado na capital paraense não traduzia apenas os avanços na cultura material, mas de alguma forma, refletia avanços nos processos de modernização da sociedade, que iam desde o aperfeiçoamento político, ao aperfeiçoamento das instituições. Esse movimento reproduziu o ideário político francês, acentuando um processo polissêmico cultural que se espalhava por todo o país, como formas representativas de um progresso não somente político, mas moral, o qual, se solidificava sob bases positivistas, algo que diferenciava a República do regime político anterior.

Todo esse cenário político refletia uma certa identidade do que era ser republicano no Pará, como bem esclarece Geraldo Coelho, “Ser republicano, deste ponto de vista, era estar em sintonia com as pulsações aceleradas de um tempo de transformações” (COELHO, 2002, p. 18). Para ele, atrelar-se ao que vinha ocorrendo no país, significava assumir uma postura civilizada, sendo a civilização vista como parte fundamental para o desenvolvimento do espírito humano.

O ideário republicano, nutrido pelo pensamento científico, colocava as ciências e suas práticas, como capazes de aprimorar a sociedade, ao promover seu progresso por meio da racionalidade de assimilação de ordenamento científico. Sobre essa questão Priore e Venâncio destacam:

[...] no “bando das novas ideias” que chegaram ao Brasil prenomiavam agora aquelas afinadas ao pensamento científico ou, pelo menos, com o que então se acreditava ser ciência. O positivismo foi um dessas correntes. Seus

partidários previam o advento da “era positiva”, em que a sociedade – a começar pela política – funcionaria e seria regulada e controlada de maneira científica [...] (PRIORE e VENÂNCIO, 2010, p. 217).

Para esses autores, o pensamento científico positivista, enfatizado na República, propunha mudanças significativas sobre a política, pois por meio dela a sociedade deveria ser gerida e controlada pelo saber científico, concepção bem diferente do que propunha o idealizador francês Augusto Comte. Para ele, à sociedade cabia o domínio pelo autoritarismo guiado por intelectuais que buscariam o bem comum, por meio de conceitos como democracia, individualismo e liberalismo.

A sociedade passava então a adentrar em um progresso sem limites, onde o lema era alcançar a europeização dos costumes. Para Priore e Venâncio, “A ciência europeia da época, que passou a ser vista como critério definidor das sociedades civilizadas” (PRIORE e VENÂNCIO, 2010, p. 220). Isso de certa forma aflorou entre a sociedade, inclusive visões racistas em meio a ela, proporcionar o desenvolvimento do homem branco estava entre as principais prioridades dessa sociedade que se estabelecia.

Nesse âmbito, Oliveira (2016) chega a destacar que a visão positivista trazia a ideia de emancipação uma vez que possibilitava ao homem um senso crítico por meio da superação de sua condição de imaturidade pela razão. Para essa autora, a vida na modernidade significava o alcance de “emancipação da razão humana, por meio do processo civilizatório da cultura europeia” (OLIVEIRA, 2016, p. 87). Assim, esse pensamento eurocêntrico traduzia o mundo europeu como o mundo por excelência a ser seguido pelas demais nações.

Os primeiros anos da República em Belém foram marcados pelo entusiasmo promovido pela ciência, onde o núcleo positivista¹², formado por intelectuais, políticos, médicos e engenheiros, guiados pela ideia de progresso e civilização, buscavam legitimar o novo regime político. Entre esses intelectuais, Lira Castro¹³, médico e

¹² Esse núcleo positivista, formado por intelectuais e personalidades políticas, entre eles Lauro Sodré, promovia os ideais republicanos em Belém através de comemorações cívicas, conferências com intuito de expandir o pensamento positivista na região. ALVES, José Jerônimo de Alencar. O Cientificismo da França para a Amazônia. Positivismos de Lauro Sodré. In ALVES, José Jerônimo de Alencar (org). *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005, p. 61-75.

¹³ Geminiano de Lyra Castro, nasceu em Igarapé-Miri, no Estado do Pará em 1863, fez seus estudos primários em Belém e cursou Medicina nas faculdades da Bahia e Rio de Janeiro, especializando-se em oftalmologia. Foi médico e político militante, exercendo vários cargos de destaque na República paraense. Atuou como médico na Santa Casa de Misericórdia do Pará, Inspetor de Higiene do Estado, Diretor do Hospício de Alienados, passando por cargos como Deputado Federal, Vice-Governador do Estado, entre outros de grande destaque. Como médico, político, professor e inspetor

colaborador da revista **A Escola**, procurou difundir na educação do Estado o cuidado com o corpo da criança, bem como com o espaço que ela iria ocupar, fosse na escola ou na residência familiar. Suas discussões, centravam-se na forma como esses espaços deveriam ser organizados na sociedade paraense como responsáveis pelo desenvolvimento físico e psicológico da criança.

É oportuno destacar que, Lira Castro foi diretor da Diretoria de Higiene do Estado do Pará nos anos de 1907 a 1909. Em 1900, um ano antes de assumir o cargo de vice-governador do Estado e publicou na revista **A Escola**, de nº 7, o artigo “Higiene Escolar”, no qual discute a valorização da educação física e preceitos higiênicos para o funcionamento dos espaços escolares da capital e interior do Estado.

Entre as principais propostas defendidas por esse médico, está a higiene escolar, sendo que a mesma não competia apenas ao poder público, mas também aos professores, aos alunos e à família. Para ele, a educação deveria ser organizada tendo como base teórica o pensamento científico.

Os trabalhos de Lira Castro, dirigidos à revista **A Escola** nos anos iniciais da República no Pará, reforçavam a forma como a educação republicana era pensada no Estado, aliada aos preceitos dos discursos médicos e científicos, muito enfatizados nos países mais desenvolvidos.

Lira Castro (1900), ao tratar sobre a falta de padrões higiênicos na escola, destacava que os espaços escolares eram insalubres, com pouca iluminação e ventilação, acarretando “sérios inconvenientes para a saúde dos pequenos seres” (LIRA CASTRO, 1900, p. 23). Assim, tal situação decorria das más construções desses espaços que no mais, colocavam a vida das crianças que ali estudavam sob o risco de “anemias, miopias, enxaquecas, e etc...” (LIRA CASTRO, 1900, p. 24).

Para esse médico, a importância de uma sociedade higienizada para o alcance de padrões civilizados, como condição de elevação da nação. Esse médico apontava que o definhamento da sociedade escolar estava atrelado à ausência da educação física nas práticas escolares. Tal situação contribuía para enfraquecer não somente o corpo das crianças, mas o espírito pátrio, o que comprometia o

de saúde pública, contribui com a educação do Estado, orientando as práticas de higiene escolar por meio do impresso A Escola. MEIRA, Clóvis Olinto de Bastos. Médicos de outrora no Pará: Grafisa. Belém, 1986, p. 45-46.

cumprimento dos deveres cívicos. Sobre isso, aponta que “A educação física tão descurada entre nós é principal causa do enfraquecimento de nosso corpo e do abatimento do nosso espírito” (LIRA CASTRO, 1900, p. 23).

Os debates de Lira Castro sobre a higiene escolar traduziam sua preocupação com o cuidado e o zelo com o corpo das crianças, as quais um dia se tornariam os novos cidadãos da República. Esse zelo alcançava ainda o ambiente escolar, local onde a nova estrutura de escola, defendida por ele, funcionária. A tese defendida era que o ensino público no Pará precisava avançar sim, mas de forma organizada, respeitando os novos padrões preconizados pela ciência médica, sempre prezando pelo cuidado com o corpo, espírito e espaço físico.

Na revista **A Escola**, de nº 1, do ano de 1900, Lira Castro chamava a atenção para a formação da criança na República, no artigo “Da Higiene Escolar”. Para esse médico, o desenvolvimento das funções intelectuais não era suficiente para o desenvolvimento daquele que seria o futuro cidadão de nação que se consolidava. Nesse sentido, defendia uma formação baseada no desenvolvimento das faculdades mentais e do conhecimento higiênico, isto é, a criança deveria ser formada intelectualmente sem perder de vistas os cuidados com o corpo para o desenvolvimento da saúde física. Essa formação definiria não apenas um perfil intelectual e moral, mas um perfil social de um homem de corpo e mente desenvolvidos, o que garantiria o prestígio social. Como bem aponta em sua fala:

O menino que haja recebido a formação pedagógica e higiênica convenientes será um indivíduo são e robusto, capaz de abraçar qualquer carreira, e será mais tarde m médico, um advogado, um engenheiro, um militar, etc., sem dúvida melhor que aquele em cuja infância tenha recebido apenas a cultura das faculdades intelectuais e morais (LIRA CASTRO, 1900, p. 34)

Com relação ao cuidado e atenção em relação a escolha das casas, que se destinariam o funcionamento de escolas, Lira Castro (1900) assim definia:

A escola é o centro de reunião de centenas de crianças que aqui vão em busca de instrução e onde passam maior parte dos dias. E, por conseguinte, de fácil intuição, que o primeiro cuidado do higienista deve versar sobre a construção do prédio destinado à escola (LIRA CASTRO, 1900, p. 23).

Para esse médico, a escolha do espaço escolar não poderia ser organizada de qualquer forma, os preceitos higienistas deveriam orientar tanto a construção, como manutenção dos mesmos. Para Viana (2011), a escola seria um lugar

apropriado ao desenvolvimento da alma, do corpo e do coração da criança, que precisava ter todo aparato moderno da civilidade, gerando nos pequenos corações o comprometimento cívico pátrio.

Lira Castro (1900) chamava atenção para a situação das escolas da capital e do interior do Estado. Para ele, as escolas do interior do Estado e da capital, funcionavam sem as mínimas condições para o ensino. As salas de aulas das escolas não possuíam luz apropriada e ventilação. Eram espaços tomados pela umidade, entre outras carências, que de algum modo, não demonstravam o progresso proclamado pela República. Sobre isso, descreve a seguinte situação:

O que são nossas escolas, no interior como na capital não há quem ignore. O mais rudimentar preceito higiênico não preside à escolha das casas onde elas devem ser instaladas. Quando não lhes falta a luz conveniente, são húmidas, e mal arejadas e em geral dispõem de espaço demasiado deficiente para as classes (LIRA CASTRO, 1900, p. 23).

Nesse sentido, torna-se pertinente as observações de Gondra, ao abordar que a preocupação do pensamento médico-higienista com o cuidar “dos frutos e do futuro da nação” (GONDRA, 2004, p. 166), foi algo para além de orientações que viessem a definir a estrutura externa e interna dos espaços escolares. Para esse autor, essa “dupla combinação” do pensamento higiênico deu-se para que fosse possível a edificação de prédios escolares capazes de “abrigar uma grande população de estudantes, impondo-lhes um modelo de “bom ambiente”, considerado então como ambiente civilizado, porque higienizado” (GONDRA, 2004, p.180). Assim, o discurso em defesa de construções de prédios escolares, em locais afastados, arejados e de boa iluminação, se constituíam para que de fato se organizasse a expansão urbana das cidades e consequência disso, a expansão ordenada da escolarização.

No Pará, o processo de expansão da escolarização preocupava Lira Castro, o mesmo chega a afirmar que “o desenvolvimento material e intelectual a que chegamos, não justifica a permanência deste estado de coisas” (LIRA CASTRO, 1900, p. 24). Para ele, o “estado de coisas” era a falta de estruturas físicas adequadas para o ensino no Estado, alertava ainda que o alto preço pago pelo avanço educacional ocorreu de forma desmedida e sobre estruturas comprometedoras.

Portanto, a valorização da ciência feita nos estudos desse médico, colocava a educação em posição estratégica para consolidação da política vivenciada pelo país na primeira década do século XX.

Sobre essa questão, Chartier (2002) aponta que, em qualquer período histórico, sempre existirão discursos a serem impostos por práticas e representações, seja por grupos em ascensão ou por poderes dominantes, com o intuito de um ordenamento social para modelar condutas e pensamentos. Assim, os significados produzidos nessas relações é que conduzirão cada discurso pelos que se apropriarão dele. Como afirma:

[...]. Tal perspectiva leva a fornecer um contrapeso à que põe em relevo os dispositivos, discursivos ou institucionais, que numa sociedade têm por finalidade esquadrihar o tempo e os lugares, disciplinar os corpos e as práticas, modelar, pelo ordenamento regulado dos espaços, as condutas e os pensamentos [...] (CHARTIER, 2002, p. 60).

É certo pontuar que, a própria vinculação política dos intelectuais que faziam das revistas **A Escola** e **Revista do Ensino**, dispositivos institucionais de seus discursos, os colocavam como propagadores dos saberes científicos modernos e cabia a eles a responsabilidade pelos textos publicados. Com relação a isso, Augusto Olympio, diretor da Instrução Pública do Estado destaca na **Revista do Ensino**, de nº 5, de 1912, afirma:

Acresce que o nosso mesário deixa aos seus cooperadores intelectuais campo aberto às mais francas manifestações do pensamento, dentro dos limites que o seu caráter de publicação lhe dá naturalmente traçado. Assim, cada qual assume a responsabilidade das ideias que entendem, esgrimindo por elas, se assim o julgar conveniente, nos recontros provocados pelas controvérsias (OLYMPIO, 1912, p. 350)

Sobre essa ótica, os ideais médico-científicos ditavam as formas de reordenamento e expansão dos espaços escolares. Esses ideais delimitavam que as escolas deveriam ser construídas sempre distantes de fábricas ou qualquer outro espaço que lhe trouxesse o desconforto sonoro.

Lira Castro defendia que o próprio entorno das escolas paraenses deveria ser calmo sem muitas perturbações que viessem comprometer o ensino das crianças.

O ensino, para ele, se constituía um ritual, no qual a civilidade e os saberes científicos se constituíam fatores determinantes para a formação do perfil pátrio. Assim, enquanto ritual, sua ordem não poderia ser comprometida, pois o seguimento da marcha do ensino era o que se tinha de mais importante para o desenvolvimento do espírito patriótico. Sobre essas orientações, Lira Castro, assim destaca que “O período escolar é justamente aquele a que corresponde maior desenvolvimento físico

e intelectual, por isso mesmo exige maior soma de cuidados, de modo a não serem eles perturbados ou enfraquecidos em sua marcha” (LIRA CASTRO, 1900, p. 25).

Sobre esse ponto, Lira Castro chegou a parabenizar a gestão do governador do Estado do Pará, o Sr. Paes de Carvalho, por ter se lançado na missão de reformar, construir e inaugurar escolas com bases nos preceitos da ciência higiênica. Os elogios do médico dirigidos ao governador, o colocaram no patamar de administrador público de espírito patriótico, ousado por direcionar as ações voltadas para a educação no Estado. Destacou ainda, que as reformas governamentais não ficaram apenas restritas na estrutura das escolas, as ações desse governador buscaram ainda uniformizar o ensino e alinhá-lo aos padrões cívicos e pátrios.

Para Lira Castro, os avanços alcançados na educação do Estado só foram possíveis pela visão administrativa do governador Paes de Carvalho, pelo seu comprometimento cívico com o Estado. Todavia, para esse médico, o espírito patriótico não seria alcançado apenas com os esforços da administração pública do Estado, mas pela missão de toda a escola e colégio, fossem eles públicos ou privados. Para ele, toda a sociedade era responsável pela formação desse espírito cívico e pátrio no Pará.

Frago (2001), ao discutir o espaço escolar e a escola como lugar, adverte que todo espaço escolar procura comunicar o uso e o emprego dos sujeitos a quem ele se destina, além de se constituir um espaço socialmente construído, sendo então um produto cultural da realidade onde se insere, logo, não é neutro, educa por possuir uma dimensão educativa, desde a sua dimensão espacial à sua organização pedagógica.

A realidade republicana paraense no novo regime político engrandecia os sentimentos cívicos e patrióticos, isso se fazia presente naqueles que viam nas boas edificações de escolas, formas de ordenamento moral e higiênico, o que se refletia na preocupação com a segurança das crianças. É digno de nota, que a própria administração pública do Estado do Pará tinha o entendimento que a escola tanto era um espaço de formação intelectual, como um espaço útil para a propagação da liturgia e ritos pátrios. Os esforços para o avanço educacional no Estado eram resultantes de intencionalidades com fins ideológicos e políticos.

Foi nesse contexto de reformas de construções de novos espaços para o ensino, que surgem os grupos escolares em 1899, como medida pública de agregar escolas em um único espaço, com a proposta de fazer divulgar o progresso e a

modernidade no ensino paraense. Nesse sentido, escolas reformadas e construídas promoveriam a saúde das crianças. Elas eram vistas como o futuro da nação, logo deveriam gozar de boa saúde. Os grupos escolares deveriam agregar as manifestações cívicas de elevação patriótica. Essas manifestações, carregadas de simbologias, seriam o que Frago (2001) chama de “dimensão simbólica” sobre os espaços, neste caso, os grupos escolares, eram espaços marcados de significados e representações.

Essa preocupação com a estrutura física dos espaços escolares foi ponto de debates no Relatório da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública referente aos anos de 1910 e 1911. Este relatório traz o decreto nº 1669, de 28 de abril de 1910, que deu nova organização ao ensino primário no Pará, na Seção IV desse decreto, o Capítulo II, que trata das funções dos inspetores escolares, mostra no Art. 53 e inciso 1º, artigo que aborda a questão da higiene dos espaços escolares. Esse decreto busca apontar a função dos inspetores escolares, como peças chave na fiscalização desses espaços, principalmente com relação as escolas do interior, onde o Secretário de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, Augusto Olympio, destaca a função desses inspetores, que era a de “Examinar o prédio escolhido para o funcionamento do grupo, indicando as modificações de que por ventura careça, quer sob o ponto de vista pedagógico quer da higiene escolar” (PARÁ, Relatório da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1911, p. 90).

Debate interessante sobre a higiene escolar no ensino paraense se revelava na **Revista do Ensino**, no artigo “Higiene Escolar”, publicado em 1912, na edição de nº 8, por Acylino de Leão. Nesse artigo, esse médico buscou evidenciar a cultura intelectual e o exercício físico como condições do êxito na vida moderna por meio da instrução científica e literária, para tanto, defendia o equilíbrio entre a cultura física e a cultura literária, logo afirma que “o caráter e o corpo se formam ao mesmo tempo, harmonicamente” (LEÃO, 1912, p. 68).

Esse médico defendia que a escola deveria ser um espaço de recreação e brincadeiras, onde as crianças pudessem descansar as mentes. Para ele, a higiene não se atrelava apenas aos cuidados com o corpo, mas aos cuidados com a mente, o cérebro, pontos vitais para o desenvolvimento do aprendizado infantil.

Em defesa pela saúde da criança, Acylino de Leão buscava não apenas defender o progresso da nação, mas a difusão de uma raça culta e de modos higiênicos. Para ele, a criança deveria ser sadia e gozar de vida regenerada em termos

físicos e literários, essas eram questões constantemente difundidas entre os intelectuais da cultura higiênica no Pará. Sobre isso, Leão expõe que “Seria para desejar se não tolhessem, antes se ampliassem as incursões nesse sentido da higiene escolar, pois a saúde das crianças é o promissor futuro da nação e da raça” (LEÃO, 1912, p. 66).

Não obstante, esse médico depositava a responsabilidade pelo ensino da mente e do corpo, sobre a administração pública, que deveria, por sua vez, garantir esses preceitos na legislação do ensino, pois no seu entender, a família e os professores pouco valorizavam a educação da mente e do corpo, assim, chega a afirmar que “os pais, por ignorância ou indiferença, não se importam dessa educação, do mesmo modo e feitio agem os mestres, pessoalmente entregues, de u modo as vezes exclusivo, a cultura literária ou científica” (LEÃO, 1912, p. 68).

Chartier (2002) diz que os interesses dos grupos que forjam os discursos sociais possuem certa validade e intencionalidades, ao se posicionarem como o saber universal e válido, sendo válido, torna-se legítimo, sendo legítimo, justifica práticas de determinados grupos, logo, cabe então saber relacionar o discurso proferido por quem os utiliza. Para o autor:

As percepções do mundo social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...]. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17).

3.3 DA CONFERÊNCIA CÍVICA À FORMAÇÃO DO CIDADÃO REPUBLICANO

*“Quem em criança sabe respeitar sua
bandeira, homem saberá defendê-la”*

Stelina Valmont, 2ª Conferência Cívica, 1900.

Os novecentos inicia como um período de considerável efervescência na propagação da universalização do ensino. A República trazia para o cotidiano social novas valores e perfis sociais, essenciais para a composição estética de um regime que buscava a sua consolidação. Em meio a esse cenário, o nacionalismo passou a

orientar as práticas sociais, com a intenção de fazer fluir no Brasil o sentimento republicano, e a formação da identidade nacional.

A identidade nacional, nutrida pelo nacionalismo republicano, buscou moldar a educação no Estado, por meio de uma educação cívica, norteadada pelo civismo e moralismo patriótico que orientaria as práticas dos professores.

É diante desse aflorar de sentimentos, entre discursos e práticas, que a educação primária paraense tomou forma, como mecanismo formador, orientador e modelador de perfis infantis. O desejo em fazer circular o caráter cívico na educação fez com que o diretor da instrução pública do Pará, Virgílio Cardoso de Oliveira, promovesse, no ano de 1900, a 2ª Conferência Cívica, delegando ao professor Elyseu Elias Cezar, por meio do ofício 264, de 20 de agosto de 1900¹⁴, a incumbência da organização desse evento.

Sobre a função dessas conferências, o diretor da Instrução Pública do Estado, destaca na Revista **A Escola**, nº 5, de 30 de agosto de 1900:

Parece-me de grande vantagem para o desenvolvimento do ensino cívico da mocidade a instituição de conferências públicas adaptadas ao alcance da inteligência infantil, destinadas a gravar em seus espíritos as grandes datas, os acontecimentos notáveis, os grandes vultos da nossa história, de modo a interessa-la pelas coisas pátrias e incitá-la a setos patriotismo, ao amor à liberdade, à veneração dos nossos homens, preparando-a, enfim, para a vida social, a bem da dignidade da pátria e da elevação do nome brasileiro [...]
(VIRGÍLIO CARDOSO, 1900, p. 595).

As conferências cívicas se constituíam como momentos públicos de longo alcance. Eram eventos que buscavam despertar o sentimento patriótico no Estado, além de se colocarem como um momento oportuno para orientar professores, pais e alunos para as novas práticas educacionais, além disso, toda a sociedade era convidada a participar para testemunhar os feitos da educação promovida pelo Estado.

Nesse sentido, se faz necessário destacar as orientações de Virgílio Cardoso para a realização dessas conferências. Segundo ele, deveriam iniciar no dia 7 de setembro, com a participação dos alunos do ensino primário do Pará, quer fossem de

¹⁴ O ofício 264 de 20 de agosto de 1900, em que o Diretor da Instrução Pública do Pará, o professor Virgílio Cardoso comunica o professor Elyseu Elias Cezar, não foi localizado nesta pesquisa. Utilizou-se apenas da referência que o próprio Elyseu Cezar fez nesse documento, ao aceitar o cargo que lhe era confiado. **A Escola**, nº 05, de 30 de agosto de 1900. p. 594-595.

escolar públicas ou particulares. Durante a investigação, não foi possível localizar a documentação sobre a 1ª Conferência Cívica, realizada no Teatro da Paz, no dia 7 de setembro, logo as análises aqui apresentadas têm como referência a 2ª Conferência Cívica, realizada no respectivo teatro, no dia 28 de setembro de 1900.

Participavam das Conferências Cívicas a diretoria da Instrução Pública do Pará, diretores de grupos escolares, escolas isoladas e escolas particulares de ensino primário, diretores da Segurança Pública, Intendente Municipal, Secretário de Justiça, professores, pais e alunos. Elas eram presididas pelo diretor geral da Instrução Pública e tinham como oradores os professores e professoras convidados pelo diretor da Instrução Pública do Estado.

Os pontos a serem discutidos nesses eventos, compreendiam os programas de ensino, métodos de ensino, exames escolares, livros aprovados pelo Conselho da Instrução Pública, datas comemorativas e alusivas aos símbolos nacionais e estaduais, enfim, todo assunto julgado necessário para o desenvolvimento da educação primária paraense, bem como para o desenvolvimento cívico patriótico e melhor aceitação do republicanismo no Estado.

A 2ª Conferência Cívica, realizada no Teatro da Paz, na manhã de 28 de setembro de 1900, foi um evento muito noticiado pelos diversos jornais da capital paraense. Ela foi marcada por muitas expectativas para os presentes, buscando despertar em seus corações, o vislumbre pelo moderno, belo e civilizado. A conferência foi cenário de ritual cívico. Como pode-se ver na descrição detalhada da professora oradora do evento Stellina Valmont:

O grande teatro transbordava: plateia, galerias, camarotes, palco, tudo! Crianças, senhoras, mestres, autoridades; um agitar de cabeças e de mãos, um tremular de fitas de plumas, de cabelos; um murmúrio longo e festivo que causava alegria.

[...]. Exatamente este quadro belíssimo que me fere a retina, exatamente o que vejo neste recinto, onde me apresento cheia de temores, de sensações novas, maravilha-me, encantada com a magnitude desta cena (STELLINA VALMONT, 1900, p. 3):

O entrelaçar de olhares atentos para a conferência no teatro, as luzes, o cenário ali constituído e detalhado pela oradora principal do dia, a professora Maria Stellina Valmont¹⁵, docente da Escola Modelo anexa à Escola Normal do Pará,

¹⁵ Durante a realização dessa pesquisa, não foi encontrado fontes que viessem revelar de forma mais detalhada a vida e obra dessa professora.

demonstrava como as conferências cívicas do Pará, se colocavam como momentos festivos de ritualização de símbolos e significados.

Esse momento cívico buscou inculcar no ensino primário o caráter cívico-patriótico, além de incentivar o olhar sobre o belo, o limpo, culto e organizado, esse era o lugar assumido pelo Teatro da Paz, local de encontro, de modernidade, hábitos civilizados e cultos de manifestações do orgulho pátrio.

O governador do Estado, o Sr. Augusto Montenegro, o Intendente Municipal, Antônio Lemos, o Chefe de Segurança Pública, Cunha Barreto, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Napoleão de Oliveira, além do Secretário de Governo, Augusto Olímpio, entre outras autoridades da capital, estiveram presentes nessa cerimônia.

Com relação a liturgia, a 2ª conferência cívica seguia o molde de organização das cerimônias cívicas, iniciando com a execução do hino nacional, tocado no saguão de entrada do teatro pela banda de música do corpo de bombeiros. O hino brasileiro era acompanhado por todos lá presentes, e em seguida todos se dirigiam para a parte interna do teatro e ocupavam galerias, camarotes e auditório para ouvir a conferencista Maria Esterlina.

A conferência iniciou às 09h00m da manhã, do dia 28 de setembro de 1900, ocasião em que foi anunciada na plenária do auditório pelo presidente da seção, o diretor da Instrução no Estado, Virgílio Cardoso, a professora, Stellina Vamont, que discursou cerca de 50 minutos.

A professora Sterllina Valmont buscou nessa conferência trazer ao conhecimento das crianças lá presentes “A escravidão no Brasil”, destacando a forma de como o homem pode chegar ao estado de civilizado. Para tanto, fez uma descrição histórica da escravidão dos negros, destacando pontos, como a sua captura, venda, transporte, maus tratos da mão de obra escrava, além da vida em outros continentes, enfim, a fala dessa professora aborda de maneira geral a sanção da Lei do Ventre Livre e a abolição da escravatura no Brasil.

Sobre essa questão, Vicente Sales (1971), ao discutir o negro no Pará, sobretudo na cidade, aponta que a vida social nos anos iniciais do século XIX, gerava de certa forma o enfraquecimento do poderio do senhor absoluto na cidade, bem como a manutenção da casa grande rural. Essa situação fez com que o negro assumisse papéis em meio a uma população que se constituía no Estado “Aí os escravos

gozavam de maior liberdade. Extrapolavam a vida doméstica. Às vezes, tinham que trabalhar para a própria subsistência” (SALES, 1971, p.114).

Sales (1971), destaca ainda que, por um lado, a escravidão do negro no estado não foi numerosa, como em outros estados, a exemplo, cita o caso do Maranhão, contudo, deu-se de forma a mostrar que, igualmente às demais realidades, esteve atrelada aos desejos dos senhores rurais. Por outro lado, esse autor assinala que os negros, juntamente com índios e hereges, formavam o grande contingente do que na época se denominava “classe inferior”, considerada a maior parte da população no estado, haja vista que a população branca ainda era reduzida.

Murilo de Carvalho (1990) destaca que o problema social, causado pela abolição da escravidão em 1888, trouxe entraves para a construção da identidade nacional republicana, uma vez que a inclusão dos ex-escravos à sociedade, pela reforma agrária e a educação dos libertos, não ocorreu de forma organizada. Para esse autor, o intervalo de tempo entre a abolição da escravidão, ocorrida em 1888, e a proclamação da República, em 1899, não foi suficiente para que essas questões fossem amenizadas.

Portanto, a data escolhida para a realização da 2ª Conferência Cívica não ocorreu de forma aleatória, o sentimento cívico permeava as relações, os pensamentos, e nesse caso, delineou ações que serviram de base para a sustentação republicana. O dia 28 de setembro, na realidade, se destacava por ser uma data comemorativa da Lei do Ventre Livre, promulgada no Brasil em 1871, a qual declarava livre todos os filhos de mães escravas, nascidos a partir da data de promulgação da lei. É certo que essa lei serviu de apoio para o movimento abolicionista no Pará, contudo, por não ser o foco dessa pesquisa, este estudo não aprofunda essa discussão.

Nesse sentido, a abolição da escravidão, em 1888, representava no discurso a entrada do Brasil no rol dos países ditos civilizados e avançados, uma vez que a manutenção da escravidão e suas práticas era sinal de atraso, político, econômico e social. Conforme destacou a professora Stellina Valmont, na 2ª conferência de 1900:

[...] a abolição impõe-se visivelmente aos espíritos, fazendo prosélitos em todas as classes sociais. Compreendeu-se mais do que nunca que a escravidão era um traço de barbaria que nos fazia descer à orla dos povos incultos e que era uma verdadeira peste social (VALMONT, 1900, p. 11).

Essa professora mostra em seu discurso que mesmo diante de todos os danos sofridos pelos negros durante a escravidão, quer fossem maus tratos e privações, se constituiu como um mecanismo necessário para a sua civilização. Para tanto, destaca ainda que, “foi um benefício para o africano; foi sua reabilitação, portanto por intermédio dela adquiriu ele direitos, ideais que na África jamais conseguiria” (VALMONT, 1900, p. 8).

Nessa conjuntura, a professora chegou a afirmar que o processo de escravização dos africanos se constituiu como um feito necessário para colocar o negro nos padrões de civilização das sociedades modernas, e que apesar da forma como esse processo se deu, o maior ganho foi o alcance de sua liberdade, algo jamais imaginável em seu continente, na medida em que lhe deu a chance de humanizar-se. Stellina Valmont foi enfática em concordar que de certa forma a escravidão contribuiu para a formação social e moral do negro, como bem exprime suas palavras:

É ideia muito seguida que a escravidão foi um benefício para o africano; foi a sua reabilitação, porquanto por intermédio dela adquiriu ele direitos, ideias que na África jamais conseguiria [...]. Tudo é rudimentar para eles, quer na vida moral quer na vida física. (VALMONT, 1900, p. 8).

As palavras da professora Stellina Valmont (1900) mostram que o estado civilizado das sociedades modernas foi capaz de transformar povos primitivos em povos aptos para viverem em sociedade. No caso brasileiro, ela destaca que escravidão ocorreu de forma menos acentuada e branda, tendo o negro a possibilidade de agrupar-se, realizar celebrações e constituir família, o que, ao seu ver, “melhorava o africano: tornava-se mais diligente, mais disciplinado” (VALMONT, 1900, p. 7).

O discurso da professora Maria Stellina Valmont na 2ª conferência cívica foi, na realidade, a base para a discussão sobre a “liberdade”. Ao discursar sobre a escravidão no Brasil e no mundo, sua preocupação era de fato trazer à tona a ideia de que a sociedade que busca o seu progresso não poderia de forma alguma conviver com a escravidão, na medida em que ela representava a barbárie, o inculto, o que significava a negação de direitos. Para ela, o tema liberdade, discutido no país pela intelectualidade, trazia o sentimento de libertação dos escravos, logo, não era apenas a liberdade de homens e mulheres o que estava em voga, era a ideia de justiça, direitos e até mesmo a condição estética social. Sobre esse sentimento, a professora assim pontuou:

A infiltração radiosa da liberdade tinha-se feito no solo brasileiro, produzida pelas irreprimíveis afinidades sociais e morais. A palavra formidanda e vitoriosa do propagandista continua a reboar pelo país de quebrada em quebrada, veemente, tenaz, irreprimível, atacando destemida e ousadamente o adversário, numa peleja sem trégua em prol da justiça. (VALMONT, 1900, p. 12).

Sobre esse sentimento de liberdade, a professora Stellina Vamont exaltou personalidades republicanas como: Ruy Barbosa, José Patrocínio e Silva Jardim, que movidos pelo ímpeto patriota, faziam circular pelo país a ideia de República, regime onde todos deveriam estar embriagados pelo seu grande ideal: a liberdade. Honrar o 28 de setembro significava entendê-lo como uma data nacional a ser comemorada, venerada, como proclamadora de amor pela pátria brasileira.

Esse borbulhar de emoções entre os brasileiros, colocaria a nação na condição de sociedade apta a romper com o pensamento de trevas trazido pela escravidão, para a luz da compreensão, revelada pelo altruísmo cívico.

Esse altruísmo, destacado na fala da professora Stellina Vamont, só poderia ser alcançado pela sociedade que se encontra preparada para recebê-lo. Na sua visão, o sentimento cívico “não evolui, não se forma, não brota” (VALMONT, 1900, p. 14), é necessário preparar corações e almas para recebê-lo.

A professora Stellina Valmont, ao discursar sobre um tema tão amplo, se colocou como alguém de limitadas aptidões teóricas e intelectuais, mas, procurou frisar que sua maior missão naquele momento foi honrar sua nação, como destaca em suas palavras, “sem alteza de mentalidade, sem preparo científico, sem pompas de estilo literário, não tenho a veleidade de aparecer nesse cenário” (VALMONT, 1900, p. 3). Considerava-se alguém de honrado dever com o ensino cívico paraense ao enfatizar em seu discurso o entusiasmo patriótico.

Nesse sentido, as conferências cívicas eram espaços de proclamação de altruísmo, ambientes de afloramento de sentimentos cívicos e pátrios. Os professores que ali discursavam, eram os propagadores desse entusiasmo. Como aponta a professora, ao se dirigir as crianças:

Vós que sois crianças hoje, preocupadas tão somente com brinquedos e travessuras, sereis amanhã cidadãos, mães de família. E, ou defendendo direitos, fazendo leis, doutrinando multidões, dirigindo governos, ou educando filhos, deveis possuir bem clara, bem intensa, bem alta a intuição dos vossos deveres com a Pátria (VALMONT, 1900, p. 14)

Para tanto, cabia à criança paraense entender e assumir seu papel de futuro cidadão da República, cabendo-lhe contribuir com o crescimento e progresso do país.

Esse era de fato o dever de todo e qualquer cidadão brasileiro. Assim, para essa professora, palavras e emoções não são suficientes, se não houver o cultivo pelo sentimento de orgulho pela nação, como afirma a professora:

Destas belas festas feitas especialmente para vós deveis levar profundamente arraigadas nos corações a ideia de que os povos sem sentimento cívico nunca estarão preparados para a liberdade; deveis levar a profunda crença de que o amor da Pátria é o mais sagrado de todos cultos (VALMONT, 1900, p. 15).

Algo interessante que não passa despercebido, tanto no discurso da professora Stellina Valmont, quanto nas razões que levaram o diretor da instrução pública do Estado do Pará, Virgílio Cardoso, a escolher uma mulher para proferir a 2ª Conferência Cívica, diz respeito a forma como esse diretor se expressa ao agradecer pela participação e empenho dessa professora. Virgílio Cardoso levantou elogios pelas palavras de alto teor cívico, e, sobretudo, pelo papel feminino da brasileira na República.

Essa visão sobre a mulher, capaz de romper com os desafios, expondo suas ideias publicamente, a colocava em posição de destaque social na República. Como se observa nas palavras do diretor, em 29 de setembro, um dia após a conferência:

[...] sinto-me feliz por ter conseguido, por intermédio, colocar, de público, em presença da mocidade entusiasta, a preceptora paraense face a face com a Pátria estremecida, iniciando neste Estado a atestação soleníssima de que a mulher pode e quer ser o anjo tutelar da República (VIRGÍLIO CARDOSO, 1900, 17).

Nessa perspectiva, entende-se que os esforços para a legitimação da educação republicana não pairavam somente sobre a figura do homem, como único cidadão, mas, buscava agregar homens, mulheres e crianças, sobre essas últimas, é oportuno destacar que os esforços republicanos se davam de forma mais intensa. As mulheres eram postas na condição de anjos da educação, capazes de levar, de forma carinhosa e serena, a boa mensagem do ensino aos corações sedentos pelo sentimento patriótico, já as crianças, eram tidas como aquelas desprovidas de consciência e sem rumo a seguir, necessitadas de um guia, um norte, uma luz, essa luz era o ensino, a boa instrução.

José Murilo de Carvalho (1999), ao discorrer sobre a república-mulher, ressalta que a alegoria feminina, como forma representativa da República no Brasil, teve como influência o imaginário do republicanismo francês criado em torno da figura

da mulher. Com o final da monarquia, a extinção da figura do rei, possibilitou novas ideias e ideais para o regime que se seguia, a república precisava preencher o espaço deixado pelo monarca, nesse caso, a figura feminina passa então a representar a liberdade, a revolução, a própria pátria. Entre as novas ideias da República, o positivismo de Comte, trouxe à tona a mulher como símbolo da humanidade. Como frisa (Carvalho, 1999, p. 81), “na escola dos valores positivistas, em primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A República era a forma ideal de organização da pátria”.

Essas considerações, sobre a mulher como figura aliada à República, demonstram que não foi por acaso que o diretor da Instrução Pública do Pará, o professor Virgílio Cardoso, nomeou a normalista Stellina Vamont, como oradora da 2ª Conferência Cívica, assim como também não foi por acaso que essa conferência ocorreu na data de comemoração da Lei do Ventre Livre. O 28 de Setembro de 1900 significava bem mais do que uma mera data. No primeiro ano da República no Estado, Virgílio Cardoso procurou associar a mulher ao imaginário da liberdade, “os doces e melodiosos acordes da liberdade no seio terno e carinhoso da mulher esposa e da mulher mãe” (VIRGÍLIO CARDOSO, 1900, p. 17).

Outro ponto de destaque sobre a 2ª Conferência Cívica, diz respeito a forma como este encontro solene se encerra. De acordo com o Diário Oficial do Estado, de 29 de setembro de 1900, essa conferência encerrava-se ao som dos aplausos vibrantes dos presentes, que lançavam pelo teatro pequenas tiras de papel de acordo com as cores da bandeira. Essas tiras expressavam as seguintes frases republicanas, “Pela pátria, tudo! - Habituai-vos, desde criança, a amar a liberdade – Estudar sempre, se quiserdes ser bom republicano – A mocidade é o futuro da pátria - Tende sempre em vista a felicidade da República” (p. 19).

Assim, as discussões estabelecidas nesta seção foram essenciais para compreender como os periódicos pedagógicos atuaram no processo de construção do ideário cívico e patriótico na educação paraense.

Munidas de uma proposta educacional para a elevação da civilidade e do progresso do ensino, como condicionamento para a expansão da sociedade visada para a nova nação, as revistas **A Escola** e **Revista do Ensino** se colocaram como canais orientadores das práticas docentes para a formação do perfil patriótico primado pela educação republicana no Estado.

Nessa seção, discutiu-se que o projeto de educação republicana para o ensino primário paraense, formulado sob bases científicas, racionalistas e médico-higiênicas, se apropriou de uma variedade de mecanismos modeladores, disciplinadores e de ordenamento social, mecanismos pensados para a expansão da escolarização no Estado.

Esses mecanismos traduziam-se em discursos de literatos, médicos e personalidades da administração pública do Estado, que por meio de seus discursos se colocavam como uma “escrita autorizada do Estado”, na concepção de Chartier (2002), determinavam o que deveria ser seguido pelo ensino, logo, a ordem do discurso desses homens, arautos do republicanismo paraense era o estabelecimento de um “prontuário”, termo utilizado por Gondra (2004), para a educação do Estado.

O ideário cívico-patriótico para o ensino primário no Pará foi incorporado a um jogo em defesa pelos interesses de um grupo dominante, que via na educação o caminho para o progresso. O modelo educacional em meio a esse ideário era uma educação multifacetada, permeada de várias práticas representativas que iam desde às orientações para o estabelecimento do espaço a ser ocupado pelas crianças, às formas de condutas e práticas que esse futuro cidadão deveria ter para uma vida em sociedade. As Conferências Cívicas, nada mais eram do que eventos de aclamação do projeto civilizatório, a ordem era moldar, disciplinar e civilizar.

4 A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO PARÁ EM DIAS DE FESTA

*Vamos todos criancinhas,
do estudo para os labores;
alegres quais andorinhas,
joviais quais beija-flores.*

Sylvio Nascimento, Hino Infantil, 1904

Esta seção segue o percurso delineado nas seções anteriores, indispensável à compreensão do que foi a educação cívico-patriótica no ensino primário paraense nos impressos pedagógicos que circularam no Estado do Pará, no período de 1900 a 1912.

As discussões sobre as festas cívicas escolares ou cerimônias cívicas escolares e festas escolares, se apresentam como o ponto de partida das análises dessa seção. Destaco como esses momentos de celebrações festivas figuraram no contexto da pedagogia cívica e patriótica no ensino primário, focalizando os sentidos culturais de remodelamento das mentes e corações das crianças na construção da identidade da escola primária.

As “festas cívicas escolares” são “festas comemoradas na sociedade republicana, mas organizadas de acordo com todo o ritual escolar”, já as “festas escolares” (CÂNDIDO, 2007, p. 23), para essa autora, são as que “comemoravam as instituições escolares e buscavam dar visibilidade as mesmas”. Convém salientar que as festas escolares tinham discursos diferenciados das festas cívicas escolares.

As teias estabelecidas nas análises, foram sendo tecidas na medida em que as fontes utilizadas nesta pesquisa foram sendo desbravadas. O contato com as fontes utilizadas nessa seção foi, de certa forma, contornando o *corpus* do estudo sobre o caráter cívico e patriótico nas festas do ensino primário, despertando-me para certas questões. As festas cívicas escolares realizadas no ensino paraense nas primeiras décadas da República, buscavam representar a propaganda republicana no ensino no Estado, além de elucidarem sua função política e pedagógica no ensino. Sua liturgia, de alguma forma, se constituía como um momento determinante na vida das crianças que seriam os futuros cidadãos da República.

Assim, diante das diversas formas de elaboração discursiva sobre as festas existentes na República, nesta seção, apresento como fontes algumas das edições

da Revista **A Escola**, de 1901 a 1903, que tratam sobre as festas escolares do Pará, discutindo festas e desfiles escolares realizados na capital, sobretudo com a participação dos grupos escolares e, por fim, desfecha sua teia de discussões com os hinos e poesias, cantados e declamados em alguns desses eventos.

Entre as fontes selecionadas para este estudo, alguns artigos evidenciados na revista **A Escola** ganham destaque nesta seção, por apresentarem representações discursivas quanto a função educativa que as festas cívicas escolares e as festas escolares possuíam.

Sendo assim, este estudo se utiliza do artigo “Festas Escolares” de Olavo Bilac, publicado na revista **A Escola**, nº 21, de 1901, no qual o autor traz as orientações para a realização de festas escolares. Outro artigo que também traz as orientações para esses eventos é o artigo “Festas Escolares”, redigido pelo próprio editorial do impresso **A Escola**, nº 31, de 1902. Para identificar as Festas Cívicas Escolares, o artigo “Sete de Setembro – Festa Patriótica – Cortejo Cívico”, de Vilhena Alves, publicado na revista **A Escola**, nº 42, de 1903, retrata não somente orientações para esses eventos, mas descreve o desfile escolar realizado pelos grupos escolares da capital. Já com relação as Festas Escolares, analisa-se o discurso da professora Rosa Costa, no aniversário de fundação do 4º Grupo Escolar da capital, fala publicada na revista **A Escola**, nº 54, de 1904. Ainda nessa edição, analisa-se o “Hino Infantil”, de autoria de Jorge Pires de Godoy, bem como a poesia “O credo”, de Olavo Bilac, publicada na edição de nº 47, da revista **A Escola**, de 1904.

Os impressos utilizados nesta seção como fontes, colocaram esta pesquisa na posição de preservar a riqueza reflexiva dos textos e artigos tratados, quer fossem eles discursos de professores primários da administração pública da época, quer fossem de cunho literários, como, por exemplo, as poesias e hinos declamados e cantados nas cerimônias cívicas escolares.

Com efeito, a Revista **A Escola** dedicava parte de suas páginas, com a manutenção da seção “Festas Escolares”, que servia para divulgar e enaltecer essas festividades cívicas que aconteciam na sua grande maioria dentro dos espaços escolares, entendidas por aqueles que as promoviam, como momentos de expressão do civismo e patriotismo nacional.

Neste estudo, destaco algumas das festividades ocorridas nos grupos escolares ligados ao ensino público no Pará, trazendo à baila como essa rede de

símbolos e significados se estabelece para o alcance do perfil cívico da educação do Estado.

4.1 O ENSINO PARAENSE EM FESTA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS

A educação escolar no Pará, após a proclamação da República, em 1899, esteve voltada para o enaltecimento do amor à pátria, à bandeira e ao orgulho de ser um bom cidadão republicano. Esse imaginário criado em torno da República fez-se presente nas festas escolares, desfiles, cortejos, hinos, poesias, concursos, entre outras liturgias, tidas como essenciais para a divulgação, aceitação e manutenção da cultura patriótica no Estado. Segundo Rosa Fátima de Souza, esses eventos podiam “ser vistos como práticas simbólicas que, no universo escolar, tornaram-se uma expressão do imaginário sociopolítico da República” (SOUZA, 1998, p. 241).

No Pará, Justo Chermont, primeiro governador republicano, com inclinações políticas positivistas, adepto da ideologia da Revolução Francesa e defensor da elite culta paraense, lança seus esforços de forma a promover uma campanha republicana para de um imaginário em torno da República. Como destaca Geraldo Coelho:

[...] Justo Chermont fez ver à Intendência Municipal a importância, como pedagogia cívica, de um monumento à República, para levar os cidadãos a simpatizar com as instituições republicanas, e assim criar um imaginário republicano propriamente dito (COELHO, 2002, p. 61)

Segundo Geraldo Coelho (2002), a proposta de Justo Chermont com a criação de uma representação da República na capital, seria para firmar nos corações de crianças, jovens e adultos paraenses, o apreço pelas instituições republicanas. Essa simbologia cívica, de certa forma tinha, entre suas funções, evidenciar o sentimento de aceitação do novo regime. Entretanto, essa aceitação dependeria, segundo esse autor, da forma como os paraenses receberiam esse monumento.

Outro fator importante sobre a rede essas representações e significados em torno da República no Estado, evidenciada no governo de Justo Chermont, para estabelecer uma pedagogia cívica, consistia em trazer para o convívio social o que era a República. A proposta era “[...] ver o corpo da República, “conhecer-lhe a forma, ver-lhe o rosto, sentir-lhe a força [...]” (COELHO, 2002, p. 62). Para tanto, era

necessário legitimar o Culto Patriótico e a Liturgia Cívica, algo que Justo Chermont defendia como necessário para modelar a sociedade. Como evencia esse autor:

[...] o melhor ensinamento, pensou o Governador do Pará, vinha da boa pedagogia republicana da França, do seu regime e dos seus grandes homens: um monumento que sensibilizasse e extasiasse o povo transformando-o, enfim, em sujeito da ordem republicana e objeto por excelência da República (COELHO, 2002, p. 62).

Esse monumento, símbolo da República no Pará, denominado *Mariane*, inaugurado em Belém em 15 de novembro de 1890, assumiu o importante papel de enaltecimento cívico e abriu caminhos para as festas republicanas. No olhar de Coelho (2002), essas festas se desdobraram no Estado por meio de desfiles, marchas, passeios, bem como de “procissões cívicas”, que religiosamente se apresentavam como rituais os quais reafirmavam o sentimento laico e positivista republicano. Com relação a isso o autor esclarece:

[...] o Governo do Estado e a Intendência Municipal comemoravam o primeiro ano da proclamação da República. Ampla e antecipadamente divulgado, o programa das comemorações, reafirmando as virtudes pedagógicas da festa, contemplava a realização dos desfiles, pelas tropas e pelos cidadãos, portanto alegorias consagradas da República, marchas que, não raro eram proclamadas como “procissões cívicas”, na melhor tradição da religiosidade laica positivista. [...] (COELHO, 2002, p. 62).

Esse cenário de procissões cívicas oportunizou às escolas paraenses participar de um processo de ritualização sobre os símbolos pátrios, cultuados das mais diversas formas nos espaços escolares. Para tanto, entender a escola primária e a posição que ela ocupava no cenário festivo da República, significa perceber “que as escolas servem como ricos repositórios de sistemas de rituais; que os rituais representam um papel crucial no conjunto da existência do estudante” (MCLAREN, 1991, p. 29).

Rosa Fátima de Souza (1998) esclarece que a escola primária, ao implantar o cenário de ritos, espetáculos e celebrações cívicas, atraiu olhares para si, nunca antes evidenciados. Para essa autora, esse espaço “passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria” (SOUZA, 1998, p. 241).

No tocante ao entendimento de festas escolares como rituais, este estudo parte da compreensão discutida por McLaren (1991), que ao discutir os rituais na

escola e sua direção a uma economia de símbolos e gestos na educação, aponta a seguinte definição:

Adotei uma perspectiva de ritual que tenta levar a sério os conceitos de poder e dominação, que considera o ritual uma produção cultural construída como uma referência coletiva ao simbólico e à experiência localizada da classe social de um grupo. De acordo com isso, um ritual será considerado como um evento político e como parte das distribuições objetivadas do capital cultural dominante da escola (MCLAREN, 1991, p. 29).

Esse teórico parte da premissa que esses eventos fazem parte do espaço escolar, por entender que não somente refletem a realidade, mas se constroem na cotidianidade das práticas escolares, as próprias festas escolares situam-se na dinâmica dos rituais da escola com seus hinos, peças, coros e orações, ao traduzirem gostos, normas daqueles que legitimam o poder.

Pautada na compreensão de McLaren (1991), de que os rituais difundem ideologias sociais e culturas, esta incursão investigativa sobre a educação cívica e patriótica corrobora com este autor sobre a importância do estudo dos rituais e de sua representação no âmbito escolar, pois oportuniza visualizar como a escola funciona e se apropria das propostas ideológicas dominantes. Nesse seguimento, o referido autor acrescenta “ que um ritual é uma relação subsistente cuja natureza é determinada pelo caráter e relações de seus símbolos” (MCLAREN, 1991, p. 40).

Sobre essa rede de significados e símbolos dos rituais escolares, este estudo, ao tratar das festas escolares, isto é, aquelas realizadas dentro do espaço escolar, buscando a visibilidade as mesmas perante a sociedade, elenca as ocorridas nos grupos escolares da capital. Não se utiliza, para fins de análise, as festas escolares ocorridas em escolas isoladas, logo, a escolha pelos grupos escolares se justifica, por considerá-los espaços onde se obtinha maior visibilidade desses festejos, segundo as orientações gerais do ensino, a serem abordadas no decorrer desta seção.

Sobre as Festas Cívicas Escolares, a imagem 01 vem revelar um exemplo referente a esse tipo de festejo, na qual destaca-se a Praça de Nazaré em 1905, organizada para as comemorações alusivas ao dia da Independência do Brasil. Essa comemoração foi um momento oportuno de propagandear a educação do Estado, e nada melhor que reunir os grupos escolares da capital em local público para dar visibilidade à sociedade.

Figura 3 Praça de Nazaré organizada para a festa escolar de 07 de setembro de 1905



Fonte: Álbum O Pará, 1908

Esses momentos buscavam na realidade revelar as belas aptidões dos alunos que estudavam nesses estabelecimentos de ensino, por meio de leitura de poemas, poesias, canto coral e artes cênicas, bem como trazer aos corações desses alunos, mensagens de afirmação, encorajamento, e crescimento social, emanadas dos arautos do ensino no Pará, como personalidades da administração pública e intelectualidade da época. Se constituíam também em oportunidades para crianças, professores e diretores de ensino, divulgarem suas instituições com seus estandartes, carros alegóricos que minuciosamente eram ornamentados para os dias de desfiles públicos. A imagem a seguir revela meninas do 1º Grupo Escolar Ruy Barbosa, atuando nesses rituais como porta-estandartes.

Figura 4 Alunas Porta-estandartes do 1º Grupo Escolar da Capital



Fonte: Álbum da Festa das Crianças, 1905

A imagem revela a simbologia em torno do sentimento cívico e pátrio, assim como o pertencimento dessas crianças à sociedade que se constituía. O jogo simbólico, nas intenções discursivas, estabelecidas na imagem das alunas do 1º Grupo Escolar Ruy Barbosa, ao serem caracterizadas com vestimentas alusivas à cultura indígena, traz à sociedade a representação de que a República agregaria a todos. Havia a necessidade de firmar o imaginário republicano, ainda que a realidade do novo regime não atendesse a todas as classes. Para Murilo de Carvalho, “tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos” (CARVALHO, 1990, p. 10).

Manter o entusiasmo entre os corações infantis era a principal missão desses eventos, que muitas das vezes buscavam mostrar uma realidade não revelada. As crianças precisam se mostrar atuantes e orgulhosas pela oportunidade oferecida nesses eventos. Não era o sujeito individualmente sendo visto em uma festa ou desfile, era, de fato, uma instituição, uma nação, uma Pátria. Portanto, todos os esforços eram necessários para se fazer ver o ensino, considerado a porta de entrada

para o mundo civilizado, que deveria. Assim, os grupos escolares, além de fazerem ver suas bandeiras e estandartes, levavam à público seus carros alegóricos.

Figura 5 Carro Porta-estandarte do 4º Grupo Escolar da Capital



Carro estandarte do 4.º grupo escolar (José Verissimo).
Fonte: Álbum da Festa das Crianças, 1905.

Nesses eventos, o mais esperado eram os discursos que levavam muitos de seus ouvintes ao deleite pela pátria, pela nação. Grande parte dos discursistas das festas escolares eram os professores do ensino primário, personalidades sem muitas habilidades com discursos, mas que de alguma forma eram vistos pelos seus superiores como exemplos de coragem, empenho e devoção cívica, sendo assim, exemplos de patriotas para as crianças

Nesse âmbito, na edição nº 31 da revista **A Escola**, de 1902, o editorial do impresso destacou na seção “Festas Escolares”, que esses festejos tinham, por principal objetivo, revelar o entusiasmo nacionalista vivido pelas crianças nas escolas, e se apresentavam como momentos de “marcas inextinguíveis de alegria, de solidariedade colegial, de estímulo, que se exprime no coração das crianças” (PARÁ, 1902, p. 36). Elas se constituíam momentos de elevação do espírito infantil para República, regados de muitos aplausos todas as vezes que se entoavam o hino brasileiro e os hinos das próprias escolas.

As festas escolares eram rituais valorizados pela diretoria de Instrução Pública do Estado, órgão responsável em orientar os diretores dos grupos escolares da capital e do interior nas realizações desses eventos, os quais precisavam exprimir um sentido

cívico e pátrio, logo, não ocorriam de qualquer forma, tudo era esmeradamente planejado. A diretoria de Instrução Pública do Estado determinava como essas festas deveriam ser organizadas pelos diretores dos grupos escolares. Na seção “Festas Escolares”, da revista **A Escola**, na edição de nº 31, pode-se observar essa questão.

Que nos permitam os ilustrados colegas que se acham à frente dos nossos grupos escolares que lhes lembremos a conveniência de levarem os alunos às festas escolares. Quando um grupo realizar um ato solene, um festejo qualquer de grande alcance será que o assistam todos os alunos e alunas dos outros grupos.

[...].

Reunir de vez em quando, todos os alunos da capital, em um só recinto, buscar que eles se relacionem, que comunguem a mesma alegria, que experimentem os mesmos sentimentos, é objeto que merece toda a ilustrada cooperação dos srs. Diretores (PARÁ, 1902, p. 38)

A diretoria da Instrução Pública do Estado se utilizava das páginas do impresso **A Escola** para revelar os desejos que a política republicana pensava para o ensino, assim orientava os diretores dos grupos escolares, que ao realizarem qualquer festejo, estendessem o convite aos demais grupos da capital, garantindo de certa forma o público expectador de seus eventos. Para essa diretoria, essa prática traria prestígio para o grupo e sensibilizaria também os grupos convidados pelos mesmos sentimentos pátrios, assim, essas festas teriam maior visibilidade social.

Esses eventos, quando realizados no interior das escolas, contavam geralmente com a presença do secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública, alunos, professores e diretores de ensino. A visibilidade sobre esses eventos era maior quando realizados em vias, praças ou em locais públicos. Para o editorial da edição de nº 31, da revista **A Escola**, o fato das festas serem pouco frequentadas não poderia de forma alguma causar desânimo às escolas, a própria revista destaca, “Não importa que as nossas festas escolares sejam pouco frequentadas por cavalheiros e senhoras, é indispensável, porém, que as assentem um grande número de crianças, a festa é para elas unicamente” (PARÁ, 1902, p. 38).

O editorial da revista **A Escola** desse ano esclarece que as festas escolares ocorriam para alimentar o sentimento patriótico nos corações das crianças, logo, deveriam acontecer com certa regularidade na instrução pública, principalmente nos distritos da capital, onde a instrução pública atingia um considerável desenvolvimento. O sentimento pátrio, os deveres cívicos, bem como o cultivo do sentimento nacionalista não seriam nutridos apenas com boas escolas estruturadas fisicamente e muito menos com programas de ensino que enfatizassem a cultura patriótica nas

diversas disciplinas, era necessário que as escolas ecoassem suas práticas civilizatórias cotidianamente, mostrando de maneira interna e externamente seus frutos, apresentando-se como espaço propagador dos ideais republicanos no Estado.

Na edição de nº 21, de 1901, da Revista **A Escola**, foi publicado o artigo “Festas Escolares”, de Olavo Bilac. Nesse artigo, Bilac apresenta um conjunto de orientações para a realização dessas festas.

O intelectual republicano inicia suas discussões no artigo enfatizando que durante muito tempo as festas escolares eram tidas como “fúnebres solenidades de seminário” (BILAC, 1901, p.144), e no mais, desenvolviam a melancolia ao proporem desfiles e espetáculos com recitações de poesias e cantos extensos, sem o menor cultivo do sentimento de alegria entre os corações infantis que participavam desses rituais. As marchas sérias e com atitudes forçadas disseminavam a religiosidade do momento, o qual era cumprido fielmente apenas para demarcar o compromisso com o ato solene, quando na realidade, deveriam trazer em seus espetáculos, a espontaneidade das crianças. Como frisa:

Já vai longe o tempo, felizmente, em que a festa escolar era apenas a reza, a recitação arrastada do catecismo e o solfejo desafinado dos psalmos. Hoje, os educadores sabem que não estão educando candidatos à investidura de padres, mas candidatos à investidura de cidadãos - em cuja alma é preciso fazer desabrochar a bondade, em cujos músculos é preciso desenvolver a força, em cujo cérebro é preciso apurar a inteligência. [...] (BILAC, 1901, p. 144).

Ao focalizar as festas escolares como um mecanismo útil e determinante para forjar o caráter de cidadão republicano entre as crianças paraenses, a revista **A Escola** cumpria, nos anos iniciais da República paraense, o papel a qual se propunha, como bem elogiava Bilac nesse mesmo ano, sobre a função das revistas pedagógicas, que ao seu ver “encarregando-se de espalhar a boa doutrina” (BILAC, 1901, p. 144).

Sendo assim, o pensamento desse intelectual republicano, expresso nas páginas do impresso pedagógico paraense, frisava que o espírito republicano objetivava o preparo da criança para a vida em sociedade, e por meio desse espírito pátrio deveria habituar-se ao novo convívio social estabelecido pelos novos moldes políticos, o que lhe exigiria novas formas de comportamento, novas maneiras, novos hábitos sociais.

É válido ressaltar que a postura do “bem portar-se” era de fato essencial para compor a estatura e perfil da criança enquanto cidadã exemplar, mas precisava ser

complementado “com a educação científica e moral, uma educação artística, inculcando-lhe o sentimento pelo belo”, o que para Bilac, adepto do pensamento de Platão, seria o “esplendor da verdade” (BILAC, 1901, p. 144). O pensamento e estilo de vida grega influenciavam sobremaneira o pensamento de Bilac.

Com relação a valorização do “belo”, o autor procurou dar ênfase à utilização da ciência como ferramenta da instrução pública, o que significa dizer que o conhecimento empírico, aquele experienciado pela criança e comprovado pelas ciências, deveria ser abraçado como o primor do ensino. Outro ponto a ser destacado no discurso desse intelectual sobre o olhar a respeito do belo e inclinações para a apreciação artística, diz respeito à utilização da literatura e textos clássicos no ensino, as quais serviriam como apoio e incentivo para que as crianças pudessem vislumbrar obras de artes, como composições, quadros e pinturas, isso para ele elevaria a compreensão artística dos alunos.

Chartier (2002), ao discutir sobre novas formas de comportamento exigidas pelo Estado moderno, aponta que suas bases se constroem sobre uma dualidade de conceitos. De um lado está a preocupação desse Estado com as formas de como a sociedade de corte se estabelece em seus estilos de vida, e de outro, como os padrões estéticos por ela emanados se perpetuam. Para esse autor, esse Estado é forjado por concepções e valores que ditam e elaboram suas preferências artísticas e institucionais, suas normas de “civilidade da corte”, com o intuito de modificar e moldar o “*habitus* do homem” em sociedade. Assim, entender essas especificações estéticas permite compreender esses sistemas de valores do Estado, bem como o processo pelo qual se dá a circulação de seus modelos culturais.

No Pará, a constituição de um sistema de valores cívicos e pátrios, que formulavam modelos culturais para a educação primária no Estado, faziam-se presentes nos programas de ensino devidamente ordenados, exprimindo valores de amor e respeito à família, aos pais, à sociedade, à pátria e à nação. Essa propagação ocorria na revista **A Escola** como mecanismo de apropriação social desses modelos difundidos pelo Estado, algo denominado por Chartier (2002, p. 223, grifo do autor) como “imposição aculturante”. Para esse autor, esse processo não se resume apenas na relação do dominador para o dominado, mas pela tensão a ser reproduzida por meio desse evento.

O impresso do Estado **A Escola**, ao propagandear no ensino primário, o modelo de sociedade republicana, se utilizou de diversos gêneros textuais, que

docilmente situavam novas formas de comportamento sociais, primados pela sociedade dominante da época.

Nessa ótica, Olavo Bilac, ao evidenciar seu pensamento na revista **A Escola**, de 1901, tinha a preocupação de disseminar o princípio da educação moderna, muito em voga no início do século XX, estabelecendo um novo sentido aos festejos escolares no Pará.

A proposta desse teórico era alcançar um novo cenário litúrgico para as comemorações escolares como: substituir o sentimento de procissão religiosa das festas e desfiles escolares pelo sentimento militar, as incansáveis recitações de peças e poesias apáticas não traduziam a espontaneidade e naturalidade da alegria que esses festejos deveriam exprimir, que a literatura fosse cultivada nos corações infantis para o engrandecimento da educação moral e intelectual. Sobre as festas, destaca:

A essas fúnebres solenidades de seminário, prefere a educação moderna: as manobras militares, que dão garbo à marcha, à elegância, à presença, e à alma o sentimento de que a bravura militar é realmente bela; exercícios ginásticos, que, aplaudimos, vencem a criança de a força e a saúde são realmente indispensáveis à vida e merecem admiração e louvor; e as pequenas sessões literárias com o culto do Verso e da Prosa, nos contos simples, nos monólogos, nos hinos, nos pequenos poemas heroicos ou humorísticos (BILAC, 1901, p. 144).

Por esse prisma, o impresso **A Escola**, de 1901, ao abrir espaço para o pensamento de Bilac, buscou pôr em evidência as propostas de uma educação moderna, defendida por esse intelectual. Bilac buscou no artigo “Festas Escolares” trazer à tona a defesa de práticas educativas que acompanhassem o momento político que o país vinha passando, defendendo pontos como, atitudes militares para as marchas festivas do ensino, o uso da ginástica para compor essas apresentações, e é claro, o uso da literatura em seus diversos tipos, prosas, poesias, contos, poemas, monólogos e hinos, tudo era necessário para propagandear a República.

Sobre o pensamento de Bilac, este estudo busca análises pormenorizadas apenas sobre o cultivo literário que o autor defendia para as festas escolares. No artigo “Festas Escolares”, ele acentua diversas críticas sobre as leituras destinadas ao ensino primário, bem como sobre o teor e propósito dessas leituras, as quais circulavam das salas de aula para os festejos cívicos escolares. Para esse teórico, muitas delas não traduziam o espírito que a nação precisava.

Havia uma preocupação diante dos livros destinados ao público infantil. Para esse autor, os autores de livros infantis se preocuparam apenas em fazer circular entre

as crianças uma leitura simples e de fácil acesso e compreensão, não se preocupavam em alcançar os propósitos da educação moderna. Olavo Bilac defendia que deveria se disponibilizar leituras que pudessem ser compreendidas pelas crianças, mas que acima de tudo promovessem seus leitores para o caráter civilizador republicano.

Nesse patamar, o novo regime político estava instalado, mas não consolidado em sua plenitude e era por meio da educação que essa aceitação e conformação social poderia ser alcançada. Assim, o que se combatia era o comportamento de quem escrevia para o ensino primário, que no entender de Olavo Bilac “confundiram singeleza com banalidade, sobriedade com tolice” (BILAC, 1901, p. 145).

Ainda com relação as leituras recitadas nas festas escolares, as críticas de Bilac se direcionavam para as fábulas, e o impresso **A Escola**, ao publicar o pensamento desse autor, mostrou que tal gênero não traria os benefícios que a educação republicana buscava. Nessa sequência, essa revista procurava em suas páginas dar voz aos intelectuais que levantavam essa bandeira, como era o caso de Olavo Bilac.

As fábulas se colocavam como leituras infantis compostas por personagens que eram animais, os quais assumiam no enredo vida humana. Esse gênero tinha o intuito de trazer à reflexão infantil lições de moralidade pelo heroísmo de animais fictícios. Sobre essas leituras, assim considerava o autor:

[...] já se compreendeu que cultivo literário é indispensável: mas ainda não se apurou de todo o critério que deve presidir à escolha dos modelos literários. Em primeiro lugar há ainda a mania da fábula, composições tolas em que os animais dialogam como pessoas, - singular pretensão de querer que a educação moral e intelectual de um homem nasça dos conselhos e das lições e dos exemplos do burro, do leão, da formiga, do galo... (BILAC, 1901, p. 145).

É certo que a educação republicana esteve pautada nos exemplos dos heróis nacionais, homens tidos como referências de cidadãos que buscavam a construção de uma nação gloriosa e forte. Assim, as fábulas recitadas em formas de peças nos festejos escolares não retratavam o heroísmo e atitudes moralistas dos heróis da pátria e sim de animais, por esse motivo eram alvo de críticas, pois de forma alguma um animal poderia servir de referência para constituição do caráter do cidadão republicano, ainda que as pretensões de seus autores fossem moralizantes.

O caráter moralizante espelhado nos grandes nomes da Pátria era prioridade no ensino primário do Pará, ao ponto de Virgílio Cardoso, diretor da Instrução Pública em 1900, evidenciar em relatório apresentado ao Governador Paes de Carvalho, no Programa de Ensino para Escolas Primárias no Pará de 1900, os conteúdos cívicos e patrióticos a serem ministrados no ensino primário. As orientações sobre esses conteúdos eram direcionadas para o primeiro e segundo anos do Curso Complementar, compreendendo valores morais como amor e respeito à família, ao país, às autoridades escolares, amor fraternal entre família e sociedade, e deveres entre irmãos. Aos valores cívicos, competia o respeito à sociedade, à pátria, ao patriotismo, à bandeira, as armas, os hinos nacionais, datas nacionais, dando total destaque para os “os grandes homens na nossa história – estrangeiros e nacionais” (p. 20). Em síntese, Virgílio Cardoso delegava aos professores a seguinte missão:

O professor no desenvolvimento que der a este programa procurará sempre exemplos na história pátria, dando ligeira notícia sobre os protagonistas dos fatos a que fazer referência e não perderá o ensejo para despertar o patriotismo do menino, incitando o amor à Pátria e à Bandeira (PARÁ, Relatório da Instrução Pública, 1900, p. 20).

Como se observa, a missão de moralizar para civilizar o futuro cidadão republicano foi a grande proposta de ensino na República do Pará, a qual fomentou um imaginário de que o novo regime traria o progresso e o desenvolvimento social para o Brasil. O sentimento patriótico seria nutrido pelo orgulho de ser brasileiro e é nesse clima de entusiasmo pátrio que as festas escolares se posicionavam como momentos em que alegria republicana deveria ser propagada. Para Rosa Fátima de Souza a proposta de educação republicana era de fato fazer das datas cívicas a “expressão do imaginário político sociopolítico da República” (Souza, 1998, p. 241). Nesse sentido, ainda para essa autora, assumiam a missão de “impressionar, emocionar, convencer” (SOUZA, 1998, p. 255).

De certa forma, esses rituais festivos assumiam uma tarefa importantíssima na vida das crianças paraenses, como acentua McLaren (1991, p.43), “os rituais servem como sementeiras para a mudança social”. Conquanto, a revista **A Escola**, de 1901, ao destacar as ideias de Olavo Bilac, mostra que nem sempre foi assim, pois o cenário teatral dos festejos escolares deveria ser reformulado. Como descreve o intelectual nesse impresso:

Quem se divertiu durante a solenidade? Unicamente os convidados, os espectadores, os curiosos, que viram e ouviram aquilo, com quem vê e ouve o desdobrar de uma comédia ou de uma opereta, e que dali saíram admirando os prodígios da Educação moderna, e convencidos de que as crianças são felizes.... Felizes! As pobres se divertiram tanto, naquele dia de músicas, de bandeiras, de flores, de multidão animada e barulhenta, como nos dias tristes da existência vulgar, nas aulas silenciosas e nos modorrentos salões de estudo [...] (BILAC, 1901, p. 146).

As ideias de Olavo Bilac expõem um cenário em que os festejos escolares não representavam seus sujeitos, a felicidade e a alegria, enfim não traduziam o divertimento do termo “festas”, que ao seu ver, exprimem a ideia de alegria e euforia. Ainda para esse intelectual, as crianças que ali estavam para recitarem, declamarem, representarem e entoarem hinos cívico e pátrios, não se viam coparticipes da ação que se divulgava e pertencentes daquele cenário festivo, participavam de fato do regime que se construía, já que essa era a proposta das festas escolares, integrá-los ao republicanismo.

Bilac foi categórico ao afirmar que a naturalidade, a liberdade, o amor não era expresso naquilo que se expunham as solenidades escolares, o que colocava os pequenos infantes à condição de passivos do divertimento se seus expectadores, às crianças “coube apenas a irritante tarefa e dolorosa tarefa de divertir os outros” (BILAC, 1901, p. 146). Como se vê, para esse teórico, a educação republicana deveria tornar o ensino alegre e os festejos significativos para os pequenos cidadãos, como destaca em suas propostas no impresso paraense:

Dir-me-ão talvez que a criança pode bem divertir-se em casa, quando acaba a labuta diária. Mas, perdão! O que torna útil a festa escolar é justamente o poder facilitar às crianças a ocasião do *divertimento coletivo*. – Que traz o hábito da sociedade. - o gozo *coletivo* da animação festiva das músicas, das bandeiras, das flores, das expansões ruidosas. – o gozo *coletivo*, em uma palavra, da alegria de viver, base única da felicidade física e moral (BILAC, 1901, p. 147).

As colocações de Bilac para as festas escolares se dão para unificar nacionalmente a forma como a liturgia cívica educacional deveria ocorrer pelo Brasil a fora. Esse intelectual, ao defender as festividades escolares mediante padrões da pedagogia moderna, apontava que esses rituais deveriam buscar o sentimento coletivo, onde as crianças visualisassem o sentido naquilo comemorado cotidianamente, vendo o divertimento como sentimento ímpar das festas escolares, a ser compartilhado entre o alunado. Para ele, o ensino primário deveria destinar atenções aos festejos, desde que fossem entendidos como práticas cotidianas do

ensino, não sendo tratados mais de forma suplementar, como um trabalho apêndice às práticas cotidianas da escola.

Nesse aspecto, as discussões nacionais em torno dos festejos escolares, de certa forma, circulavam pela nação ávida por um alinhamento das práticas educacionais. No Pará, as ideias de intelectuais como Olavo Bilac orientavam e alimentavam as produções e práticas dos professores que almejavam um remodelamento do ensino no Estado.

Vilhena Alves (1903), paraense com grande destaque no ensino paraense, procurando desmitificar essa imagem a respeito dos festejos escolares, ao publicar, em 1903, na edição de nº 42 da revista **A Escola**, o artigo “Sete de Setembro – Festa Patriótica – Cortejo Cívico”. Nesse artigo, Vilhena Alves apresenta orientações, que em alguns aspectos revelam aproximações com o pensamento de Olavo Bilac, pois Vilhena Alves, assim como Olavo Bilac, não era de acordo com o sentido mórbido e apático das festas escolares do Estado. Seu pensamento defendia que se propagassem festas com um teor útil e proveitoso na formação das crianças. Apontando total destaque sobre as datas importantes da pátria, ao mostrar exatamente que o espírito infantil era bem mais sensível e suscetível a impressionar-se pelos sentidos e sensações do que pela razão. Assim, elucida:

[...] Fazer longas dissertações teóricas a uma criança, com a esperança de que ela lhes preste a devida atenção e as assimile, é absolutamente perder o tempo e o trabalho, sem resultados fecundos, e mesmo sem resultados de espécie alguma para o desenvolvimento moral e intelectual de qualquer indivíduo, especialmente com a maioria de razão, de um menino (VILHENA ALVES, 1903, p. 201).

Para esse teórico, um ensino cívico pautado em exaustivas discussões para a busca de atenção e assimilação da criança, seria uma pretensão ingênua e que segundo ele, não proporcionaria o desenvolvimento moral e intelectual da criança. Para ele, a compreensão dos preceitos cívicos e pátrios viria pelas práticas exercidas nas festas escolares, ao ponto de destacar as orientações do diretor da Instrução Pública, o Sr. Virgílio Cardoso, para as festas escolares:

[...] quando se quer implantar no coração da infância o amor e o entusiasmo por qualquer ideia útil e proveitosa, não se deve recorrer à palavra falada, nem mesmo à palavra escrita, mas deve-se apresentar essa ideia sob uma forma para assim dizer sensível e palpável, concretizando-a o melhor possível, afim de fazê-la compreendida praticamente vibrando a corda do sentimento nos corações juvenis (VILHENA ALVES, 1903, p. 201).

Esse intelectual enfatizou que as orientações do diretor da Instrução Pública do Pará se colocaram como uma advertência aos diretores dos grupos escolares, com relação às Conferências Cívicas, que no olhar de Vilhena Alves, nada mais eram do que eventos limitados a discursos até exaustivos, quando na verdade, deveriam assemelhar-se às festas cívicas, as quais promoviam o entusiasmo, abalando corações e mentes infantis, com a exaltação das datas dos festejos pátrios.

Ainda sobre a difusão de discursos sobre as práticas de educação cívica, Vilhena Alves apontava que elas deveriam romper com o ensino metódico e sem entusiasmo pátrio, desprendendo-se de práticas “do ler e do decorar”, práticas que não possibilitavam a compreensão e assimilação do que se ensinava. Esse intelectual defendia um ensino cívico que viesse “abalar o espírito das crianças por meio das sensações fortes e adequadas ao fim que se destina” (VILHENA ALVES, 1903, p. 202).

Assim, com vistas a desenvolver esse espírito e entusiasmo pela pátria, pela bandeira e pelos símbolos nacionais, que as festas escolares foram instituídas, sempre com o propósito de enaltecer a Pátria amada.

Os festejos cívicos, para Vilhena Alves, se constituíam em momentos, onde facilmente as crianças eram contagiadas pelo amor à Pátria. Para ele, a experiência vivida por meio dos símbolos, proporcionada pelas festas, era mais significativa, do que os momentos onde se ministrava assuntos por meios de discursos de difícil compreensão, nesse caso, se refere ao momento de sala de aula. Contudo, convém frisar que, em nenhum momento, esse teórico anula o valor das aulas expositivas, apenas esclarece que estas deveriam contagiar os sentimentos e os sentidos de seu público. Sobre a valorização dos festejos cívicos, esse intelectual descreve uma passeata cívica realizada no dia 7 de setembro, por ocasião ao aniversário de emancipação política. Convém destacar o tipo de evento a ser valorizado e realizado pelos diretores dos grupos escolares, defendido por esse intelectual e de considerável prestígio para o Governador do Estado:

A ideia do Sr. Dr. Governador do Estado, realizando uma passeata cívica da infância e da mocidade para comemorar o dia do aniversário de nossa emancipação política, teve o mais lisonjeiro acolhimento, não só por parte dos diretores dos estabelecimentos de ensino público, mas também dos pais de família e de toda a população belenense (VILHENA ALVES, 1903, p. 202)

Portanto, na sua visão, os desfiles e cortejos cívicos, se colocavam como eventos bem mais proveitosos do que as aulas expositivas das escolas, pois faziam aflorar todo o orgulho republicano nos corações infantis. O evento destacado se refere ao desfile de 7 de setembro, de 1903, com concentração das instituições participantes, às 9h horas da manhã na Praça Saldanha Marinho, local de concentração dos alunos para posteriormente, às 10h, saírem em marcha para o Palácio do Governo. Assim descreve o autor:

Às dez horas pôs-se em marcha a enorme comitiva, dirigindo para o Palácio do Governo.

[...].

Ao chegar o cortejo ao palácio do Governo, dirigiu-se ao salão de honra, a cumprimentar o Exm Sr. Dr. Governador do Estado, saindo em seguida na maior ordem, e dissolvendo-se depois (VILHENA ALVES, 1903, p. 202).

Esse desfile contou com a participação de 3.079 alunos dos seis grupos escolares da capital paraense, como o do 1º Distrito, José Verissimo, o do 3º Distrito, o instituto Gentil Bittencourt, Escola Normal, o Ginásio Paes de Carvalho e a Faculdade de Direito. Foi um ritual detalhadamente organizado, tendo seu início na Praça Marinho e seu término no Palácio do Governo. Cada instituição tinha uma posição na marcha que não poderia ser mudada, inclusive quando terminava, cada instituição desfazia seu batalhão de marcha, conforme seu posicionamento inicial. Esse desfile contou ainda com a apresentação das meninas porta-estandartes, conduzidas pelos carros alegóricos de cada Grupo Escolar.

Esse desfile “Não podia ser melhor a impressão produzida na população paraense, por este esplendido festejo patriótico” (VILHENA ALVES, 1903, p. 203). Para esse autor, esses momentos alcançavam bem mais do que pretendiam, pois possibilitavam a integração dos vários grupos e institutos escolares do capital, com vistas a contagiar as crianças e jovens com o entusiasmo educacional que se nutria do espírito republicano, além de dar visibilidade social, sobre como se dava a educação no Estado, evidenciando seus avanços e contribuições cívicas.

Chartier (2002), ao discutir sobre a construção do Estado moderno e os mecanismos que o constrói, alerta sobre os materiais escritos de produção do Estado, uma vez que estes traduzem a “escrita do Estado” e de certa se apresentam como “a maneira como Estado dá a conhecer as suas vontades” (CHARTIER, 2002, p. 218).

Por esse ângulo, a revista **A Escola** se apresentava como mecanismo pelo qual o Estado republicano paraense buscou efetivar-se, logo, as discussões de

alinhamento e orientações educacionais para o ensino no Pará, trazidas por esse impresso, revelou o tipo de Estado que se procurava alcançar e quais eram os desejos da elite que emergia. Assim, essa revista tornou o Estado paraense conhecido pelo teor dos conteúdos publicados nesse impresso.

Como se vê, a revista **A Escola** assumiu, de certa forma, um papel decisivo na composição da proposta de educação republicana no Pará. Ao se colocar como uma escrita de Estado e até mesmo como instituição formadora de identidades, construiu uma rede de representações discursivas, que se validaram pelo papel oficial que assumia, com relação as práticas do professor primário.

De acordo com Chartier (2002), essa escrita é resultante da relação entre o simbólico e instrumental, a qual precisa ser compreendida em suas múltiplas dimensões. Esse caráter simbólico traduz-se da forma como o Estado republicano paraense constrói suas relações de poder por meio de seus escritos, nesse caso, na educação por meio da imprensa pedagógica. Já o sentido instrumental desses escritos revela-se na instrumentalidade, isto é, na forma pela qual o escrito traduz-se na prática dos professores do ensino primário no Pará. Sobre essa questão de construção do poder do Estado, Chartier destaca:

Medir a produção da escrita do Estado implica que se meçam igualmente as competências culturais das populações, agentes ou súbditos do Estado, que exercem ou apreendem o poder de comando e de justiça por meio de textos que destinam a ser lidos (CHARTIER, 2002, p. 219)

As considerações de Chartier permitem destacar, que a revista **A Escola**, como instituição do Estado, procurou dar forma e desenvolver uma República forte e legítima, portanto, o caráter monumental e dominador que assumia frente ao ensino no Estado identificava esse poder estatal, e bem mais que isso, mostrava o tipo de sociedade que se pretendia formar, logo as publicações via artigos, discursos, orientações, poesias, entre outros escritos veiculados por esse impresso reforçavam o papel da República no ensino no Pará.

Chartier (1991), ao discutir as representações coletivas e identidades sociais, aponta que as práticas coletivas, ao visarem firmar uma identidade social, buscam revelar seus aspectos individuais no mundo social. Nesse sentido, esse autor elucida que as representações simbólicas, se propõem em significar uma posição institucionalizada e objetivada de grupos coletivos ou de indivíduos singulares, cuja intenção é demarcar a existência da classe ou grupo a quem pertence o poder. Sendo

assim, destaca o cuidado que se deve ter ao tratar a construção das identidades sociais:

[...] Ao trabalhar sobre as lutas de representações, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural, separa sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 1991, p. 183).

Nessa direção, a imprensa paraense, ao se apropriar de teia de representações discursivas em torno de mecanismos para reafirmar a proposta de educação republicana, pensada por um grupo de intelectuais que buscavam reafirmar sua classe. Assim, a revista **A Escola** se apoderou das mais diversas estratégias para que o projeto político republicano fosse aceito pela sociedade, ainda que para isso fosse necessário propagandear uma educação não existente para todos, por considerar que nem todas as crianças paraenses da época estavam dentro da escola, ou eram pertencentes daquela realidade anunciada pelo poder público do Estado.

4.2 FESTAS E DESFILES ESCOLARES NO PARÁ: A MARCHA DO ORGULHO REPUBLICANO

As festas escolares do Pará tinham a função de celebrar, de tornar público, concursos, início e término de período letivo, inauguração ou reabertura de escolas, visitas ilustres às escolas, formaturas, exames de ensino primário, comemorações de datas alusivas à Independência do Brasil, Proclamação da República, entre outras.

Chartier (2002) destaca que as festas, igualmente aos textos escritos do Estado, se colocam como “signos do poder”, com certas diferenciações na forma como esses mecanismos se apresentam e são interpretados por aqueles que deles se apropriam. No caso das festas ou cerimônias públicas, esse autor evidencia que estas não se configuram apenas como formas de representações de ações públicas, mas se constituem como momentos onde as relações sociais são construídas e traduzidas na prática para a eficácia da simbologia do Estado. Esse teórico aponta ser necessário compreender as diferenciações entre os vários signos de poder do Estado:

[...] Os signos do poder não têm as mesmas áreas sociais de circulação e não implicam as mesmas regras de interpretação. Reconstituir essas

diferenças (no acesso ao signo como possibilidades da sua <<leitura>>, mais ou menos conforme à inserção que o produziu) é uma tarefa difícil, mas indispensável, para apreender, no campo da prática, a eficácia da simbólica do Estado (CHARTIER, 2002, p. 221).

Ainda de acordo com Chartier (2002), o caráter maleável que constitui as cerimônias e rituais possibilita sua manipulação pelo Estado, uma vez que os ritos e cerimônias públicas para esse autor se configuram como um momento para exaltação do poder e glória dos que estavam à frente do Estado. Para o autor:

[...] as cerimônias públicas não representam apenas, mas também constroem as relações entre os grupos sociais e o Estado. Ao propor uma representação de si mesmo, que implica sempre uma ordem particular, <legítima>, da sociedade, o Estado moderno define o terreno onde podem ser travadas lutas simbólicas entre os grupos – isto é, lutas onde a posição social cerimonial visível é identificada com a posição real, em que as distinções manifestadas são tidas por desigualdades essenciais do ser social (CHARTIER, 2002, p. 221).

As colocações desse autor possibilitam compreender que as festas escolares, por serem eventos institucionalizados pelo Estado, logo se constituem espaços de disputa e dominação tão necessários para construção do estado moderno, o mesmo pode-se considerar também para o estado republicano.

Como foi discutido no início desta seção, a própria diretoria de instrução pública do Estado era quem orientava os diretores dos grupos escolares a se organizarem para a realização dos festejos escolares, para divulgar suas ações, garantir um público significativo para visualização de suas práticas, além de propagar o sentimento de exaltação sobre o novo regime. Como bem evidencia o editorial da revista **A Escola**:

Reunir de vez em quando, todos os alunos da capital, em um só recinto, buscar que eles se relacionem, que comunguem a mesma alegria, que experimentem os mesmos sentimentos, é objeto que merece toda a ilustrada cooperação dos Srs. Diretores.

Oxalá que bem cedo possamos ver regularizadas, profícuas, e competindo com as grandes festas escolares que se fazem nos centros onde a instrução pública atingiu um elevado desenvolvimento, as nossas festas escolares (PARÁ, A Escola, 1903, p. 38).

Dentre as muitas festas escolares divulgados pela edição nº 31 da revista **A Escola**, trago para análise a festa escolar realizada no dia 25 de outubro, em 1902, pelos grupos escolares do 1º Distrito (o texto não revela quem são esses grupos), o Grupo Escolar Nezareth, e o Grupo Escolar José Verissimo, instituições que estavam

sob a direção de Manoel Severo de Souza Alves e Raimundo Bertoldo Nunes e Cesar Pinheiro, respectivamente.

Esse festejo deu-se pelo encerramento dos trabalhos dessas instituições, prática muito comum na rotina, principalmente grupos escolares. Esse foi um momento onde se realizou a leitura de notas dos alunos dessas instituições, sendo uma solenidade já consagrada no calendário escolar do ensino do Pará.

No olhar de Rosa Fátima de Souza (1998), as festas de encerramento do período letivo se afirmavam como festas oficiais, solenidades que tornavam a escola palco de um grande espetáculo de uma cultura escolar que ajudou a escola a criar e firmar seu padrão de excelência.

Algo que chama a atenção era a forma como esses eventos eram divulgados pela imprensa paraense, como destaca o editorial do impresso **A Escola**, nº 31, de 1902, ao exaltar a figura dos diretores desses grupos na organização dessas festas, afirmando que tais momentos revelavam “o ato as belas aptidões e a coragem dedicada” (PARÁ, A Escola, 1902, p.36). Contudo, há de se enfatizar que nessas solenidades a prática mais comum era a recitação de poesias e poemas e nessa festa específica houve a leitura de poesias como “Deus”, “O ouro e o carvão”, “Ei, avante!”, “Prece da infância” e “Vozes da África”. Todavia, o próprio editorial desse impresso chega a pontuar que em tais eventos os hinos escolares e hinos pátrios deveriam estar mais em evidência do que as poesias, pelo fato de serem as formas de expressão grupal as que mais agregavam o maior número de alunos e possibilitava maior visibilidade para o espírito que se cultivava, o espírito republicano. Sobre essa questão o editorial da revista **A Escola** assim relata:

Merecem todos os aplausos o “Hino a Mocidade” e o “Hino Brasileiro”, cantados por todos os alunos e alunas; constituíram eles a nota predominante da festa, e nota altamente sugestiva e louvável. Continue o sr. Diretor no seu propósito, insista no canto coral, intercale muitas vezes nas suas festas, porque ele representa em nosso meio uma necessidade urgente, um fator educativo de que a nossa infância anda ávida (PARÁ, A Escola, 1902, p. 36).

Elucida-se uma valorização sobre o hino brasileiro, canção exigida nas aberturas de todos os festejos escolares e desfiles cívicos. Para o editorial do impresso **A Escola**, esse momento se revelava como ato sublime dos festejos escolares, na medida em que trazia aos corações infantis o sentido de coletividade, o sentimento pátrio não visto mais de forma individualizada. O que se buscava era o

simbolismo que o signo do hino expressava no ato do canto coral, para os seus defensores, o ensino primário paraense estava ávido por práticas que instrumentalizassem o sentimento pátrio, expresso nos versos do hino brasileiro.

Observa-se, contudo, que nos anos iniciais da República no Estado Pará, os festejos escolares buscavam reunir o maior número possível de alunos, pais e professores, a busca pela visualização coletiva do entusiasmo cívico vivido no seio do ensino paraense precisava ser evidenciada, o signo festivo se constitua uma das ferramentas principais da educação primária.

Desde então, as festas escolares passaram a ser eventos rotineiros do cotidiano escolar paraense, em cada grupo se via a expressão republicana no ensino, sua visualização não se resumia apenas aos limites dos grupos, as ruas da capital do Estado se constituíam o palco por onde crianças eram direcionadas a evidenciar seu amor à pátria brasileira. Com relação a isso, McLaren (1991, p. 70) salienta “que os rituais são parte da vida humana cotidiana, incluindo atividades seculares”. Em vista disso, as festas escolares foram tomadas no Pará como rituais das práticas educativas das escolas.

Ainda sobre o dia 25 de outubro de 1902, a revista **A Escola**, nº 31, evidencia na seção “Festas escolares” o passeio escolar do Grupo José Veríssimo, promovido pelo seu diretor, o Sr. Cesar Pinheiro. Esse passeio foi muito elogiado pelo editorial desse impresso, por se constituir um momento onde os alunos tinham a oportunidade de realizarem atividades não somente cívicas, mas também de cunho esportivo, fora do espaço escolar. A orientação era que tais momentos se perpetuassem no ensino, como se elucida as orientações do editorial da revista:

Aproveite o esforçado diretor os passeios para encetar os jogos e brinquedos apropriados às idades dos alunos, esforçando-se por manter na ordem indispensável a alegria, a expansão de um dia de folgado, visando o duplo e salutar fim que a pedagogia tira de tais brinquedos – recrear o espírito instruindo-o, e exercitar os membros, brincando (PARÁ, A Escola, 1902, p. 37).

O texto mostra que as festas escolares, além de possibilitarem o desenvolvimento do sentimento pátrio, deveriam proporcionar o lazer e o divertimento dos alunos que ali participavam. Essa era a orientação oficial, contudo, sabe-se que entre o discurso oficial, o que Chartier (2002) chama dentre a escrita do Estado e o discurso instrumentalizado, existe uma certa diferenciação, isto é, do que se estabelece e do que se excuta. A simbologia das festas e seu caráter cívico,

modelador de reordenamento de perfis e práticas, eram o ponto de partida no ensino paraense, conseqüentemente eram muito mais evidenciados, deixando-se de lado o desenvolvimento de atitudes de entretenimento entre os alunos.

Outro momento interessante sobre os discursos cívicos e pátrios instrumentalizados nas festas escolares deu-se no ano de 1904 em alusão as comemorações do dia 7 de setembro, liturgia também destacada nas páginas na revista **A Escola**, de nº 54, desse mesmo ano.

Esse momento festivo configurou-se como um desfile escolar, guiado pela liderança do Tenente coronel Aureliano Guedes, responsável por conduzir cerca de 35.000 crianças e juventude da capital paraense, tendo a representação do ensino primário e normal, do grupo escolar José Verissimo, grupo escolar do 2º Distrito, Grupo de Santa Luzia, os Institutos Lauro Sodré e Gentil Bittencourt, Escola Normal, Ginásio Paes de Carvalho, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Comércio e a Faculdade de Farmácia.

Tratou-se de um desfile estandarte, onde a magnitude do ensino precisava ser vislumbrada por todos os atores que compunham esse cenário festivo, tanto para alunos e professores, quanto para os que, como plateia, tinham a oportunidade de serem contagiados pelo sentimento de orgulho pátrio ali propagado.

Esse momento litúrgico, igualmente às demais festividades cívicas escolares, seguia a ordem e uniformidade do patriotismo republicano, tudo era muito bem organizado. Em todos esses eventos, havia uma certa preocupação com o tempo e o espaço, como também com as pessoas que participavam desse cenário. A forma de apresentar-se nesse espaço e tempo era o que se tinha de mais valioso para os momentos de expressão do orgulho cívico e pátrio no Estado.

Desse modo, esse desfile, sob a administração militar, foi conduzido ao estilo de marcha, concentrando os alunos das instituições participantes às 08 horas da manhã, na praça Saldanha Marinho. Essa praça era o palco do ritual para as festas cívicas escolares, onde a sociedade republicana, poderia visualizar o ordenamento educacional do Estado pela forma como os pelotões de crianças eram organizados. Os alunos, devidamente uniformizados, desempenhavam o papel ao qual lhe incumbiam. Algumas meninas atuavam como porta-estandartes e deveriam orgulhosamente levar o estandarte ou bandeira da instituição ou grupo que representavam. Foi assim que seguiram pelas ruas da capital, em trajeto

cuidadosamente pensado e finalizado às portas do Palácio Municipal, situado na Praça da Independência.

Ocorrência interessante nesse evento, diz respeito à forma como essas crianças e jovens se apresentavam nesses desfiles como cita o editorial no impresso **A Escola** nessa edição, “o traje destas, organizado com esmerado gosto, tornou-se de digno encômios unânimes, pela elegância leve e graciosa que tanto agradou” (PARÁ, A Escola, 1904, p. 292). Assim, cada instituição apresentava-se com uma cor, de forma a cativar não apenas os corações de seus expectadores, mas aguçar na sociedade presente, o olhar para belo, o culto, o civilizado, o bem vestir-se, a imagem do cidadão ordenadamente culto e limpo para a nação que se formava. Como ressalta o editorial da revista **A Escola**:

Os alunos do Grupo Normal, que abria o pretexto, trajavam branco; os da Escola Normal, 1º ano, trajavam amarelo; 2º verde, 3º róseo; e o 4º azul. As alunas do instituto Gentil Bitencourt envergavam vestidos brancos com laços azuis e chapéus pardos, de palha, com elegantes laços de tufo azuis. Seguiam-se lhes os grupos escolares da capital caprichosamente organizados; cujo traje era, como os demais já mencionados, muito graciosos e apropriados aos grandes dias (PARÁ, A Escola, 1904, p. 293).

Essa organização, em seus aspectos estéticos, de ordem e disciplina, foi alvo de elogios por parte de Augusto Montenegro e autoridades administrativas e políticas que assistiam da janela do Palácio Antônio Lemos o desfile escolar. É salutar aqui realçar que boa parte desses desfiles terminavam em frente a essa instituição, que acompanhavam de forma a garantir a sua visualização e prestígio pelas autoridades que visualizam o desfile pelas janelas do Palácio Antônio Lemos. A passagem e encerramento em frente ao Palácio reafirmava o respeito social às autoridades republicanas constituídas, enfim, representava o compromisso de cada criança tinha que ter com a sociedade e suas autoridades.

Sobre as festas escolares, a edição nº 54 de setembro de 1904 da revista **A Escola**, buscou promover todo um sentimento alegre e festivo que a República irradiava no ensino primário paraense, sobretudo nos grupos escolares. Os esforços para a realização e manutenção do orgulho pátrio partia de todos que faziam da escola o palco dos feitos republicanos. Com relação a esses atores do cenário festivo escolar, destaca-se, nesta seção, a professora Rosa Costa, normalista do 4º grupo escolar, José Veríssimo, situado na praça Santa Luzia, oradora da festa realizada nesse grupo no dia 25 de setembro.

Essa solenidade ocorreu em comemoração ao aniversário de fundação da referida instituição de ensino e seguiu todo o ritual cívico de apresentações públicas, algo característico das celebrações escolares republicanas. Sob a direção do Professor Coronel Guimarães, o momento festivo foi motivo para que as dependências da escola fossem tomadas por ornamentos das mais variadas pompas, tudo deveria estar muito bem limpo, perfumado e arrumado. Como já mencionado nesta seção, a ordem e o tempo eram pontos fundamentais do caráter disciplinador que demarcavam essas celebrações. Sobre isso, sublinha o impresso **A Escola**:

O vasto edifício, onde funcionava o grupo foi elegantemente ornamentado, as mesas cobertas de perfumosas flores, e tudo ali indicava a exuberância de alegria em que sobrenadavam aqueles corações, desde o provector diretor e o competente corpo docente até a meninada travessa e folgaza, que, entretanto, durante ao ato, conservou-se em perfeita ordem – sinal de que ali a disciplina não é uma palavra (PARÁ, A Escola, 1904, p. 361).

Dessa forma, seguindo o programa festivo organizado pelo diretor do grupo, às 6 horas da tarde desse dia, o secretário da Instrução Pública do Estado, o Sr. Genuíno Amazonas Figueiredo, presidiu a festividade que iniciou com a execução do Hino Infantil, entoado por todo alunado daquele grupo, em seguida, a professora Rosa Costa pronunciou seu discurso. Houve ainda apresentação de peça teatral, leituras de poesias, finalizando com a participação de todos os presentes no canto do Hino Acadêmico, de autoria do maestro Carlos Gomes.

Sobre essa festa em especial, dois pontos se destacam, o primeiro diz respeito ao teor da peça teatral apresentada durante a festa, o segundo se refere ao discurso proferido pela professora Rosa Costa. Sobre a peça “Abaixo as palmatórias”, encenada pelo grupo escolar, a mesma expressava de forma lúdica e cômica o combate aos castigos escolares. Sabe-se que o projeto de educação republicana, posto em execução no Estado, teve como um dos seus propósitos romper com algumas práticas que marcaram a educação imperial, como os castigos físicos, já discutido na segunda seção desta pesquisa.

Já com relação ao discurso da professora, destaco a forma como ela se colocava na cerimônia. Julgava ela não possuir o dom da palavra para aquela liturgia. Ela não se via como uma intelectual dotada de fala culta, como bem acentua em suas palavras publicadas no impresso **A Escola**

[...] taxareis de temerária a audácia com que me apresento perante tão douta assistente, instigando vossa atenção com frases desalinhas, sem arte e

sem expressão, como só sabem conferir aqueles a quem falecem por completos os dons da palavra e o mérito intelectual.

Mas como furta-me a trazer a estas crianças o meu limitado contingente neste momento em que a alegria transborda de seus juvenis corações?

[...].

Singela, como a vossa festa, será a minha fala, e por isso mesmo mais ao alcance de vossas tenras inteligências (ROSA COSTA, 1904, p. 297).

No discurso, a professora ressalta a missão que lhe foi confiada, a de exaltar a instrução como quesito necessário para uma vida culta e civilizada, garantia de progresso e crescimento da nação. Mesmo que a sua apresentação fosse vista sem arte e expressão, considerava-se uma pessoa dotada de espírito cívico, capaz de fazer germinar nos corações infanto-juvenis, o amor pela grandeza da pátria. Para ela, uma boa nação se constituía de cidadãos cultos, educados e instruídos sob os preceitos republicanos. Como revela sua fala:

Isso me obriga mais do que um dever: a obrigação restrita que temos nós os que abraçamos a missão de desenvolver a inteligência e aperfeiçoar a alma desses pequeninos seres - de nos devotarmos a eles na sublimidade de um sacerdócio, sofrendo todos dissabores, arrostando todos os sacrifícios (ROSA COSTA, 1904, 297).

Nessa ótica, o desejo em construir a imagem de uma escola que instrui, educa e disciplina, promotora dos preceitos cívicos e pátrios, a administração do ensino do Estado, não apenas centrava suas atenções sobre as práticas docentes e programas de ensino, mas sobre todas formas cabíveis de exaltação de elevação do espírito republicano. Entre essas formas, que se somavam aos mecanismos de vanglória do republicanismo no Pará, os oradores dos festejos cívicos se colocavam como exímios porta-vozes da República no ensino.

A professora Rosa Costa (1904) chegou a exaltar em seu discurso, na festa escolar de 25 de setembro, o grande valor destinado às festas no ensino, que no seu entender se colocavam como momentos de valorização da instrução, na medida em que proporcionavam o crescimento do espírito cívico, assim como do espírito literário, como bem declara em sua fala na página do impresso **A Escola**:

[...] Com tal intuito foram instituídas as festas escolares, que vos proporcionarão o ensejo de aprimorardes vosso espírito, iniciando vosso cultivo literário, despertando em vós o sentimento do belo em todas as suas múltiplas modalidades.

Elas visam mais a incentivar vosso amor pelo estudo, a estimular vosso afã em adquirir a instrução, tão necessária à vida social como o é para a vida orgânica o ar que respiramos (COSTA, 1904, p. 298).

A fala da professora revela a posição ocupada pela instrução nas festas escolar como condição de progresso, e por diversas vezes em seu discurso pôde-se observar a exaltação que a docente direciona para o ensino sistematizado, agregado aos conhecimentos das artes e da ciência, pontos imprescindíveis para alavancar a nação e obter o progresso nacional. É certo que a professora Rosa Costa realça a responsabilidade desse progresso para a criança, exemplificada em suas palavras pelo termo “amiguinhos”, sendo que seria ela e por meio dela que o progresso nacional alcançaria seu êxito “Vede, pois, amiguinhos, [...], e convencei-vos de que a grandeza da pátria depende do grau de instrução de seus filhos” (COSTA, 1904, p. 299).

Chartier (2002), ao tratar sobre a intencionalidade de textos de intelectuais, aponta que estes passam a difundir em seus discursos, o produto de uma leitura individual sobre determinada realidade, sabendo que as representações sobre estes discursos serão construídas por seus leitores. Entretanto, na compreensão de (CHARTIER, 2002, p. 61), “nem sempre a intenção do intelectual será revelada nas práticas de seus leitores [...]”. Isso dependerá da combinação dos seus fragmentos ao criar o desconhecido no espaço organizado pela capacidade que eles possuem de permitir uma pluralidade indefinida de significações.

4.3 A FESTA PELOS VERSOS: O ENSINO CÍVICO EM HINOS E POESIAS

*Saudemos companheiros,
A luz d'esta alvorada
Propicia, brasileiros,
A nosso pátria amada!*

*Carlos Tobias, **Hynno Escolar**, 1904.*

O ávido sentimento ufano que nutre os versos da epígrafe acima, retirada do Hino Escolar, composto por Carlos Tobias, nos anos iniciais do republicanismo no Pará, traduz um convite às crianças e à juventude paraense para o ensino, revelado nesse hino como “A luz da alvorada”, sem ela, a criança ou o jovem estaria destinado ao obscurantismo do atraso. Essa luz, redentora, capaz de anelar nos corações e mentes a esperança, é posta pelo autor como a válvula de escape do mundo sombrio do analfabetismo e do status de não civilizado. É essa luz de ensino a grande

responsável pelo progresso brasileiro, a única, segundo o autor, capaz de propiciar inclinações patrióticas sobre a pátria almejada nos corações infanto-juvenis.

Com esta breve discussão sobre o coro do Hino Escolar destacado na revista **A Escola**, nº 54, de 1904, destaco o ensino cívico disseminado pelas poesias e hinos escolares, ressaltando que essas composições se estabeleceram no ensino primário paraense como um ornato perfeito para as celebrações cívicas das escolas, além de se agregarem aos conteúdos das leituras diárias desses alunos, compondo assim o rol curricular da proposta de educação republicana que se utilizou de diversos artifícios para pôr em prática seus ideais.

Sobre a apropriação desse gênero literário pelo ensino no Pará, aponto a sua valiosa contribuição em legitimar, no seio do ensino primário, o caráter amoroso, sereno e impávido do que significava ser patriota. Baseada nessa forma romântica de nacionalismo e patriotismo incutido pelos versos no ensino, torna-se necessário salientar que o discurso literário, ainda que ficcional, procurou trazer aos corações das crianças e jovens paraenses a esperança de que pelo ensino pátrio se obtêm o status de cidadão culto, civilizado e honrado socialmente, embora diferente da realidade da periferia da cidade.

Para elucidar essa questão, Sevcenko (2003) acentua que o advento da República no Brasil rompeu com encadeamento hegemônico social do país, incentivando diversos agrupamentos sociais e sócio profissionais para a disputa de um novo espaço público, o qual segundo esse autor, favoreceu uma certa criatividade cultural, baseada em valores e condutas, tidas por cada grupo como padrões aceitáveis de condutas sociais. Nesse movimento, de justa ordenação social, a imprensa assumiu papel categórico diante das várias formas culturais de manifestação das concepções que emergiam no meio social, o uso da literatura como missão¹⁶ foi uma delas, como discute em:

Não há dúvida, pois, de que a literatura, graças em grande parte ao carisma prodigioso herdado do romantismo do século XIX, gozava de um prestígio ímpar nesse período, soando mesmo como sinônimo da palavra *cultura*. Políticos, militares, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, ou simples funcionários públicos, todos buscavam na criação poética ou ficcional o prestígio definitivo que só a literatura poderia lhes dar [...] (SEVCENKO, 2003, p. 274).

¹⁶ Para o aprofundamento dessa discussão, ver o capítulo VI – Confronto categórico: a literatura como missão em Sevcenko, Nicolau. op. cit. p. 235-284.

Com relação a esse caráter ficcional do gênero literário, hei de concordar com Cordeiro (2005), quando expõe que aquele que compõe e escreve está incluso em um determinado tempo e espaço histórico, e os meios com os quais esse tipo de material é produzido, é regado por aspirações e convicções do que circunda o autor que produz. Trazendo esse entendimento da literatura e sua relação com a história, sublinho que no campo da historiografia, o que vem a público, é fruto da forma como as relações históricas são apresentadas à sociedade, pois o fato histórico surge de uma narrativa com peculiaridades aproximadas à da literatura. Nesse aspecto, me arrisco a dizer que o que vem a público na história possui a marca daquele que narra um fato histórico, movido por suas escolhas e convicções sociais, políticas, culturais e por que não dizer, suas inclinações religiosas.

No tocante às práticas de leitura pelas poesias e hinos em momentos festivos no ensino no Pará, não posso, de forma alguma, deixar de mencionar as contribuições de Chartier (2002) que, ao discutir os textos, impressos e leituras, assinala sobre o “caráter todo-poderoso do texto, e o seu poder de condicionamento sobre o leitor” (CHARTIER, 2002, p. 121), o que significa dizer que ao historiador compete o cuidado sobre a forma como um texto é produzido historicamente, imbuído de sentidos e significações, sabendo que para cada tempo histórico existem formas e gestos de leituras, as quais definem o leitor que delas se apropriam. Ainda para esse autor, o leitor é o sujeito pensado e comentado por aquele que produz o texto, para desenvolver uma leitura correta e autorizada, universalizando assim o sentido único da leitura, capaz de tornar um texto o mesmo para todos aqueles que dele tomam posse.

Para acrescentar às teorizações de Chartier, trago Sevcenko (2003), o qual expõe em suas análises sobre o uso de textos literários na República que “não era a literatura que reproduzia a realidade, mas a realidade que reproduzia a literatura”. Para esse teórico, o que se via era “liberdade condicional de criação” (SEVCENKO, 2003, p. 272), em que o escritor possui uma certa liberdade em sua produção discursiva, influenciado pelo que lhe move, suas convicções, valores, crenças, o que, para esse autor, são características obtidas ou suggestionadas pela sociedade. Assim sendo, esse personagem que discursa e compõe, está inserido, no seu tempo e espaço.

Não tenho a intenção de aprofundar as discussões de cunho literário, mas, me apropriar de análises que ajudem a compreender as poesias e hinos expressos na Revista **A Escola**.

4.3.1 A festa do ensino cívico no Pará pelos hinos

*Luz pedimos! Luz queremos!
Luz bendita da instrução!
Só por ela e que teremos
Desta pátria a salvação*

*Jorge Pires de Godoy, **Hino Infantil**, 1904.*

Os versos do segundo coro do Hino Infantil, escrito pelo jornalista e poeta Jorge Pires de Godoy¹⁷, publicado na revista **A escola**, nº 54, de 1904, soavam entre os ouvidos ávidos dos alunos participantes da festa do grupo escolar do 4º Distrito, no dia 25 de setembro desse ano, como um estrugir de trombetas que anunciavam a chegada de um novo tempo, um tempo de luz que naquele momento acabaria por trazer às crianças perdidas, a esperança. Assim enunciam-se os versos do Hino Infantil:

Hino Infantil

Da instrução, que é fanal rutilante,
Nós ansiosos buscamos a luz,
Que ainda embora de nós bem distantes,
Ao porvir nossos passos conduz.

Peregrinos na estrada da vida,
Procuramos ideal Chanaan,
Onde a terra é virente e florida.
Onde surge uma aurora louçã.

Coro

¹⁷ Jorge Pires de Godoy, foi um homem das letras. Sendo jornalista, poeta, proprietário e redator da “gazeta do Amparo”, esteve engajado na idealização, organização e publicação de Almanques do amparo. Amparo se constitui um município do interior do Estado de São Paulo. Durante o período de 1888 a 1916, esse poeta se propôs em tornar seu município conhecido nacionalmente, tendo suas produções poéticas reproduzidas em outros impressos no país. Para aprofundar essa discussão sobre a vida e obra deste intelectual ver VIEIRA, Bruno Felipe. Os Almanques da cidade de Amparo e sua potencialidade como documentos portadores de memórias e histórias, educação e Barbárie – Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

Luz queremos! Luz buscamos!
 Luz divina da instrução!
 É a ventura que anelamos,
 Nossa ardente inspiração!

É de longe que vimos, contentes,
 Procurar essa luz que fulgura
 Cá na escola, com raios fulgentes,
 Qual estrela do espaço na altura.

E daqui seguiremos sorrindo,
 A conquistar do belo porvir,
 Que, qual áureo arrebol, vem surgindo
 Entre rosas gentis a florir.

Coro

Luz pedimos! Luz queremos!
 Luz bendita da instrução!
 Só por ela é que teremos
 Desta pátria a Salvação!

Nossos Mestres amigos chamamos:
 É por eles que temos a luz!
 Brasileiros, avante marchamos!
 Somos filhos da terra da Cruz!

Ao porvir caminharemos cantando,
 Sorridentes de doce alegria:
 E da aurora que vem despontando
 Que há de à Pátria raiar novo dia!

Coro

Luz queremos! Luz pedimos!
 Luz amada da instrução!
 Neste canto já exprimimos
 Nossa eterna gratidão!

Quando, longe da quadra infantil,
 Desta casa estivermos distantes
 Inda o nome do Brasil
 Saudaremos em hinos vibrantes!

E da Escola a lembrança querida,
 Aos amados do meio Jesus,
 - (Pois aqui começou nossa vida) –
 Há de encher sempre as almas de luz

Luz já temos! Luz amada!
 Luz celeste da instrução!
 Do raiar desta alvorada
 Surge o vivido clarão!

(GODOY, 1904, p. 330)

O Hino Infantil trazia em suas rimas o sentimento visceral sobre o que significava a instrução para o avanço da nação. Ao apresentar à criança um novo mundo, o compositor dos versos desse hino, trazia aos corações o vislumbre de um

mundo almejado por todos “Peregrinos na estrada da vida” sem rumo, como realça o verso da segunda estrofe do hino. A busca pela “aurora louçã”, de grande beleza e garbo fundava-se no desejo de ascensão social de toda criança pensada por Godoy (1904), às crianças, restava-lhes apenas o prostrar-se diante da “terra de Luz”, a formosa pátria, a “terra da cruz”. Talvez essa criança se perguntasse: Como poderei trilhar esse caminho? Onde encontrarei essas respostas? Quem poderia me auxiliar nessa busca?

Essas questões foram muito bem pensadas e ajustadas pelo poeta ao compor esses versos, pois ao mesmo tempo em que ele descreve um cenário vazio e sem rumo para os que não seguiam o único caminho de status social pátrio, ele apresenta as possibilidades de escape do mundo avesso que a República proporcionava. É claro que, mesmo diante das incertezas e inseguranças que ora ou outra o hino permite pensar sobre o real estado infantil, ele apresenta a figura do professor como “mestre amigo”, o farol que guiará os pequenos infantes à luz, luz entendida como a instrução, mas e a escola, onde estaria nessa busca? A escola é entendida nesse hino como templo de civilização como define Rosa Fátima de Souza (1998), ela seria o lugar onde se obteria o “belo porvir”, os “raios fulgentes”, como descrevem a 3ª e 4ª estrofe.

Não se pode perder de vistas que todo discurso de “vida vazia”, vivida pela criança sem instrução, descrita pelo Hino Infantil, se dá para que tanto a criança quanto a sociedade reconheçam sua responsabilidade e compromisso com a construção da nação.

Nesse seguimento, a responsabilidade para obtenção de um país culto, moderno, científico, forte e grandioso não somente em povos, mas em estruturas territoriais, econômicas e agrícolas, recaía sobre o pequeno ser, a criança, o cidadão que ali estava sendo gestacionado, moldado mediante ideais claros e precisos do projeto republicano. À criança se exigia o compromisso cívico e pátrio, era o seu dever seguir o que lhe era posto, não existia outro caminho a ser seguido, do contrário, estaria esse pequeno ser fadado ao fracasso e insucesso social.

As palavras de ordem como “avante” e “marchamos”, anunciavam e convocavam todos para a marcha, rumo a um país forte, a uma nação honrada. O entusiasmo ufanista da marcha melódica que o hino soava adentravam aos ouvidos das crianças do ensino paraense, como refrigerio que nutria seus corações. Contudo, esse tipo de produção literária uniformizava o sujeito, isto é, os padronizava em seus

anseios, convicções e escolhas, arrisco aqui em dizer que, de certa forma, essas crianças não tinham escolhas, o “encanto” republicano se colocava como única opção para suas vidas.

Mediante o exposto, faz necessário apontar que o Hino Infantil era adotado em boa parte das festas escolares da capital, sendo cantado logo após o Hino Brasileiro, o que mostra o quão grande era o seu destaque. Ainda sobre a valorização dessa composição no ensino do Pará, é salutar frisar que de acordo com os estudos de Vieira (2011), os versos patrióticos desse hino alcançaram repercussão por todo o território nacional. Seu compositor não mediu esforços para que isso fosse realidade no cotidiano das escolas de todo país.

4.3.2 A festa do ensino cívico no Pará pelas poesias

*Crê no Dever e na Virtude!
É um combate insano e rude
A vida, em que tu vais entrar.
Mas, sendo bom, com esse escudo,
Serás feliz, vencerás tudo:
Quem nasce, vem lutar*

Olavo Bilac, O Credo, 1904

“Dever” e “virtude” são as palavras de ordenamento que iniciam a 1ª estrofe dos versos que compõem a poesia “O Credo”, de autoria do jornalista e poeta Olavo Bilac, publicada na revista **A Escola**, nº 47, de 1904. “O Credo” fazia parte do rol de poesias que constituíam o livro **Poesias Infantis** de Bilac, livro este recomendado aos professores paraenses nos anos iniciais da república paraense.

O redator da revista **A Escola**, Arthur Vianna, enaltece na edição de nº 47, do ano de 1904 desse impresso, o valor moral e poético que a produção de Bilac traria para o ensino no Pará, como evidencia em suas palavras:

Olavo Bilac, porém, empunhado a sua pena laureada, soube escolher os assuntos, soube trata-los convenientemente, de modo a fazer vibrar os

sentimentos afetivos da criança, faltando-lhe ao coração a linguagem terna do amor pelo lar, pelos pais, pela humanidade, pela pátria e pelos pobres (ARTHUR VIANNA, 1904, p. 182)

Arthur Vianna foi enfático ao considerar a produção literária de Bilac como “uma joia” para o ensino no Pará, pelo compromisso do poeta em valorizar em seu livro os ensinamentos de cunho moralizador. Outro ponto destacado pelo redator da revista **A Escola**, é que o respeito pela obra de Bilac dava-se pela sua postura política, republicano e positivista que era, procurava não se deixar influenciar pelas amarras do velho molde literário e político do regime anterior, mas enveredava pelos caminhos das ideias modernas, uma vez que a moral pátria educadora se entrelaçava pelo encantamento poético das poesias doces que compunham o livro **Poesias Infantis**, por fim, tinha um só objetivo: “lançar nos pequeninos peitos a centelha fecunda do patriotismo” (ARTHUR VIANNA, 1904, p. 184).

Esse cunho moral e patriótico se revela na poesia em questão:

O Credo

Crê no Dever e na virtude!
É um combate insano e rude
A vida, em que tu vaus entrar.
Mas, sendo bom, com esse escudo,
Serás feliz, vencerás tudo:
Quem nascer, vem lutar.

E crê na Pátria! Inda que a vejas,
Presas de ideias malfazeadas,
Em qualquer época, infeliz,
- Não a abandones! Porque a Glória
Inda has de ver numa vitória
Mudar cada uma cicatriz.

E crê no Bem! Inda que, um dia,
No desespero e na agonia,
Mais desgraçado que ninguém,
Te negas pobre e injuriado.
Perdoa o mal! E crê no Bem!

E crê no Amor! Se pode a guerra
Cobrir de sangue toda a terra,
Levando a tudo a assolação,
- Mas pode, límpida e sublime
Caindo sobre um grande crime
Uma palavra de perdão!

(BILAC, 1904, p. 183)

Fato que chama a atenção sobre a 2ª estrofe da poesia em análise é a chamada para o despertar infantil sobre os entraves que de repente a pátria sofreria para se firmar. O autor, ao mesmo tempo em que convoca os corações infantis

para a marcha pela pátria, alerta sobre as dificuldades, descontentamentos e incertezas sobre o novo país que se anuncia. Contudo, Bilac (1904), acalenta os pobres corações ao dizer “Não abandonem! Porque a Glória Inda há de ver vitória”. (OLAVO BILAC, 1904, p. 183). Portanto, não havia motivos para incertezas ou medo, no final, a nação brasileira seria gloriosa, o progresso nacional era assim capaz de sarar todo sentimento duvidoso das crianças.

A poesia de Bilac publicada na revista **A Escola**, apresentava o desejo de civilizar, a poesia “O Credo” revela nitidamente essa intenção dentro de um eixo ordenado pelas principais palavras utilizadas pelo autor. O dever, a virtude, a pátria, o bem e o amor se colocam como a pedra fundamental para a formação do “menino pátrio” e a leitura do livro de Bilac era, no entender de Arthur Vianna, uma espécie de “catecismo”, revelando assim a ideia de que o ensino cívico e patriótico deveria sim ser tomado como uma religião a ser seguida, e cabia à criança conhecê-lo, sendo fiel e temente aos seus dogmas. É o que Marta Carvalho (2011) chama de “conhecer para vencer”, a mentalidade infantil era o solo fértil, devendo ser arado e preparado para receber as boas sementes, as quais, nesse caso, seriam as ideias republicanas. Para essa autora, esse era o projeto maior do governo republicano, ter os problemas políticos, econômicos, e sociais sanados pela instrução.

Assim, as festas cívicas escolares ou cerimônias cívicas escolares e festas escolares se apresentavam na educação primária paraense como momentos de representações e práticas cívico-patrióticas para o ensino. As práticas ritualísticas por elas evidenciadas mostravam a arte de civilizar as crianças paraenses na República.

5 CONSIDERAÇÕES

A discussão realizada neste estudo acerca dos saberes e práticas cívicas e patrióticas que circularam nas revistas **A Escola** e **Revista do Ensino**, para o ensino primário no Pará republicano, entre os anos de 1900 e 1912, foram realizadas partindo da inserção dos impressos pedagógicos paraenses, utilizados neste estudo, como mecanismos essenciais no processo de institucionalização da ordem republicana instaurada no ensino no Pará.

Esta pesquisa privilegiou-se do lugar ocupado pelos discursos difundidos pelos impressos no ensino primário paraense, e do reconhecimento dos diversos mecanismos utilizados pela diretoria da Instrução Pública do Estado do Pará, para institucionalizar, afirmar e legitimar o ideário republicano, pensado pela intelectualidade da época.

As fontes analisadas possibilitaram visualizar que a educação republicana, pensada para o Pará, foi firmada por vários vieses. Se por um lado o ideário cívico e patriótico paraense tentou acompanhar os ideários franceses, por outro, encontrou dificuldades em fazer plasmar no ensino as práticas renovadoras. A realidade paraense buscou assentar um novo perfil social de homem, em amplos aspectos, diferente da realidade europeia. Essas diferenças se afirmavam até mesmo nas condições físicas do espaço escolar oferecido, além das precárias condições de formação dada aos professores, que naquele momento, era a peça chave na execução das propostas republicanas.

Há de se considerar que o solo onde procurava-se lançar as “sementes da instrução”, como fator determinante para a cultura dita civilizada e moralizante, era aquém da realidade dos países tomados como referência. Fato este constatado nas representações discursivas dos intelectuais que escreviam a revista **A Escola** e **Revista do Ensino**.

Na análise das representações discursivas acerca dos saberes cívicos e pátrios, a concepção higienista de educação, defendida pela intelectualidade médica científica, assume papel basilar, para constituição do pensamento racional moderno no ensino, e por que não dizer na sociedade paraense.

Nessa direção, o estudo mostrou que a preocupação acentuada do poder com o espaço escolar, sua constituição interna e externa, bem como o cuidado com o

corpo e a mente da criança, revelou que estava em jogo, nessa trama da rede de significados discursivos, a propagação da imagem de um estado forte, de sociedade sadia e em pleno desenvolvimento social.

Percebeu-se que a revista **A Escola** pouco trouxe para discussão as doenças que alarmaram o índice de desenvolvimento social do Pará, sobretudo a respeito das crianças. Contudo, o discurso pela valorização da criança saudável, livre de moléstias, habitando um espaço escolar limpo e adequado, ficava a cargo apenas dos discursos do médico Lira Castro e do professor Cônego Pinheiro. Este fato permite inferir que, no período de 1900 a 1904, os aspectos que talvez pudessem comprometer a imagem de uma cidade limpa e sadia em pleno desenvolvimento, não poderiam concorrer com o entusiasmo republicano.

As análises revelaram ainda que os discursos pela valorização da saúde da criança e a preocupação com o espaço escolar, como condicionante dessa saúde, ganharam maior destaque na **Revista do Ensino**, por ser constituir um impresso de inclinações mais acentuadas para a propagação do saber científico, reafirmado pela seção “Higiene Escolar”, contida nesse impresso. Assim, será que a saúde para a escola, como espaço institucional, abrangia todos os espaços escolares públicos onde o ensino estava destinado a funcionar?

Igualmente responsável por arquitetar a educação cívico-patriótica no Pará, a educação de base nacionalista visava a formação da criança cidadã, reconhecida como soldado da nação, apta e disposta a defender, sua bandeira e seu país, cumpridora de seus deveres com sua família e sociedade. Em defesa da educação, nos discursos analisados, viu-se a ênfase sobre termos como “educação” e “instrução”, todavia, a referência desses termos como condicionantes de se fazer formar crianças virtuosas e exímias cidadãs, detonaram certa ausência, do que de fato significam esses termos entre os intelectuais que atuavam como colaboradores dos impressos **A Escola** e **Revista do Ensino**, somente os discursos médicos procuravam aclarar suas diferenciações, ao entenderem a educação em relação as condutas físicas e morais e a instrução ligada às condutas intelectuais.

Por meio desses discursos, foi possível perceber como a educação primária paraense foi constituída em meio a um cenário republicanistas. Assim sendo, a história desse republicanismo no ensino se assenta em meios aos discursos de mulheres e homens como: Virgílio Cardoso, Augusto Olympio, Cônego Pinheiro, Augusto Montenegro, Gemina Rodrigues, Stellina Valmont, Rosa Costa, Lira Castro,

Araripe Junior, Olavo Bilac, entre outros, os quais visualizavam a educação como porta de alcance para um país novo, portador de uma nação remodelada.

No Pará, os impressos pedagógicos **A Escola** e **Revista do Ensino**, assumiram papel fundamental nas orientações das práticas dos docentes no período de 1900 a 1912, em especial da educação primária paraense, fazendo circular informações dos mais variados assuntos como: orientações sobre os programas de ensino, conteúdos, métodos, notas sobre o ensino na capital e no interior, uso de livros escolares, exames, festas escolares, conferências cívicas, poesias, hinos, legislação educacional, pronunciamentos da diretoria da instrução pública, relatório dos diretores dos grupos escolares da capital e do interior, além de artigos dos mais variados assuntos que discutiam a educação paraense e suas práticas.

Esses impressos difundiam discursos de intelectuais e profissionais liberais das mais diversas áreas do conhecimento, na sua maioria, médicos e professores, os quais movidos por discursos científicos, progressistas e nacionalistas, engajavam-se na atuação pública e administrativa do Estado do Pará, ocupando cargos que iam desde o governo do Estado, direção de inspeção sanitária e magistério – cargos estratégicos para se propor orientações para a educação. Convém frisar que os discursos médicos foram os que mais predominavam nos impressos analisados. Esses profissionais encontravam nos periódicos pedagógicos do Estado, um meio para divulgar suas teorias na sociedade, fazendo valer seus interesses, no que tange a uma sociedade homogeneizada e civilizada, a qual viesse atender o perfil social ao qual a República se propunha.

Outra questão que merece destaque é forma como a **Revista do Ensino** se posiciona acerca das festas escolares, diferentemente do impresso **A Escola**, sua abordagem quanto aos momentos de glorificação do ensino paraense se colocava de forma muito mais direta e sucinta, com ênfase principalmente para as cerimônias de colações de grau das instituições de ensino, para os momentos de exercícios coletivos que, em sua maioria, primavam para os torneios de declamação de leituras, os quais nada mais eram do que momentos onde diferentes grupos escolares reuniam seus alunos para as leituras públicas e entrega de prêmios, e para as exposições de desenho e pintura.

Algumas questões se colocaram durante esse estudo que apontam para novas pesquisas. O que pode ter gerado a ausência de publicações de impressos destinados a orientação do ensino primário entre os anos de 1905 e 1910? Qual a

razão da **Revista do Ensino** não enfatizar, de forma detalhada, em suas páginas, as festas escolares, se entre os seus objetivos, estava a veiculação do dia a dia das escolas primárias? Por que as cerimônias, como as conferências cívicas e desfiles escolares, não eram tão evidenciadas na seção “Festas Escolares” da Revista do Ensino durante os anos de 1911 e 1912? Essas questões suscitam novas investigações.

Esta pesquisa buscou discutir os saberes cívicos e pátrios e a constituição do ideário cívico e patriótico pensado para o para no período de 1900 a 1912, e abre possibilidades para futuras pesquisas que queiram se utilizar dos impressos pedagógicos paraenses como instituições educativas que educam, instruem, modelam, ordenam, moralizam e ritualizam os saberes e práticas educativas, necessários para formar a criança cidadã republicana.

FONTES DOCUMENTAIS

REGULAMENTOS

PARÁ. Governo do Estado. **Regulamento Geral da Instrução Pública reorganizado pelo Decreto nº. 625 de 2 de janeiro de 1899.** Pará - Brasil: Tipografia do Diário Oficial, 1889.

RELATÓRIOS

PARÁ. **Relatório referente ao ano de 1899, apresentado ao Exmo Sr. José Paes de Carvalho, governador do Estado.** Pará – Brasil: Tipografia do Instituto Lauro Sodré, 1899.

_____. **Relatório referente ao ano de 1909, apresentado ao Exmo Sr. João Antônio Luiz Coelho, governador do Estado.** Pará – Brasil: Tipografia do Instituto Lauro Sodré. 1909.

_____. **Relatório referente aos anos de 1910-1911, apresentado a Exmo Sr. Dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado.** Pará- Brasil: Tipografia. Instituto Lauro Sodré, 1911.

DECRETOS

_____. **Decreto nº 850 de 30 de abril de 1900, que torna obrigatória a assinatura revista A Escola para os professores primários do Estado.** Pará – Brasil: Tipografia do Instituto Lauro Sodré, 1900.

_____. **Decreto Nº 1190 de 1903, regulamentado pelo governador do Estado, o Exmo Sr. Augusto Montenegro em 1903.** Pará – Brasil: Tipografia do Instituto Lauro Sodré, 1903.

_____. **Decreto nº 1689 de 28 de abril de 1910, que reorganiza o Ensino Primário do Estado:** Tipografia do Instituto Lauro Sodré, Pará, 1910.

_____. **Decreto nº 1722 de 3 de setembro de 1910, que aprova o programa para os exames de estudos primários do Estado:** Tipografia do Instituto Lauro Sodré, Pará, 1910.

_____. **Decreto nº 1695 de 30 de maio de 1910, que orienta os programas de ensino para Educação Primária do Estado:** Tipografia do Instituto Lauro Sodré, Pará, 1910.

PUBLICAÇÕES DA DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO

VALMONT, Stellina. **2ª Conferência Cívica**. Edição Especial para Escolas: Imprensa Oficial, Pará, 1900.

ÁLBUNS

PARÁ. **Álbum de Festa das Crianças**. Descrições e fotografias, 7 de setembro: Aillaud & C^a Paria, 1905.

_____. **Álbum O Pará**, governador Augusto Montenegro, 1908.

PERIÓDICOS

A ESCOLA

ALVES, Vilhena. Sete de Setembro. **A Escola**, nº 42: Imprensa Oficial, Pará, 1903.

BILAC, Olavo. Festas Escolares. **A Escola**, nº 21: Imprensa Oficial, Pará, 1901.

_____. O Credo. **A Escola**, nº 47: Imprensa Oficial, Pará, 1904.

CASTRO, Germiniano de Lyra. Higiene Escolar. **A Escola**, nº 1: Imprensa Oficial, Pará, 1900.

_____. Higiene Escolar. **A Escola**, nº 7, 1900.

COSTA, Rosa. Discurso de Aniversário do 4º Grupo Escolar. **A Escola**, nº 54:

GODOY, Jorge Pires de. **A Escola**, nº 54: Imprensa Oficial, Pará, 1904.

JUNIOR, Tristão de Alencar Araripe. Educação Nacional. **A Escola**, nº 45: Imprensa Oficial, Pará, 1904.

CARDOSO, Virgílio. A Pátria. **A Escola**, nº 52: Imprensa Oficial, Pará, 1904.

_____. Mensagem. **A Escola**, nº 5: Imprensa Oficial, Pará, 1900.

PARÁ, Educação. Revista **A Escola**, nº 21: Imprensa Oficial, Pará, 1901.

_____. Festas Escolares. Revista **A Escola**, nº 31: Imprensa Oficial, Pará, 1901.

_____. Notas Sobre o Ensino. Revista **A Escola**, nº 45: Imprensa Oficial, Pará, 1904.

PINHEIRO, Conego Andrade. Educação. **A Escola**, nº 46: Imprensa Oficial, Pará, 1904.

_____, Educação. **A Escola**, nº 42: Imprensa Oficial, Pará, 1903.

RODRIGUES, Gemina. Conferência Cívica. **A Escola**, nº 51: Imprensa Oficial, Pará, 1904.

VIANNA, Arthur. Um bom livro. **A Escola**, nº 47: Imprensa Oficial, Pará, 1904.

REVISTA DO ENSINO

PARÁ, Educação. **Revista do Ensino do Pará**, nº 2: Imprensa Oficial, Pará, 1911.

OLYMPIO, Augusto. Notas e Notícias Educação. **Revista do Ensino do Pará**, nº 5: Imprensa Oficial, Pará, 1912.

LEÃO, Acylino de. Higiene. **Revista do Ensino do Pará**, nº 8: Imprensa Oficial, Pará, 1912.

PARÁ, Educação. **Revista do Ensino do Pará**, nº 10: Imprensa Oficial, Pará, 1912.

PARÁ, Educação. **Revista do Ensino do Pará**, nº 11: Imprensa Oficial, Pará, 1912.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Revista A Escola. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/>> Acesso em: 10 de abril de 2016

Revista do Ensino Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/>> Acesso em: 26 de abril de 2016

Dados sobre Cônego Pinheiro. Disponível em: <www.ihgp.net.br/revista>. Acessado em: 15/02/2018

Biografia de Araripe Júnior. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/araripe-junior/biografia>>. Acesso em: 10/01/2018

REFERÊNCIAS

ALVES, José Jerônimo de Alencar. **O Cientificismo da França para a Amazônia. Positivismo de Lauro Sodré**. In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (org). *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005, p. 61-75.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, C. B (org.). Fontes Históricas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.p. 23-79.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marcelo José Pereira. **Entre o diagnóstico e a terapêutica: As variáveis naturais nas representações do suicídio nos jornais de Belém na primeira década do século XX**. Revista Amazon, nº 5, 2013, p. 432-450.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo, UNESP, 1999.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da Escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. Dissertação – (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de São Paulo. Faculdade de Educação, 2007.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CASPARD, Pierre; Penélope. **Imprensa Pedagógica e Formação Contínua de Professores Primários (1815-1939)**. In: CATANI, D.; BASTOS, M.H. (org.). Educação em Revista. São Paulo: Escrituras, 2002.

CATANI, Denice Bárbara. **A imprensa educação no Brasil de 1908 a 1944**. In: CATANI, D.; BASTOS, M.H. (org.). Educação em Revista. São Paulo: Escrituras, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

_____. **O mundo como representações**. Estudos Avançados, vol 5, nº 11, jan/abr. 1991, p 173-191.

COELHO, Geraldo Mártires. **Na Belém da Belle Époque da Borracha (1890-1910): dirigindo olhares**. In: Revista Escritos (Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa). Ano 5, nº 5, 2011. p. 141-168.

_____. **No Coração do Povo**. O Monumento à República em Belém 1891-1897. Belém: Paka-Tatu, 2002.

CORDEIRO, André Bezerra. **Dando vida a uma raiz: o ideário pedagógico da primeira república na poesia infantil de Olavo Bilac**. Dissertação – (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Belém, 2005.

FARIAS, William Gaia. **A República no Pará: os primeiros momentos**. In SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; RICCI, Magda de Oliveira (orgs). Os oitocentos na Amazônia. Pará: Açaí, 2013. p. 183-205.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro G. S. A.; RODRIGUES, Denise Simões. **A Pesquisa Documental Sócio-Histórica**. In: MARCONDES, Maria Inês. TEIXEIRA, Elizabete; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. (orgs). Metodologias de Pesquisa em Educação. Belém: EDUEPA, 2010. p. 55-73.

GONÇALVES, Roberta Ferreira. **A Escola Disfarçada em Brincadeiras: A História do Brasil Contada nas Páginas de O Tico-Tico**. In: **Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas**, 6, 2012, Ouro Pedro. Anais. Ouro Pedro: EDUFOP, 2012.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higienismo e educação escolar na corte imperial**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese - (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.

GERBARA, Ana Elvira Luciano. **A poesia na escola: Leitura e análise de poesia para crianças**. 2ª Edição, São Paulo: Cortez, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. Perdedores. In: A Era do Capital. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 171-193.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: História & Memória. Tradução Bernardo Leitão. 7ª ed. São Paulo: Unicamp, 2013.

LEITE, Miriam L. Moreira. **A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. História Social da Infância no Brasil. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 19-52.

MACLAREN, Peter. **Rituais na Escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

NASCIMENTO, Sebastião Valério Silveira do. **A Criança Na Fotografia: O Retrato da Infância na Primeira Metade do Século XX em Belém Do Pará (1900 A 1950)**. 2012. 113 f. Dissertação – (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Educação, Belém, 2012.

NÓVOA, Antônio. **A imprensa da educação e o ensino**. In: CATANI. Denice Barbara; BASTOS. Maria Helena Câmara (orgs.). Educação em Revista. São Paulo: Escrituras, 2002.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e Educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHEIRO, Welington da Costa Pinheiro. **A Infância nas Páginas de jornal: discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX**. 2013. 150 f. Dissertação – (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Educação, Belém, 2013.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO. Renato. Uma Belle Époque não tão Belle. In: Uma breve história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010, p. 219-234.

REGO, Clóvis Meira. Médicos de outrora no Pará. Belém: Grafisa, 1986.

RIZZINI, Irma; SCHUELER. Alessandra Frota Martinez. “**Tradições Inventadas**” de uma Belle Époque no Estado do Pará: Expansão da Escola Primária para a Infância Paraense. In: ALVES, Laura Maria da Silva Araújo; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do P. Socorro G. de Souza Avelino (orgs.). Educação e Instrução pública no Pará Imperial e Republicano. Belém: EDUEPA, 2015, p. 215-243.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1971.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. Maria de Nazaré Sarges. - 3. ed. - Belém/PA, Editora: Paka-Tatu, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque**. In: Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 35-94.

_____. **O exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos**. In: Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 95-115.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. **Metodologia do Trabalho Científico**. - 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

_____. **Os Pilares da República**. In: *Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 15-60.

SOUZA, Cyntia Pereira de. **A Educação pelas Leituras: Registros de uma Revista Escolar (1930/1960)**. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Educação em Revista*. São Paulo: Escrituras, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. **A Escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais**. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas – SP, v 11, nº 1, 2011, p. 143-178.

VIANA, Luana Costa. **A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. Tese – (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Educação, Belém, 2015.

VIEIRA, Bruno Felipe. **Os Almanques da cidade de Amparo e sua potencialidade como documentos portadores de memórias e histórias, educação e Barbárie** – Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

APÊNDICE
APÊNDICE A – REVISTAS UTILIZADAS

IMPRESSOS COM CONTEÚDO CÍVICOS E PÁTRIOS UTILIZADOS NA PESQUISA				
REVISTA	ARTIGO/SEÇÃO	AUTOR	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
A Escola	Artigo: Da Higiene Escolar	Lira Castro	Nº 01, 1900	Notas sobre como deveria ser a higiene das escolas e das crianças
A Escola	Mensagem da Instrução Pública	Virgílio Cardoso	Nº 05, 1900	Notas sobre o ensino no Pará
A Escola	Artigo: Higiene Escolar	Lira Castro	Nº 07, 1900	Notas sobre a organização dos espaços escolares
A Escola	Seção Festas Escolares	Olavo Bilac	Nº 21, 1901	Orientações sobre como deveriam ocorrer as festas nas escolas
A Escola	Seção “Festas Escolares”	Editorial da revista	Nº 31, 1903	Divulgação das festas nas escolas do Pará
A Escola	Seção “Educação”	Conego Pinheiro	Nº 42, 1903	Concepção de Educação e seus princípios.
A Escola	Sete de Setembro – Festa Patriótica	Vilhena Alves	Nº 42, 1903	Cortejo Cívico – Glorificação das datas e fatos da história da pátria.
A Escola	Artigo “Educação Nacional”	Araripe Junior	Nº 45, 1903	Destaca os avanços nas práticas dos professores a partir das orientações de Manoel Bomfim.
A Escola	Notas sobre o ensino público	Sylvio Romero	, nº 45, 1903	Destaca o ensino e a união – sentido nacional.
A Escola	Seção “Educação”	Conego Pinheiro	Nº 46, 1904	Valores para a educação.
A Escola	Artigo: Um bom livro	Arthur Vianna	Nº 47, 1904	Reconhecimento do livro de Olavo Bilac como um bom livro para o ensino
A Escola	Poesia “O credo”	Olavo Bilac	Nº 47, 1904	Poesia do Livro Poesias Infantis
A Escola	Conferência Cívica	Gemina Pinto	Nº 51, 1904	Evento realizado para debater o ensino para a honra da civilização.
A Escola	Poesia “A Pátria”	Virgílio Cardoso	Nº 52, 1904	Poesia infantil dedicada à mocidade escolar, em especial para escola municipal 11 de junho.

A Escola	Hynno Infantil	Jorge Pires Godoy	Nº 54, 1904	Hino do Grupo Escolar do 4º Distrito da Praça de Santa Luzia, instrução como luz da pátria.
A Escola	Discurso	Rosa Costa	Nº 54, 1904	Referente a festa escolar de 25 de setembro.
A Escola	Hymno Escolar	Sylvio Nascimento	Nº 54, 1904	Hino do Grupo Escolar de Óbidos enaltecendo a educação para a formação da criança.
Revista do Ensino	Educação	Editorial do Impresso	n.º 10, 1912	Notas sobre o ensino no Estado
Revista do Ensino	Educação	Editorial do Impresso	Nº 11, 1912	Notas sobre o ensino no Estado
Revista do Ensino	Notas e Notícias	Redação do Impresso	Ano 1, n.º 5, 1912	Exaltação do Ensino Público/citação de pensamentos dos intelectuais da época
Revista do Ensino	Hygiene Escolar	Acyliño de Leão	Ano 1 nº 8, 1912	Concepção de higienismo como condição de progresso
Revista do Ensino	Notas	Augusto Olympio	nº 5, 1912	Importância da publicação do impresso para a nova educação.



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo
66113-200 – Belém-PA

